

APOSTILA DE EXERCÍCIOS PARA O INSS



MATERIAL
GRATUITO



 **Editora**
GRAN CURSOS

SIMULADO

INSS

LÍNGUA PORTUGUESA

(TÉCNICO LEGISLATIVO - AGENTE DE POLÍCIA LEGISLATIVA CÂMARA DOS DEPUTADOS 2014 CESPE)

1 No momento em que se completa o cinquentenário do golpe de 1964, as condições são propícias para análises menos afetadas pelo calor dos acontecimentos. A distância no tempo favorece um
5 olhar mais analítico e menos passional, ainda que interessado politicamente e compromissado com o repúdio à violência e ao autoritarismo.

[...]

10 É importante pesquisar a ditadura, assim como divulgar o conhecimento produzido e enfrentar as polêmicas que ele inexoravelmente provoca. Além de disputas inerentes à lógica do conhecimento por si, está em jogo a formação política dos cidadãos brasileiros. Tal aspecto da questão é, em particular, significativo entre
15 nós porque, no Brasil, é muito numeroso o grupo de pessoas que desconhece o passado recente. Ao contrário do que muitos têm apregoado, o melhor não é “virar a página” no que se refere ao período da ditadura. Escolha mais adequada é empreender uma apropriação
20 crítica desse passado político recente, tanto para consolidar nossa frágil cidadania quanto para entender a realidade em que vivemos. Para tanto, é fundamental estudar a ditadura, a fim de compreender a atualidade do seu legado e, assim, criar condições de superá-lo.

Rodrigo Patto Sá Motta, Daniel Aarão Reis e Marcelo Ridenti. A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964. Rio de Janeiro: Zahar, 2014 (com adaptações).

Em relação ao texto acima, julgue os itens.

1. No trecho “entender a realidade em que vivemos” (l. 21-22), a supressão da preposição não prejudica a correção gramatical do texto, ainda que interfira na relação sintático-semântica entre seus elementos.
2. No último parágrafo, para a redução das ocorrências de “que”, estaria correta, em termos gramaticais, a substituição de “no que se refere” (l. 18) por **no tocante a**.
3. Por sua natureza adverbial, o termo “inexoravelmente” (l. 11), empregado como sinônimo de **implacavelmente**, poderia ser deslocado para o início do período, logo após a forma verbal “É” (l. 9), sem prejuízo para a coerência e a correção gramatical do texto.
4. Na linha 9, o verbo **ser** está conjugado na terceira pessoa do singular — “É” — por compor oração sem sujeito.
5. Estariam mantidas a coerência e a correção gramatical do texto caso o trecho “Além de disputas [...] passado recente” (l. 11-16) fosse reescrito da seguinte forma: Para além de questões características à própria lógica do conhecimento, é da formação política dos brasileiros de que ocupamo-nos, aspecto de relevância particular no nosso caso, haja visto o enorme contingente que não têm conhecimento do passado recente.

6. Depreende-se do texto que os autores estão comprometidos com uma análise dos acontecimentos baseada na objetividade científica, que, segundo eles, é caracterizada pela neutralidade.

7. O texto é apresentado como uma resposta aos que desejam o esquecimento do passado de ditadura no Brasil, como evidencia o trecho “o melhor não é ‘virar a página’ no que se refere ao período da ditadura” (l. 17-18), em que o emprego das aspas indica que a expressão ‘virar a página’ provém de discurso alheio.

(VÁRIOS CARGOS NÍVEL SUPERIOR CADE 2014 CESPE) Julgue os próximos itens, a respeito de aspectos linguísticos do texto de David Juhnnow.

1 Atualmente, há duas Américas Latinas. A primeira conta com um bloco de países — incluindo Brasil, Argentina e Venezuela — com acesso ao Oceano Atlântico, que confere ao Estado grande papel na
5 economia. A segunda — composta por países de frente para o Pacífico, como México, Peru, Chile e Colômbia — adota o livre comércio e o mercado livre. Os dois grupos de países compartilham de uma geografia, de culturas e de histórias semelhantes, entretanto,
10 por quase dez anos, a economia dos países do Atlântico cresceu mais rapidamente, em grande parte graças ao aumento dos preços das commodities no mercado global. Atualmente, parece que os anos vindouros são mais promissores para os países do Pacífico. Assim,
15 a região enfrenta, de certa forma, um dilema sobre qual modelo adotar: o do Atlântico ou o do Pacífico? Há razões para pensar que os países com acesso ao Pacífico estão em vantagem, como, por exemplo, o fato de que, em 2014, o bloco comercial
20 Aliança do Pacífico (formado por México, Colômbia, Peru e Chile) provavelmente crescerá a uma média de 4,25%, ao passo que o grupo do Atlântico, formado por Venezuela, Brasil e Argentina — unidos pelo MERCOSUL —, crescerá 2,5%. O Brasil, a maior economia da região, tende a crescer 1,9%. Segundo economistas, os países da América Latina que adotam o livre comércio estão mais preparados para crescer e registram maiores ganhos de produtividade. Os países do Pacífico, mesmo aqueles como o Chile, que ainda dependem de commodities como o cobre, também têm feito mais para fortalecer a exportação. No México, a exportação de bens manufaturados representa quase 25% da produção econômica anual (no Brasil, representa 4%). As economias do Pacífico também
35 são mais estáveis. Países como México e Chile têm baixa inflação e consideráveis reservas estrangeiras. Venezuela e Argentina, por sua vez, começam a se parecer com casos econômicos sem solução. Na Venezuela, a inflação passa de 50% ao ano — igual à da Síria, país devastado pela guerra.

David Juhnnow. Duas Américas Latinas bem diferentes. The Wall Street Journal. In: Internet: <<http://online.wsj.com>> (com adaptações)

8. Sem prejuízo da correção gramatical do texto, a vírgula empregada logo após o travessão, na linha 24, poderia ser suprimida.

9. Em “começam a se parecer” (l. 37-38), o pronome “se” poderia ser deslocado para imediatamente após a forma verbal “parecer”, escrevendo-se **começam a parecer-se**.
10. A forma verbal “há” (l.1) poderia ser corretamente substituída **por existem**.
11. Sem prejuízo da correção gramatical ou do sentido original do texto, a forma verbal “representa” (l. 32-33) poderia ser flexionada no plural — **representam** —, caso em que concordaria com “bens manufaturados” (l. 32).
12. No trecho “o do Atlântico ou o do Pacífico” (l. 16), subentende-se a palavra “modelo”.
13. A ideia defendida no texto, que se classifica como dissertativo, é construída por meio de contrastes.
14. Infere-se do texto que países não banhados pelo Atlântico ou pelo Pacífico, como Paraguai e Equador, não estão inseridos em nenhuma das duas Américas Latinas citadas pelo autor.
15. O texto diferencia aspectos econômicos de países da América Latina que convergem em outros aspectos, como os geográficos, culturais e históricos.
16. Infere-se do texto que o Brasil apresentará o menor índice de crescimento econômico entre os países latino-americanos em 2014, a despeito de ser a maior economia da região.

(TÉCNICO JUDICIÁRIO - ADMINISTRATIVA TRE GO 2015 CESPE)

Mem. 03/2015 – SePes

Goiânia, 21 de janeiro de 2015.

Ao Senhor Chefe do Setor de Estágios (SEst)

Assunto: **Novos procedimentos para envio de frequência de estagiários**

1. Para garantir mais agilidade em relação ao pagamento da bolsa-estágio, informo que, a partir do mês de abril deste ano, serão adotados novos procedimentos para o envio da frequência dos estagiários ao Setor de Pessoal (SePes).
2. A frequência mensal de cada estagiário deverá ser enviada para o endereço de *email* do SePes até o quinto dia útil de cada mês.
3. As informações do *email* devem ser complementadas com anexo contendo a planilha de frequência de estagiários, carimbada e assinada pelo chefe do SEst e pelos estagiários.
4. A observância desses procedimentos é essencial para evitar atrasos no pagamento da bolsa.

Atenciosamente,

(espaço para assinatura)
[nome do signatário]
Chefe do Setor de Pessoal

Com base no **Manual de Redação da Presidência da República**, julgue os itens seguintes, relativos à correspondência oficial hipotética apresentada.

17. Na situação considerada, quando for enviado, o *email* com a frequência dos estagiários terá seu valor documental garantido por duas razões: por envolver dois setores de um mesmo órgão público e por conter informações de caráter meramente administrativo.
18. A substituição do fecho “Atenciosamente” por **Respeitosamente**, apesar de denotar impessoalidade, característica dos textos oficiais, seria inadequada no expediente oficial em questão.
19. A finalidade comunicativa do expediente em apreço é anunciar novas diretrizes a serem seguidas pelo SEst na comunicação da frequência dos estagiários ao SePes.
20. Se, na situação em apreço, o SePes não tivesse determinado o *email* como via para a remessa da planilha de frequência de estagiários pelo SEst, este poderia fazer uso do memorando.
21. No tipo de texto oficial ilustrado, a assinatura e a indicação do cargo da autoridade que o expede constituem informações obrigatórias para a identificação do signatário, ao passo que o nome dessa autoridade constitui informação opcional.
22. A situação comunicativa mediada pelo texto em questão envolve três interlocutores: o chefe do SePes (comunicador), o chefe do SEst (destinatário direto) e os estagiários.
23. As regras da norma padrão do português seriam respeitadas se, no parágrafo 4 do texto, a expressão “para evitar” fosse substituída por **para que se evite**.

(VÁRIOS CARGOS NÍVEL MÉDIO ICMBIO 2014 CESPE)

- 1 As palavras estampadas na bandeira nacional poderiam receber o complemento de um adjetivo, diante do arcabouço de ideias e discussões que tratam do futuro do planeta. A depender da contribuição de especialistas
- 5 em desenvolvimento sustentável da Universidade de Brasília, o lema de 1889, inspirado nos conceitos positivistas do francês Augusto Comte, teria a seguinte redação: “Ordem e um Novo Progresso”. Essa renovação de ideias, entretanto, precisa do apoio das novas gerações,
- 10 pois o cenário mundial atual, e do Brasil em particular, é muito diferente do registrado há duas décadas, por exemplo. Na configuração geopolítica do século XXI, a supremacia dos Estados Unidos da América e da Europa é confrontada pelo dinamismo econômico de nações como a China, Índia, África do Sul e o próprio Brasil. O sobe e desce na disputa por espaço em debates estratégicos em nível internacional deu maior peso à palavra de países em desenvolvimento nas questões da sustentabilidade.
- 15

<ref>João Campos. Uma nova educação para um novo progresso. In: Revista Darcy, jun./2012 (com adaptações).</ref>

Acerca dos aspectos estruturais e interpretativos do texto acima, julgue os itens a seguir.

24. Sem prejuízo da correção gramatical do texto, o termo “entretanto” (linha 9) e o trecho “e do Brasil em particular” (linhas 10-11), bem como as vírgulas que os isolam, poderiam ser excluídos do período a que pertencem.
25. O período “Na configuração [...] próprio Brasil” (linhas 12-16) poderia, sem prejuízo do sentido e da correção gramatical do texto, ser assim reescrito: O dinamismo econômico de nações como a China, Índia, África do Sul e o próprio Brasil confronta a supremacia dos Estados Unidos da América e da Europa na configuração geopolítica do século XXI.
26. Na linha 9, a substituição do vocábulo “entretanto” pelo vocábulo **portanto** não acarretaria mudança de significado no período em questão.
27. Na linha 4, a substituição da expressão “A depender” por **Se dependesse** não comprometeria nem a sintaxe nem o sentido do período de que faz parte.
28. Na linha 3, o elemento “que” tem a função de restringir o sentido das expressões que o antecedem, a saber, “ideias” e “discussões”.
29. A mesma regra de acentuação gráfica se aplica aos vocábulos “Brasília”, “cenário” e “próprio”.
30. A ideia principal do texto é defender a revisão do lema estampado na bandeira nacional brasileira.

(TÉCNICO JUDICIÁRIO - ADMINISTRATIVA/TRE GO/2015 CESPE)

- 1 O Decreto n. 21.076, de 24 de fevereiro de 1932, primeiro Código Eleitoral pátrio, instituiu a justiça eleitoral no Brasil, com funções contenciosas e administrativas. Eram seus órgãos: um Tribunal Superior (de justiça eleitoral — o decreto não menciona justiça eleitoral), na capital da República; um tribunal regional, na capital de cada estado, no DF e na sede do governo do território do Acre, além de juizes eleitorais nas comarcas e nos distritos. O Tribunal Superior — de justiça eleitoral — com jurisdição em todo o território nacional, compunha-se de oito membros efetivos e oito substitutos, e era presidido pelo vice-presidente do Supremo Tribunal Federal (STF). A ele se somavam dois membros efetivos e dois substitutos, sorteados dentre os ministros do STF, além de dois efetivos e dois substitutos, sorteados dentre os desembargadores da Corte de Apelação do DF. Por fim, integravam a Corte três membros efetivos e quatro substitutos, escolhidos pelo chefe do governo provisório dentre quinze cidadãos, indicados pelo STF, desde que atendessem aos requisitos de notável saber jurídico e idoneidade moral. Dentre seus membros, elegia o Tribunal Superior, em escrutínio secreto, por meio de cédulas com o nome do juiz e a designação do cargo, um vice-presidente e um procurador para exercer

- 25 as funções do Ministério Público, tendo este último a denominação de procurador-geral da justiça eleitoral. Em relação a esse cargo, nota-se uma peculiaridade, à época da criação do Tribunal Superior: o procurador-geral da justiça eleitoral não era o procurador-geral da República, mas sim um membro do próprio tribunal.

As formas de composição do TSE: de 1932 aos dias atuais. Brasília: Tribunal Superior Eleitoral, Secretaria de Gestão da Informação, 2008, p. 11. Internet: <www.tse.jus.br> (com adaptações).

31. De acordo com as informações apresentadas no texto, antes de 1932, as funções da justiça eleitoral no Brasil não eram contenciosas nem administrativas.
32. Diferentemente dos anos que se seguiram, em 1932 o procurador-geral da justiça eleitoral era um membro do próprio Tribunal Superior — de justiça eleitoral.

Com referência às estruturas linguísticas do texto, julgue os itens a seguir.

33. Na linha 25, a expressão “este último” remete ao último órgão mencionado no período: o “Ministério Público”.
34. Caso a vírgula que sucede o nome “cidadãos” (l.19) fosse suprimida, a correção gramatical do texto seria mantida.
35. O emprego de acento indicativo de crase na expressão “A ele” (l.13) — À ele — prejudicaria a correção gramatical do texto.
36. Na linha 22, o sujeito da forma verbal “elegia” é o termo “o Tribunal Superior”.
37. Se a preposição **a** presente na contração “aos” (l.20) fosse suprimida, a função sintática da expressão “requisitos de notável saber jurídico e idoneidade moral” (l.20-21) seria alterada, mas a correção gramatical do texto seria mantida.
38. A correção gramatical do texto seria preservada caso se pospusesse, na linha 13, o pronome “se” à forma verbal “somavam”, da seguinte forma: somavam-se.

(AGENTE ADMINISTRATIVO MDIC 2014 CESPE)

- 1 Os números mais recentes divulgados pela Associação dos Fabricantes de Máquinas e Equipamentos (ABIMAQ) demonstram que, mês a mês, recua nos investimentos a participação dos produtos fabricados no país. Desde 2009, a fatia da produção local recua sistematicamente. Em setembro, os importados representaram 66% da demanda. Em 2007, quando a desindustrialização se acentuava na economia brasileira, o índice já era elevado, mas não tanto (52%).
- 5 As vendas do setor, contudo, voltaram a crescer desde a criação de uma linha de crédito subsidiado do BNDES ao custo de 3% ao ano. No acumulado entre janeiro e setembro de 2013, a demanda cresceu 7,1% na comparação com o mesmo período

15 de 2012. E o segmento fechará 2013 com um déficit comercial de cerca de 20 bilhões de dólares. “O setor passa por uma desindustrialização que podemos chamar de silenciosa”, diz o diretor da ABIMAQ. A classificação teria a ver com o fato de o faturamento e o nível de empregos das empresas do setor terem-se mantido relativamente estáveis, à medida que as fabricantes, a partir dos anos 90 do século passado, tornavam-se principalmente montadoras de itens importados. “A indústria de eletrodomésticos é *pro forma*, pois, na verdade, é importadora. Isso ocorre em todos os segmentos da indústria de transformação e, com certeza, no setor de bens de capital.”

Só na aparência. In: CartaCapital, 6/11/2013, p. 56-7 (com adaptações).

Com relação a aspectos linguísticos e aos sentidos do texto acima, julgue os itens a seguir.

39. Seriam mantidos o sentido do texto e a correção gramatical caso o termo “contudo” (l. 10) fosse substituído por todavia.
40. Conclui-se do texto que o faturamento e o nível de emprego das empresas brasileiras não refletem a desindustrialização sistemática que ocorre no país desde 2009.
41. No trecho ‘que podemos chamar de silenciosa’ (l. 17-18), o termo ‘de silenciosa’ denota uma qualidade atribuída ao complemento direto da forma verbal ‘chamar’, função exercida pelo pronome ‘que’.
42. O emprego do acento gráfico nos vocábulos “índice” e “período” justifica-se com base na mesma regra de acentuação gráfica.
43. Nos trechos ‘pois, na verdade, é importadora’ (l. 25) e ‘e, com certeza, no setor de bens de capital’ (l. 27), as vírgulas foram empregadas para isolar apostos explicativos.
- 1 Para o observador externo, pode parecer pura preguiça. No entanto, o ato de sonhar acordado relaciona-se ao desenvolvimento da autoconsciência e da criatividade, à capacidade de planejamento e de improvisação, à possibilidade de reflexão profunda sobre as experiências cotidianas e ainda ao raciocínio moral. A aparência pode ser de devaneio sem rumo, porém o cérebro pode estar operando um processo neurológico complexo, sofisticado e produtivo.
- 10 O autor inglês Neil Gaiman, autor de romances, livros e quadrinhos, declarou recentemente, em uma palestra, que o nosso futuro depende de livrarias, da leitura e da capacidade de sonhar acordado. O autor iniciou sua palestra mencionando que a próspera indústria norte-americana de construção de prisões usa como variável para a previsão da demanda (necessidades futuras de celas) o percentual de crianças com dez e onze anos incapazes de ler. Para ele, temos a obrigação de sonhar acordados e usar a imaginação.

20 Essas atividades nos fazem criar mundos alternativos, que nos permitem construir o futuro. No mundo do trabalho, a atividade de sonhar acordado já teve dias melhores. Muitas organizações contemporâneas declaram amor incondicional pela criatividade e pela inovação.

25 Paradoxalmente, continuam a refrear, disciplinar ou expelir seus sonhadores. Eles resistem como podem, sonhando acordados para enfrentar o tédio no trabalho. A Revolução Industrial e a ascensão das linhas de montagem sepultaram a criatividade e exilaram os sonhadores.

Faz bem sonhar acordado. In: CartaCapital, 13/11/2013, p. 60 (com adaptações).

No que se refere às ideias e a aspectos linguísticos do texto acima, julgue o próximo item.

44. O emprego do sinal indicativo de crase em “à capacidade” (l. 4) e “à possibilidade” (l. 5) justifica-se pela regência da forma verbal “relaciona-se” (l. 2-3) e pela presença de artigo definido feminino.

(VÁRIOS CARGOS NÍVEL SUPERIOR MMA 2014 CESPE)

1 De acordo com uma lista da *International Union for the Conservation of Nature*, o Brasil é o país com o maior número de espécies de aves ameaçadas de extinção, com um total de 123 espécies sofrendo risco real de desaparecer da natureza em um futuro não tão distante.

5 A Mata Atlântica concentra cerca de 80% de todas as aves ameaçadas no país, fato que resulta de muitos anos de exploração e desmatamentos. Atualmente, restam apenas cerca de 10% da floresta original, não sendo homogênea essa proporção de floresta remanescente ao longo de toda a Mata Atlântica. A situação é mais séria na região Nordeste, especialmente nos estados de Alagoas e Pernambuco, onde a maior parte da floresta original foi substituída por plantações de cana-de-açúcar. É nessa região que ainda podem ser encontrados os últimos exemplares das aves mais raras em todo o país, como o criticamente ameaçado limpafolha-do-nordeste (*Philydor novaesi*). Essa pequena ave de dezoito centímetros vive no estrato médio e dossel de florestas bem conservadas e ricas em bromélias, onde procura artrópodes dos quais se alimenta. Atualmente, as duas únicas localidades onde a espécie pode ser encontrada são a Estação Ecológica de Murici, em Alagoas, e a Serra do Urubu, em Pernambuco.

Pedro F. Develey et al. O Brasil e suas aves. In: Scientific American Brasil, 2013 (com adaptações)

Julgue os itens seguintes, relativos às ideias e aos aspectos estruturais do texto acima.

45. A inserção de vírgula logo após o vocábulo “encontrada” (l. 23), além de preservar a correção gramatical do texto, daria ênfase à informação contida no trecho “as duas únicas localidades onde a espécie pode ser encontrada” (l. 22-23).

46. A correção gramatical e o sentido original do texto seriam preservados caso o vocábulo “onde”, nas linhas 13 e 21 fosse substituído pela expressão **em que**.
47. Nas sequências “toda a Mata Atlântica” (l. 11) e “todo o país” (l. 17), os artigos definidos “a” e “o” são opcionais, podendo ser suprimidos sem que haja prejuízo à correção gramatical e à significação dos períodos de que fazem parte.
48. A mesma regra de acentuação gráfica se aplica aos vocábulos “homogênea” (l. 10), “médio” (l. 19) e “bromélias” (l. 20-21).
49. O vocábulo “remanescente” (l. 10-11) poderia ser substituído por **ameaçada**, sem alteração do sentido original do texto.

(TÉCNICO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO
FUB 2015 CESPE)

- 1 A língua que falamos, seja qual for (português, inglês...), não é uma, são várias. Tanto que um dos mais eminentes gramáticos brasileiros, Evandro Bechara, disse a respeito: “Todos temos de ser políglotas em nossa própria língua”. Qualquer um sabe que não se deve falar em uma reunião de trabalho como se falaria em uma mesa de bar. A língua varia com, no mínimo, quatro parâmetros básicos: no tempo (daí o português medieval, renascentista, do século XIX, dos anos 1940, de hoje em dia); no espaço (português lusitano, brasileiro e mais: um português carioca, paulista, sulista, nordestino); segundo a escolaridade do falante (que resulta em duas variedades de língua: a escolarizada e a não escolarizada) e finalmente varia segundo a situação de comunicação, isto é, o local em que estamos, a pessoa com quem falamos e o motivo da nossa comunicação — e, nesse caso, há, pelo menos, duas variedades de fala: formal e informal. A língua é como a roupa que vestimos: há um traje para cada ocasião. Há situações em que se deve usar traje social, outras em que o mais adequado é o casual, sem falar nas situações em que se usa maiô ou mesmo nada, quando se toma banho. Trata-se de normas indumentárias que pressupõem um uso “normal”. Não é proibido ir à praia de terno, mas não é normal, pois causa estranheza. A língua funciona do mesmo modo: há uma norma para entrevistas de emprego, audiências judiciais; e outra para a comunicação em compras no supermercado. A norma culta é o padrão de linguagem que se deve usar em situações formais.
- 15 A questão é a seguinte: devemos usar a norma culta em todas as situações? Evidentemente que não, sob pena de parecermos pedantes. Dizer “nós fôramos” em vez de “a gente tinha ido” em uma conversa de botequim é como ir de terno à praia. E quanto a corrigir quem fala errado? É claro que os pais devem ensinar seus filhos a se expressar corretamente, e o professor deve corrigir o aluno, mas será que temos o direito de advertir o balconista que nos cobra “dois real” pelo cafezinho?

<nome>

Língua Portuguesa. Internet: <www.revistalingua.uol.com.br> (com adaptações)

</nome>

De acordo com o texto acima, julgue os seguintes itens.

50. De acordo com o contexto, estaria também correto o emprego do sinal indicativo de crase em “quanto a” (l.35).
51. Conforme o texto, a escola deve ensinar aos alunos a norma-padrão da língua portuguesa, mas é preciso, também, refletir se seria adequado corrigir outras pessoas, como, por exemplo, um porteiro que diz **O elevador tá cum pobrema**.
52. O vocábulo “indumentárias” (l. 23-24) está empregado em sentido figurado.
53. Depreende-se do texto que a língua falada não é uma, mas são várias porque, a depender da situação, o falante pode se expressar com maior ou menor formalidade.
54. Mantêm-se a correção gramatical e as informações originais do texto ao se substituir “Trata-se de” (l.23) por **Situações como essas se tratam de**.
55. O pronome “outra” (l.28) está empregado em referência ao termo “A língua” (l.26).
56. Segundo o texto, “temos de ser políglotas em nossa própria língua” (l. 4 e 5) significa que a língua assume variantes adequadas aos contextos em que são produzidas.

(VÁRIOS CARGOS ANTAQ 2014 CESPE)

- 1 A participação e o lugar da mulher na história foram negligenciados pelos historiadores e, por muito tempo, elas ficaram à sombra de um mundo dominado pelo gênero masculino. Ao pensarmos o mundo medieval e o papel dessa mulher, o quadro de exclusão se agrava ainda mais, pois, além do silêncio que encontramos nas fontes de consulta, os textos, que muito raramente tratam o mundo feminino, estão impregnados pela aversão dos religiosos da época por elas.
- 5 Na Idade Média, a maioria das ideias e de conceitos era elaborada pelos escolásticos. Tudo o que sabemos sobre as mulheres desse período saiu das mãos de homens da Igreja, pessoas que deveriam viver completamente longe delas. Muitos clérigos consideravam-nas misteriosas, não compreendiam, por exemplo, como elas geravam a vida e curavam doenças utilizando ervas. A mulher era considerada pelos clérigos um ser muito próximo da carne e dos sentidos e, por isso, uma pecadora em potencial. Afinal, todas elas descendiam de Eva, a culpada pela queda do gênero humano.
- 10 No início da Idade Média, a principal preocupação com as mulheres era mantê-las virgens e afastar os clérigos desses seres demoníacos que personificavam a tentação. Dessa forma, a maior parte das autoridades eclesiásticas desse período via a mulher como portadora e disseminadora do mal. Isso as tornava más por natureza e atraídas pelo vício. A partir do século XI, com a instituição do casamento pela Igreja, a maternidade e o papel da boa esposa

30 passaram a ser exaltados. Criou-se uma forma de salvação feminina a partir basicamente de três modelos femininos: Eva (a pecadora), Maria (o modelo de perfeição e santidade) e Maria Madalena (a pecadora arrependida).
 35 O matrimônio vinha para saciar e controlar as pulsões femininas. No casamento, a mulher estaria restrita a um só parceiro, que tinha a função de dominá-la, de educá-la e de fazer com que tivesse uma vida pura e casta. Essa falta de conhecimento da natureza feminina causava medo aos homens. Os religiosos se apoiavam no pecado original de Eva para ligá-la à corporeidade e inferiorizá-la. Isso porque, conforme o texto bíblico, Eva foi criada da costela de Adão, sendo, por isso, dominada pelos sentidos e os desejos da carne. Devido a essa visão, acreditava-se
 40 que ela fora criada com a única função de procriar. Essa concepção de mulher, que foi construída através dos séculos, é anterior mesmo ao cristianismo. Foi assegurada por ele e se deu porque permitiu a manutenção dos homens no poder; forneceu ao clero celibatário uma segurança baseada na distância e legitimou a submissão da ordem estabelecida pelos homens. Essa construção começou apenas a ruir, mas os alicerces ainda estão bem fincados na nossa sociedade.

Patrícia Barboza da Silva. Colunista do Brasil Escola. (com adaptações).

A respeito das ideias e de aspectos gramaticais do texto acima, julgue os itens.

57. O acento indicativo de crase em “à sombra” (l. 3) poderia ser omitido sem prejuízo da correção gramatical do texto, visto que seu emprego é opcional no contexto em questão.
58. O trecho “Criou-se uma forma de salvação feminina a partir basicamente de três modelos femininos” (l. 30 e 32) poderia ser reescrito, com correção gramatical e sem prejuízo da informação prestada, da seguinte forma: Uma forma de salvação feminina foi criada a partir, basicamente, de três modelos femininos.
59. O termo “Afinal” (l. 19), empregado no texto como conjunção, introduz oração adverbial temporal.
60. No texto, defende-se a tese de que as mulheres, por serem descendentes de Eva, são pecadoras em potencial.
61. De acordo com o texto, a visão medieval em relação à mulher permanece até os dias atuais.
62. As vírgulas que isolam a oração “que muito raramente tratam o mundo feminino” (l. 7-8) poderiam ser suprimidas, sem prejuízo do sentido original e da correção gramatical do texto.
63. Na linha 48, o pronome “ele” e o sujeito da oração expressa pela forma verbal “permitiu” referem-se a “cristianismo” (l. 47).

(AUDITOR DE CONTROLE EXTERNO TCDF 2014 CESPE)

- 1 Empossado na prefeitura carioca, Negrão de Lima arregalou os olhos quando os técnicos em urbanismo informaram-lhe que havia oito milhões de ratos na cidade. Perguntou: “Como é que vocês contaram?”

5 A respeito de certos eventos, a mídia também chuta números astronômicos. Agora, na visita do papa, a informação geral foi a de que, na praia de Copacabana, havia três milhões de “peregrinos” em uma das cerimônias. Recebi de um leitor uma carta esclarecedora:
 10 “Praia de Copacabana. Comprimento: 4.000 metros. Largura média: 100 metros. A mídia local contagiou a mídia estrangeira, mantendo, em uníssono, que três milhões de fiéis estavam na praia, todinhos ao mesmo tempo! Sem descontar os obstáculos que diminuem a área total (palco, restaurantes, quiosques etc.), o simples cálculo é que, se a densidade média de cada m² da área fosse de três pessoas por m², o total de pessoas poderia chegar a 1,2 milhão. Segundo o cálculo de um pesquisador consultado,
 15 havia, nesse dia, 560.000 pessoas, margem de 30.000 para mais ou para menos”.
 20 Em 1964, quando lancei na Cinelândia um livro com as crônicas que escrevia no Correio da Manhã contra o regime militar, o jornal informou que havia 3.000 pessoas na praça. Os jornais que apoiavam a ditadura garantiram que só havia 18 gatos-pingados.

Carlos Heitor Cony. Folha de S.Paulo, 4/8/2013 (com adaptações).

Julgue os itens a seguir, relativos a aspectos gramaticais e ideias desenvolvidas no texto anterior.

64. Uma forma correta de reescrita do trecho iniciado pela conjunção temporal “quando” (l. 2) é a seguinte: ao ser informado pelos técnicos em urbanismo que existia oito milhões de ratos na cidade do Rio de Janeiro.
65. As informações fornecidas no texto são suficientes para se inferir que, no Brasil, a maioria da mídia impressa apoiou o golpe militar de 1964.
66. Sem que se contrariem o sentido original e a correção gramatical do texto, estaria correta a seguinte substituição do trecho ‘Sem descontar (...) 1,2 milhão’ (l. 14-18): Considerando, sem obstáculos, que cada m² da área livre fora ocupado por três pessoas, verifica-se que o total de pessoas foi, no máximo, de 1,2 milhão.
67. No segundo parágrafo do texto, o autor explicita seu descrédito em relação à informação de que havia 8 milhões de ratos no Rio de Janeiro.
68. Suprimindo-se a expressão de realce, utilizando-se a interrogação indireta e atendendo-se às exigências gramaticais, o último período do primeiro parágrafo poderia ser assim reescrito: Perguntou-lhes como os haviam contado.

(VÁRIOS CARGOS NÍVEL SUPERIOR CADE 2014 CESPE)

- 1 O objetivo da livre concorrência é preservar o processo de competição, e não os competidores. O processo de competição, no modelo concorrencial, é o que possibilita a repartição ótima dos bens dentro da sociedade, contribuindo para a justiça social. Isso
 5 não significa que a concorrência não deve ser sope-

sada com outros interesses, como, por exemplo, a defesa do meio ambiente, a manutenção de empregos e o desenvolvimento sustentável. Embora por vezes excludentes entre si, todos esses interesses devem ser ponderados a fim de que se atinja o bem-estar social.

Carlos Emmanuel Joppet Ragazzo. *Notas introdutórias sobre o princípio da livre concorrência. In: Scientia Iuris. Londrina, v. 10, p. 83-96, 2006. Internet: <www.uel.br> (com adaptações).*

Julgue os itens seguintes, acerca de aspectos semânticos e linguísticos do texto acima.

69. No texto, conceitua-se livre concorrência, processo que predomina sobre interesses como o desenvolvimento sustentável e a justiça no mercado de trabalho.
70. Infere-se do texto que a competição por bens entre os indivíduos de uma sociedade leva à justiça social.
71. O vocábulo “sopesada” (l.6-7) equivale, no texto, a **contrabalançada, compensada**.

(AUDITOR DE CONTROLE EXTERNO TC DF 2014 CESPE)

- 1 A eficácia da comunicação oficial depende basicamente do uso de linguagem simples e direta, chegando ao assunto que se deseja expor sem passar, por exemplo, pelos atalhos das fórmulas de refinada cortesia usuais no século passado. Ontem o estilo tendia ao rebuscamento, aos rodeios ou aos circunlóquios; hoje, a vida moderna obriga a uma redação mais objetiva e concisa. Considere-se, entretanto, que não há uma forma específica de linguagem administrativa, mas, sim, qualidades comuns a qualquer bom texto, seja ele oficial ou literário, aplicáveis à redação oficial: clareza, coesão, concisão, correção gramatical. Além disso, merecem destaque algumas características peculiares identificáveis na forma oficial de redigir: formalidade, uniformidade e impessoalidade.

Manual de Redação Oficial do TCDF. — Brasília: DIPLAN, 2003, p. 11. (com adaptações)

Considerando as informações veiculadas no texto acima e os elementos fundamentais das práticas de redação oficial, julgue os itens, conforme o **Manual de Redação Oficial do TCDF**.

72. O trecho a seguir está em desacordo com o requisito da correção gramatical necessário às comunicações oficiais: Mesmo antes dessas exigências serem expostas, o Órgão manifestou-se contrário à sua regulamentação.
73. Está correta, conforme a padronização oficial das formas de tratamento, a sequência a seguir:
Cargo – Conselheiro(a);
Forma de tratamento – Excelência;
Vocativo – Senhor(a) + cargo.

74. De acordo com as exigências de formalidade, uniformidade e impessoalidade dos atos oficiais, é correta a utilização do fecho **Atenciosamente** em documentos destinados a autoridades superiores ao responsável pelo ato.

(TÉCNICO JUDICIÁRIO ADMINISTRATIVA TRE GO 2015 CESPE)

- 1 A votação paralela é um mecanismo adotado pela justiça eleitoral para confirmar a credibilidade do sistema de voto eletrônico. Na véspera da eleição, em cada um dos vinte e sete tribunais regionais eleitorais (TREs), são sorteadas uma seção da capital e de duas a quatro seções do interior em cada estado e no Distrito Federal (DF) para a cessão de urnas a serem testadas. Logo a seguir, os equipamentos são retirados dos seus locais de origem e levados, ainda no sábado, para as sedes dos TREs, onde permanecem sob vigilância. Na semana que antecede o dia da votação, representantes de partidos políticos são convocados pelos TREs para preencherem certa quantidade de cédulas de votação. Esses votos em cédulas são depositados em urnas de lona lacradas. Na votação paralela, o conteúdo das cédulas é digitado nas urnas eletrônicas sorteadas. Ao final, confrontam-se os resultados do boletim das urnas eletrônicas com aqueles obtidos no computador. Os juizes eleitorais, após serem informados pelos magistrados dos TREs de que urnas de sua seção foram sorteadas, providenciam a substituição dos equipamentos por outros do estoque de reserva. Em cada estado e no DF, há uma comissão de votação paralela para cuidar da organização e condução dos trabalhos, composta por um juiz de direito e quatro servidores da justiça eleitoral.

Por dentro da urna. Brasília: Tribunal Superior Eleitoral, 2010, 2.a ed., rev. e atual., p. 15-16. Internet: <www.tse.jus.br> (com adaptações).

O item a seguir apresenta uma proposta de reescrita de trecho do texto — indicado entre aspas —, que deve ser julgada certa se estiver gramaticalmente correta e mantiver o sentido do texto, ou errada, em caso contrário.

75. “são sorteadas (...) e no Distrito Federal (DF)” (l. de 5 a 7): é sorteada uma seção da capital e entre duas e quatro seções do interior em cada estado e no Distrito Federal (DF).
76. “A votação paralela (...) de voto eletrônico” (l. de 1 a 3): O mecanismo adotado pela justiça eleitoral para confirmar a credibilidade do sistema de voto eletrônico é chamado de votação paralela.
77. “Na semana (...) cédulas de votação” (l. de 11 a 14): Na semana precedente ao dia do sufrágio, os TREs convocam representantes de partidos políticos para preencher determinada quantidade de cédulas de votação.

78. “Em cada estado (...) da justiça eleitoral” (l. de 24 a 27): Para cuidar da organização e condução dos trabalhos de cada estado há uma comissão de votação paralela, as quais são compostas por um juiz de direito e quatro servidores da justiça eleitoral.
79. “Na votação paralela, (...) nas urnas eletrônicas sorteadas” (l. 16 e 17): Na votação paralela, o conteúdo das cédulas são digitados nas urnas eletrônicas sorteadas.
80. “Logo a seguir, (...) sob vigilância” (l. de 8 a 10): Em seguida, retiram-se os equipamentos dos seus locais de origem e levam-se, ainda no sábado, para as sedes dos TREs, onde as quais permanecem sob vigilância.
81. “Os juízes eleitorais (...) estoque de reserva” (l. de 20 a 23): Os juízes eleitorais, após serem informados pelos magistrados dos TREs de que urnas de sua seção foram sorteadas, procedem à substituição dos equipamentos por outros do estoque de reserva.

(TÉCNICO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO FUB 2015 CESPE)

Tendo como referência as Normas para padronização de documentos da Universidade de Brasília, julgue o item que se segue.

82. Ao final de um ofício emitido pela reitoria, abaixo da assinatura do reitor, o cargo deve constar como Magnífico Reitor.
83. A linguagem adotada na comunicação hipotética a seguir está adequada para compor um ofício:

Assunto: resposta ao convite.

Senhor Secretário-Executivo,

Agradecendo muitíssimo o convite para a cerimônia de posse do novo Ministro, que se realizará no dia 12 de janeiro de 2015, no Auditório da FUNARTE, comunico sinceramente que, lamentavelmente, em virtude de compromissos anteriormente agendados para esta data, não será possível que eu consiga mesmo ir a esse importantíssimo evento. Farei de tudo. Na oportunidade, agradeço a atenção ao tempo em que desejo sucesso na realização da festança.

Respeitosamente,

[Signatário]
Reitor

84. Em carta remetida pelo reitor da universidade, está correto o seguinte endereçamento colocado abaixo do número e da data do documento:
A Sua Excelência o Senhor
[nome]
Secretário-Executivo
Ministério da Cultura
Esplanada dos Ministérios, bloco [nome], sala [número]
[CEP] Brasília, DF
85. A forma padrão de endereçamento para correspondências dirigidas a advogados e médicos é a seguinte:
A Sua Excelência o Doutor.

86. A estrutura adotada no documento a seguir está adequada para compor uma ata:

ATA DA QUADRICENTÉSIMA NONAGÉSIMA QUINTA (495.a) REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DIRETOR DA FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, realizada aos trinta dias do mês de novembro do ano de dois mil e quatorze, às quatorze horas e vinte e cinco minutos, no Salão de Reuniões da Reitoria, com a presença dos Conselheiros: [nome do Presidente ou do dirigente da reunião, seguido dos nomes dos demais Conselheiros presentes, em ordem alfabética, separados por vírgula; indica-se a condição dos membros, se titular ou suplente]. Foi justificada a ausência dos Conselheiros [nomes, separados por vírgula; indica-se a condição de cada um — se titular ou suplente]. Também estiveram presentes os convidados [nome e respectivos cargos]. Aberta a sessão, o Presidente procedeu aos seguintes informes:

(VÁRIOS CARGOS ANTAQ 2014 CESPE)

- 1 As obras de dragagem objetivam remover os sedimentos que se encontram no fundo do corpo d'água para permitir a passagem das embarcações, garantindo o acesso ao porto. Na maioria das vezes, a dragagem é necessária
- 5 quando da implantação do porto, para o aumento da profundidade natural no canal de navegação, no cais de atracação e na bacia de evolução. Também é necessária sua realização periódica para o alcance das profundidades que atendam o calado das embarcações.

Internet: <www.antaq.gov.br> (com adaptações)

Em relação ao texto acima, julgue os itens subsequentes.

87. Nas linhas 2, 5 e 8, “para” confere noção de finalidade aos trechos que introduz.
88. Mantém-se a correção gramatical do texto ao se reescrever o trecho “As obras de dragagem objetivam” (l. 1) da seguinte forma: **As obras de dragagem têm o objetivo de.**
89. A vírgula empregada após “navegação” (l. 6) é utilizada para isolar elementos de mesma função sintática que compõem uma enumeração.
90. Haveria prejuízo da correção gramatical do texto caso o trecho “para permitir a passagem das embarcações, garantindo o acesso ao porto” (l. 2 a 4) fosse assim reescrito: **para permitir a passagem das embarcações e garantir o acesso ao porto.**
91. Depreende-se das informações do texto que a dragagem realizada na implantação do porto para garantir o acesso das embarcações é definitiva, não havendo necessidade de ser refeita. Durante a operação de lastreamento do navio, junto com a água também são capturados pequenos organismos que podem acabar sendo transportados e introduzidos em um outro

92. A oração “que se encontram no fundo do corpo d’água” (l. 2) tem função restritiva.

(AGENTE ADMINISTRATIVO MDIC 2014 CESPE)
De acordo com as disposições do **Manual de Redação da Presidência da República** (MRPR), julgue o item seguinte.

93. Caso o ministro titular do MDIC queira informar o presidente da República acerca de assunto relacionado ao comércio exterior, deverá fazê-lo por meio da exposição de motivos, a qual obedece às orientações do padrão ofício e é emitida obrigatoriamente com formulário de anexo.
94. Para comunicação entre unidades administrativas do MDIC, há dois expedientes do padrão ofício indicados: o memorando, em caso de assuntos urgentes; ou o ofício, quando se tratar de exposição de projetos, ideias e diretrizes.
95. As comunicações assinadas pelo ministro titular do MDIC devem trazer o nome e o cargo, abaixo do local de assinatura, conforme o modelo a seguir.
(espaço para assinatura)
NOME
Ministro de Estado do Desenvolvimento
Indústria e Comércio Exterior

(ANALISTA LEGISLATIVO CONSULTOR LEGISLATIVO CÂMARA DOS DEPUTADOS 2014 CESPE)

- 1 Ao vender Sochi como sede dos Jogos Olímpicos de Inverno de 2014, o presidente russo Vladimir Putin prometeu uma experiência única: turistas e atletas poderiam esquiar nas montanhas, onde é muito frio, e mergulhar em piscinas abertas de hotéis, onde o clima é mais ameno, no mesmo dia. Sochi é famosa como estância de veraneio de milionários russos. Pelo fato de o clima na região ser subtropical, a temperatura prevista para a Olimpíada já estava no limite do aceitável para a prática de esportes na neve: no inverno, é esperada a média de 6° C na altura do mar Negro, que banha o litoral. O que atletas e turistas encontraram ao chegar a Sochi, porém, foi um cenário muito mais inusitado. O calor na altura do mar atinge 20°C e, nas montanhas, 15°C. O calor intenso derreteu a neve nas pistas, forçou o cancelamento de treinos e prejudicou competições. Por trás dessa surpresa, um velho conhecido: o aquecimento global, fenômeno responsável por mudanças climáticas intensas que têm afetado o planeta no último século e que pôde ser notado em anomalias frequentes nessa última temporada de inverno no Hemisfério Norte e de verão, no Sul.

<ref>Alexandre Salvador e Raquel Beer. *Cadê o frio?* In: *Veja*, fev./2014
(com adaptações).</ref>

Julgue os próximos itens, relativos aos sentidos e aspectos gramaticais do texto acima.

96. As orações “onde é muito frio” (l. 4) e “que banha o litoral” (l. 12) têm natureza explicativa, o que justifica o fato de estarem isoladas por vírgulas.

97. As orações “que têm afetado” (l. 19-20) e “que pôde ser notado” (l. 20-21) referem-se a “aquecimento global” (l. 18).

98. Os vocábulos “russos” (l. 7), “velho” (l. 18) e “global” (l. 18) exercem uma mesma função sintática no contexto em que ocorrem.

(VÁRIOS CARGOS ANTAQ 2014 CESPE)

- 1 Alexandria, no Egito, reinou quase absoluta como centro da cultura mundial no período do século III a.C. ao século IV d.C. Sua famosa Biblioteca continha praticamente todo o saber da Antiguidade em cerca de 5 700.000 rolos de papiro e pergaminho e era frequentada pelos mais conspícuos sábios, poetas e matemáticos. A Biblioteca de Alexandria estava muito próxima do que se entende hoje por Universidade. E faz-se apropriado o depoimento do insigne Carl B. Boyer, em *A História da Matemática*: “A Universidade de Alexandria evidentemente não diferia muito de instituições modernas de cultura superior. Parte dos professores provavelmente se notabilizou na pesquisa, outros eram melhores como administradores e outros ainda eram conhecidos pela sua capacidade de ensinar”. 10 Em 47 a.C., envolvendo-se na disputa entre a voluptuosa Cleópatra e seu irmão, o imperador Júlio César mandou incendiar a esquadra egípcia ancorada no porto de Alexandria. O fogo se propagou até as dependências da Biblioteca, queimando cerca de 15 500.000 rolos. Em 640 d.C., o califa Omar ordenou que fossem queimados todos os livros da Biblioteca, utilizando o seguinte argumento: “ou os livros contêm o que está no Alcorão e são desnecessários ou contêm o oposto e não devemos lê-los”. 20 A destruição da Biblioteca de Alexandria talvez tenha representado o maior crime contra o saber em toda a história da humanidade. Se vivemos hoje a era do conhecimento é porque nos alçamos em ombros de gigantes do passado. A Internet representa um poderoso agente de transformação do nosso *modus vivendi et operandi*. É um marco histórico, um dos maiores fenômenos de comunicação e uma das mais democráticas formas de acesso ao saber e à pesquisa. Mas, como toda inovação, a Internet tem potencial cuja dimensão não deve ser superdimensionada. Seu conteúdo é fragmentado, desordenado e, além disso, cerca de metade de seus bites é descartável.

Jacir J. Venturi. *Internet*: <www.geometriaanalitica.com.br> (com adaptações).

Em relação ao texto acima, julgue os itens a seguir.

99. Estaria mantida a correção gramatical do trecho “a Internet tem potencial cuja dimensão não deve ser superdimensionada” (l. 36 e 37) caso se empregasse o artigo **a** antes do substantivo “dimensão”.
100. O adjetivo “conspícuos” (l. 6) poderia ser substituído, sem prejuízo do sentido do texto, por **notáveis**.

101. Nesse texto, que pode ser classificado como artigo de opinião, identificam-se trechos narrativos e dissertativos.
102. O último parágrafo do texto inicia-se com oração sem sujeito.
103. Não haveria prejuízo para a correção gramatical do texto caso a forma verbal 'notabilizou' (l. 13) fosse flexionada no plural: **notabilizaram**.

(ANALISTA JUDICIÁRIO TRE GO 2015 CESPE)

- 1 Muitos ilícitos penais praticados no universo do sistema eleitoral revelam gravidade ofensiva muito maior do que a grande maioria dos crimes previstos no Código Penal e em leis especiais. Essa constatação resulta da pluralidade dos bens jurídicos afetados e da densidade das ofensas. A coação para a obtenção do voto, a falsificação de documento de interesse eleitoral, a ofensa à honra durante a campanha e outras modalidades típicas dos crimes submetidos à jurisdição eleitoral (próprios ou impróprios) revelam consequências danosas de maior repercussão social mesmo quando, previstas somente no Código Penal e em leis especiais, atentem contra bens e interesses coletivos (incolumidade, administração pública etc.).
- 5
- 10
- 15 Vejamos, no parágrafo a seguir, o que nos diz José de Alencar em texto memorável a respeito do sufrágio: O voto não é, como pretendem muitos, um direito político; é mais do que isso, é uma fração da soberania nacional; é o cidadão. Na infância da sociedade, a vida política absorvia o homem de modo que ele figurava exclusivamente como membro da associação. Quando a liberdade civil despontou, sob a tirania primitiva, surgiu para a criatura racional uma nova existência, muito diversa da primitiva; tão diversa que o cidadão livre se tornava, como indivíduo, propriedade de outrem. Para designar essa fase nova da vida, inteiramente distinta do cidadão, usaram da palavra, pessoa — *persona*. O voto desempenha atualmente em relação à vida política a mesma função.
- 20
- 25
- 30 A sociedade moderna, ao contrário da antiga, dedica-se especialmente à liberdade civil; nações onde não penetrou ainda a democracia já gozam da inviolabilidade dos direitos privados. Absorvido pela existência doméstica, e pelo interesse individual, o homem não se pode entregar à vida pública senão periodicamente e por breve espaço. Empregando, pois, o termo jurídico em sua primitiva acepção, o voto exprime a pessoa política, como outrora a propriedade foi a pessoa civil, isto é, uma face da individualidade, a face coletiva.
- 35

Reforma eleitoral: delitos eleitorais, prestação de contas (partidos e candidatos), propostas do TSE. — Brasília: SDI, 2005, p. 34-5. Internet: <www.tse.jus.br> (com adaptações).

O item a seguir apresenta uma proposta de reescrita de trecho do texto — indicado entre aspas —, que deve ser julgada certa se estiver gramaticalmente correta e mantiver o sentido do texto, ou errada, em caso contrário.

104. “Empregando, pois, (...) a face coletiva” (l. de 36 a 39): Pois, empregando o termo jurídico em sua primitiva acepção, o voto exprime a pessoa política, como outrora a propriedade foi a pessoa civil, — isto é, uma face da individualidade, a face coletiva.
105. “Essa constatação (...) densidade das ofensas” (l. 4 e 6): Essa constatação acarreta na pluralidade dos bens jurídicos afetados e na densidade das ofensas.
106. “O voto (...) a mesma função” (l. 28 e 29): Atualmente, o voto desempenha a mesma função em relação à vida política.
107. “O voto não é, (...) é o cidadão” (l. de 17 a 19): O voto não é um direito político, como pretendem muitos, o voto é mais do que isso, é uma fração da soberania nacional, o voto é o cidadão.
108. “Quando a liberdade (...) diversa da primitiva” (l. de 22 a 24): Quando a liberdade civil despontou surgiu para a criatura racional, sob a tirania primitiva, uma nova existência, muito diversa da primitiva.
109. “A coação (...) repercussão social” (l. de 6 a 11): A coação para a obtenção do voto e para a falsificação de documento de interesse eleitoral, a ofensa à honra durante a campanha e outras modalidades típicas dos crimes submetidos à jurisdição eleitoral (próprios ou impróprios) revelam consequências danosas de maior repercussão social.

Xxx. 1032/SeTec

Goiânia, 15 de janeiro de 2015.

Ao Senhor Chefe do Setor de Documentação

Assunto: Oficinas de apresentação do novo sistema operacional.

1. Como é sabido, recentemente adquirimos um novo sistema operacional. Como se trata de um sistema muito diferente do anterior, informo a Vossa Senhoria que o Setor de Tecnologia (SeTec) oferecerá, entre os dias 26 e 30 de janeiro deste ano, uma série de oficinas práticas para apresentação desse novo sistema aos funcionários.

2. Por essa razão, solicito que, no período acima indicado, Vossa Senhoria libere todos os funcionários do seu setor duas horas antes do fim do expediente para que eles possam frequentar as oficinas.

3. Devo mencionar, por fim, que a participação dos funcionários nas oficinas é obrigatória, pois o novo sistema já entrará em funcionamento no dia 20 de julho do corrente ano. Nessa data, todos já deverão conhecê-lo e saber como operá-lo.

Atenciosamente,

(espaço para assinatura)

[nome do signatário]

Chefe do Setor de Tecnologia

Com base no disposto no Manual de Redação da Presidência da República, julgue os itens que se seguem, a respeito da correspondência oficial hipotética Xxx. 1032/SeTec, anteriormente apresentada, na qual o remetente e o destinatário são funcionários de igual nível hierárquico de um mesmo órgão da administração pública.

110. São propósitos comunicativos do texto oficial em questão informar sobre as oficinas de apresentação do novo sistema operacional e solicitar a liberação dos funcionários do setor de documentação para sua participação nessas oficinas.
111. Sem prejuízo da correção gramatical e do sentido original do texto, o primeiro período do terceiro parágrafo poderia ser reescrito da seguinte forma: Finalmente, consigno que é obrigatório que haja participação nas oficinas de todos os funcionários, uma vez que o já novo sistema começará a funcionar no dia 20 de julho deste ano. .
112. A numeração dos três parágrafos que compõem o texto é opcional.
113. Dada a presença, no texto, do pronome de tratamento "Vossa Senhoria", estaria adequada a substituição, no segundo parágrafo da correspondência em apreço, da forma verbal "libere" por **libereis** e do trecho "todos os funcionários do seu setor" por **todos os funcionários do vosso setor**.
114. De acordo com as informações apresentadas, é correto afirmar que essa comunicação é um memorando. Por esse motivo, em lugar de "Xxx.", no início do expediente, deveria constar a abreviação **Mem**.
115. O segundo período do primeiro parágrafo do texto poderia ser corretamente reescrito da seguinte forma: Como esse sistema difere muito do anterior, informo Vossa Senhoria de que o Setor de Tecnologia (SeTec) oferecerá, entre os dias 26 e 30 de janeiro deste ano, uma série de oficinas práticas para apresentação desse novo sistema aos funcionários.
- (AGENTE ADMINISTRATIVO MTE 2014 CESPE)
- 1 Nos últimos cinquenta anos, um dos fatos mais marcantes ocorrido na sociedade brasileira foi a inserção crescente das mulheres na força de trabalho. Esse contínuo crescimento da participação feminina é explicado por uma combinação de fatores econômicos e culturais. Primeiro, o avanço da industrialização transformou a estrutura produtiva, e a queda das taxas de fecundidade proporcionou o aumento das possibilidades de as mulheres encontrarem postos de trabalho na sociedade. Segundo, a rebelião feminina do final dos anos 60 do século passado, nos Estados Unidos da América e na Europa, chegou às nossas terras e fez ressurgir o movimento feminista nacional, aumentando a visibilidade política das mulheres na sociedade brasileira. Esse sucesso influenciou o comportamento e os valores sociais das mulheres, visto que proporcionou alterações na formação da identidade feminina. A redefinição dos papéis femininos aconteceu em todas as classes sociais e elevou a taxa de participação feminina no mundo do trabalho e da política.

Internet: <www.mte.gov.br> (com adaptações).

No que se refere ao texto acima, julgue os próximos itens.

116. Depreende-se do texto que a participação das mulheres na sociedade brasileira deve-se exclusivamente a fatores culturais e à formação da identidade feminina.
117. O texto pode ser classificado como narrativo, por apresentar a história da inserção das mulheres na força de trabalho.
118. Estaria mantida a correção gramatical e o sentido original do primeiro período do texto se ele fosse reescrito da seguinte forma: Há cinquenta anos, um dos fatos mais marcantes ocorreram na sociedade brasileira: inserção crescente das mulheres na força de trabalho.
119. O trecho "Esse sucesso influenciou o comportamento e os valores sociais das mulheres" (l. 15-16) poderia ser corretamente reescrito da seguinte forma: Esse sucesso influenciou no comportamento e nos valores sociais das mulheres.
120. Os termos "Nos últimos cinquenta anos" (l. 1), "Primeiro" (l. 6) e "Segundo" (l. 10) contribuem para a progressão das ideias no texto.

Machado, chefe de setor do MTE, encaminhou uma mensagem de correio eletrônico a Alencar, chefe de patrimônio do mesmo ministério, solicitando-lhe o envio, com urgência, de material de expediente para a sua seção, conforme lista anexa à mensagem. Machado não acrescentou ao *e-mail* certificação digital nem utilizou o recurso "confirmação de leitura", apesar de disponível.

Com base na situação hipotética acima e no que dispõe o **Manual de Redação da Presidência da República**, julgue os seguintes itens.

121. Na mensagem eletrônica enviada, para facilitar a organização documental, Machado deveria ter dado informações detalhadas acerca do arquivo anexado, e tê-lo encaminhado preferencialmente no formato pdf.
122. O expediente oficial *e-mail* apresenta flexibilidade tanto na forma quanto na linguagem, o que tornaria adequada à situação em análise a seguinte mensagem: "Prezado Alencar, mande rápido, por favor, os materiais descritos na lista anexa. Cordialmente, Machado".
123. O *e-mail* encaminhado por Machado, além de estar inadequado quanto ao recurso "confirmação de leitura", não pode ser aceito como documento original.

(ANALISTA LEGISLATIVO - CONSULTOR LEGISLATIVO CÂMARA DOS DEPUTADOS 2014 CESPE)

- 1 O calor infernal nas regiões Sul e Sudeste no começo do ano parece um evento singular. Uma breve retrospectiva da história do planeta nos últimos anos, contudo, mostra que esses episódios estão se tornando cada vez mais comuns. Sem dúvida alguma, haverá outras ondas de calor tão fortes quanto essa ou maiores que ela ao longo das próximas décadas. Esses são os chamados "eventos extremos". Nesse rótulo se enquadram a ampliação do número de furacões por temporada, as

10 secas na Amazônia, as ondas de calor e os alagamentos, entre outros. O aumento da frequência dos eventos extremos é o principal sintoma das mudanças climáticas — que vão muito além do calor. É o que cientistas afirmam há anos. Pode parecer paradoxal, mas os modelos climáticos explicam como o aumento médio de temperatura da Terra leva a invernos mais rigorosos. Sobre o Polo Norte, existe o que os cientistas chamam de vórtice polar. É um ciclone permanente que fica ali, girando. Em sua força normal, ele segura as frentes frias nessas altas latitudes. Entretanto, com a temperatura da Terra cada vez mais alta, existe uma tendência de que o vórtice polar se enfraqueça. Assim, as frentes frias, antes fortemente presas naquela região, dissipam-se para latitudes mais baixas, o que faz com que o frio polar chegue aos Estados Unidos da América, por exemplo. Mudança climática não é sinônimo puro e simples de aumento da temperatura média da Terra. Outros processos, que envolvem a possível savanização da Amazônia, o aumento dos desertos e o deslocamento das regiões mais propícias para a agricultura, também estão inclusos no pacote.

<ref>Salvador Nogueira. *Clima extremo*. In: *Superinteressante*, mar./2014 (com adaptações).</ref>

Em relação ao texto acima, julgue os itens a seguir.

124. O período “Uma breve retrospectiva (...) cada vez mais comuns” (l. 2-5) poderia ser corretamente reescrito da seguinte forma: Contudo, uma breve retrospectiva da história do planeta nos últimos anos, mostra que esses episódios estão se tornando cada vez mais comuns.
125. A substituição da forma verbal “chamam” (l. 17) pela forma verbal **denominam** não prejudicaria a correção gramatical ou o sentido original do texto.
126. O trecho “O aumento da frequência (...) afirmam há anos” (l. 10-14) poderia ser corretamente reescrito da seguinte maneira: Faz anos que os cientistas vêm afirmando que o aumento da frequência dos eventos extremos é o principal sintoma das mudanças climáticas — que vão muito além do calor.
127. No trecho “dissipam-se para latitudes mais baixas” (l. 23), a partícula “se” tem função apassivadora.
128. A substituição da forma verbal “haverá” (l. 5) por **existirá** não prejudicaria nem o sentido nem a correção gramatical do texto.

(VÁRIOS CARGOS NÍVEL MÉDIO ICMBIO 2014 CESPE)

1 Na Vila Telebrasília, onde mora, poucos conhecem Abiesel Alves Cavalcanti pelo nome completo. Lá ele é Bisa, o pescador. Há 35 anos, o pernambucano veio atrás do progresso na capital. Acompanhado pelo irmão, trouxe algumas roupas e a tarrafa, sua ferramenta de trabalho. “Eu falei para o mano: se lá tem água, tem peixe. De fome a gente não morre”, lembra Bisa. O Lago Paranoá alimentou toda a sua família, composta de mulher e dez filhos. No começo, quando

10 a pesca com tarrafa era proibida, Bisa saía na madrugada em uma canoa e trabalhava escondido. Depois, quando a captura com malha foi autorizada, ele se destacou entre os colegas. Chegava a voltar com até 300 quilos de peixe na embarcação. Hoje, o lago já não é tão abundante quanto há uma década e meia, mas ele ainda chega com o barco cheio. Entre tilápias, tucunarés, carpas e traíras, soma 250 quilos de peixe por semana e perto de dois mil reais por mês. Bisa rema quase sete horas para chegar até a altura da Ermida Dom Bosco e, às vezes, dorme na mata e retorna para casa só na manhã seguinte. “É uma vida de muito trabalho, mas necessidade eu nunca passei”, diz o pescador.

<ref>Lilian Tahan. *Vivendo de pescaria*. In: *Veja Brasília*, 2/10/2013 (com adaptações).</ref>

Julgue os próximos itens, relativos às ideias e às estruturas linguísticas do texto acima.

129. Com a devida alteração de maiúscula e minúscula, o ponto final imediatamente após a palavra “colegas” (linha 11) poderia ser substituído por vírgula, seguida do elemento articulador **visto que**.
130. O complemento da forma verbal ‘passei’ (linha 19) não está explicitamente expresso no texto, devendo ser inferido pelo leitor.
131. O vocábulo “mas” (linha 15) é um elemento coesivo que introduz relação de conclusão entre a informação expressa no período de que faz parte e a informação expressa no período que o antecede.
132. Na oração “ele se destacou entre os colegas” (linha 13), é obrigatório o uso do pronome “se” em posição pré-verbal, devido ao fator atrativo exercido pelo elemento que o antecede.
- 1 O ABCerrado e a Matomática (“matemática do mato”), metodologias criadas por um professor da UnB, apoiam-se em dois princípios: o da elevação da autoestima de alunos e professores e o do envolvimento com o meio ambiente para a construção, de forma lúdica e interdisciplinar, da cidadania e do respeito mútuo. “Fazemos a aproximação por meio de elementos do contexto onde as crianças estão inseridas. As atividades de leitura, interpretação e escrita associam-se ao tema do cerrado na forma de poesias, música, desenho, pintura e jogos”, explica uma professora da Faculdade de Educação da UnB. Atualmente, a universidade trabalha para expandir a aplicação do ABCerrado na rede de ensino do DF. “Ainda prevalece uma visão conservadora sobre o que é educação”, conta a professora. “A natureza possui uma dimensão formadora. Isso subverte a forma de se tratar a relação entre o ser humano e o meio ambiente no cerne de um processo educativo. Não se trata de educar o ser humano para o domínio e a apropriação da natureza, mas de educar a humanidade para ser capaz de trocar e de aprender com ela”, completa.

<ref>João Campos. *O ABC do cerrado*. In: *Revista Darcy*, jun./2012 (com adaptações).</ref>

Com relação aos aspectos linguísticos e aos sentidos do texto acima, julgue os itens subsequentes.

- 133.** Na linha 7, a substituição do vocábulo 'onde' pela expressão **no qual** não comprometeria nem a sintaxe nem a significação do período de que o referido vocábulo faz parte.
- 134.** Sem prejuízo da correção gramatical do texto, o período 'As atividades (...) jogos' (linha 8-10) poderia ser reescrito da seguinte maneira: Às atividades de leitura, interpretação e escrita associa-se o tema do cerrado na forma de poesias, música, desenho, pintura e jogos.
- 135.** Na linha 18, o pronome átono 'se', em 'não se trata', poderia, opcionalmente, ocorrer após o verbo, escrevendo-se **não trata-se**, sem comprometer a fidelidade do texto à norma da língua na modalidade escrita formal.
- 136.** O termo 'Isso' (linha 16) refere-se à expressão 'visão conservadora' (linha 14).

(VÁRIOS CARGOS CGE PI 2015 CESPE)

- 1 Talvez o distinto leitor ou a irresistível leitora sejam naturais, caso em que me apresso a esclarecer que nada tenho contra os naturais, antes pelo contrário. Na verdade, alguns dos meus melhores amigos são
- 5 naturais. Como, por exemplo, o festejadíssimo cineasta patricio Geraldo Sarno, que é baiano e é natural — pois neste mundo as combinações mais loucas são possíveis. Certa feita, estava eu a trabalhar em sua ilustre companhia quando ele me convidou para almoçar (os
- 10 cineastas, tradicionalmente, têm bastante mais dinheiro do que os escritores; deve ser porque se queixam muito melhor). Aceito o convite, ele me leva a um restaurante que, apesar de simpático, me pareceu um pouco estranho. Por que a maior parte das pessoas comia com ar
- 15 religioso e contrito? Que prato seria aquele que, olhos revirados para cima, mastigação estoica, e expressão de quem cumpria dever penosíssimo, um casal comia, entre goles de uma substância esverdeada e viscosa que lentamente se decantava — para grande prejuízo de sua já emética aparência — numa jarra suspeitosa? Logo fui esclarecido, quando meu companheiro e anfitrião, os olhos cintilantes e arregalados, me anunciou: — Surpresa! Vais comer um almoço natural!

João Ubaldo Ribeiro. A vida natural. In: Arte e ciência de roubar galinha. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

Acerca das ideias e das estruturas linguísticas do texto, julgue os itens a seguir.

- 137.** Sem prejuízo para a correção gramatical do texto, a forma verbal "comia" (l.14) poderia ser flexionada no plural.
- 138.** Infere-se da leitura do texto que, para o autor, os baianos não são naturalmente adeptos da alimentação natural.

- 139.** No trecho "ele me leva a um restaurante que, apesar de simpático, me pareceu um pouco estranho" (l. 12 e 13), o elemento "que" introduz oração de natureza restritiva, intercalada por estrutura de valor adverbial.

- 140.** O adjetivo "estoica" (l.16) contraria, em termos semânticos, o "ar religioso e contrito" (l.14-15) das pessoas no restaurante.

(VÁRIOS CARGOS - ANTAQ 2014 CESPE)

- 1 Hidrovia é uma rota predeterminada para o tráfego aquático. Há muito tempo, o homem utiliza a água como estrada, e a Amazônia é o maior exemplo disso. O transporte por hidrovias apresenta grande capacidade
- 5 de movimentação de cargas a grandes distâncias com baixo consumo de combustível, além de propiciar uma oferta de produtos a preços competitivos. A ampliação do uso da hidrovia é uma tendência mundial por uma questão ambiental.
- 10 A viabilização de uma navegação segura no rio Madeira, por exemplo, permite o escoamento da produção de grãos de Rondônia e Mato Grosso para o Amazonas e daí para o Atlântico. Isso cria um corredor de desenvolvimento integrado, com transporte de alta
- 15 capacidade e baixo custo para grandes distâncias, elimina um grave problema estrutural do setor primário, com a redução significativa da dependência do modal rodoviário até os portos do Sudeste, e representa mais uma opção de integração nacional, com a redução de
- 20 trânsito pesado nas rodovias da região Centro-Sul.

Idem (com adaptações).

Em relação aos sentidos e a aspectos linguísticos do texto acima, julgue os itens.

- 141.** O emprego de acento gráfico em "água", "distância" e "primário" justifica-se pela mesma regra de acentuação.
- 142.** Estaria mantida a correção gramatical do texto, caso a expressão "com transporte" (l. 14) fosse reescrita como **por meio de transporte**.
- 143.** Infere-se das informações do texto que o transporte por hidrovia ajuda a preservar o meio ambiente, dado o baixo consumo de combustível, e reduz a dependência do transporte rodoviário.
- 144.** Em "a preços" (l. 7), estaria correto o emprego do sinal indicativo de crase.

(AGENTE DE POLÍCIA FEDERAL DPF 2014 CESPE)

- 1 O uso indevido de drogas constitui, na atualidade, séria e persistente ameaça à humanidade e à estabilidade das estruturas e valores políticos, econômicos, sociais e culturais de todos os Estados e sociedades.
- 5 Suas consequências infligem considerável prejuízo às nações do mundo inteiro, e não são detidas por fronteiras: avançam por todos os cantos da sociedade e por todos os espaços geográficos, afetando homens e mulheres de diferentes grupos étnicos, independentemente

- 10 de classe social e econômica ou mesmo de idade. Questão de relevância na discussão dos efeitos adversos do uso indevido de drogas é a associação do tráfico de drogas ilícitas e dos crimes conexos — geralmente de caráter transnacional — com a criminalidade e a violência. Esses fatores ameaçam a soberania nacional e afetam a estrutura social e econômica interna, devendo o governo adotar uma postura firme de combate ao tráfico de drogas, articulando-se internamente e com a sociedade, de forma a aperfeiçoar e otimizar seus mecanismos de prevenção e repressão e garantir o envolvimento e a aprovação dos cidadãos.

Internet: <www.direitoshumanos.usp.br>.

No que se refere aos aspectos linguísticos do fragmento de texto acima, julgue os próximos itens.

145. O acento indicativo de crase em “à humanidade e à estabilidade” (l. 2-3) é de uso facultativo, razão por que sua supressão não prejudicaria a correção gramatical do texto.
146. Na linha 6, dados os sentidos do trecho introduzido por dois-pontos, o vocábulo “fronteiras” deve ser interpretado em sentido amplo, não estando restrito ao seu sentido denotativo.
147. O pronome possessivo “Suas” (l. 5) refere-se a “de todos os Estados e sociedades” (l. 4).

GABARITO

- | | | | |
|-------|-------|-------|--------|
| 1. C | 29. C | 57. E | 85. E |
| 2. E | 30. E | 58. C | 86. C |
| 3. E | 31. E | 59. E | 87. C |
| 4. E | 32. E | 60. E | 88. C |
| 5. E | 33. E | 61. C | 89. C |
| 6. E | 34. C | 62. E | 90. E |
| 7. C | 35. C | 63. X | 91. E |
| 8. E | 36. C | 64. E | 92. C |
| 9. C | 37. C | 65. E | 93. E |
| 10. C | 38. C | 66. E | 94. E |
| 11. E | 39. C | 67. C | 95. C |
| 12. C | 40. C | 68. C | 96. C |
| 13. C | 41. C | 69. E | 97. E |
| 14. E | 42. C | 70. E | 98. C |
| 15. C | 43. E | 71. C | 99. E |
| 16. E | 44. C | 72. C | 100. C |
| 17. E | 45. E | 73. C | 101. C |
| 18. C | 46. C | 74. E | 102. E |
| 19. C | 47. E | 75. C | 103. C |
| 20. C | 48. C | 76. E | 104. E |
| 21. E | 49. E | 77. C | 105. E |
| 22. E | 50. E | 78. E | 106. C |
| 23. E | 51. C | 79. E | 107. E |
| 24. C | 52. C | 80. E | 108. E |
| 25. C | 53. C | 81. C | 109. E |
| 26. E | 54. E | 82. E | 110. C |
| 27. C | 55. E | 83. E | 111. E |
| 28. C | 56. C | 84. C | 112. E |

- | | | | |
|--------|--------|--------|--------|
| 113. E | 122. E | 131. E | 140. E |
| 114. C | 123. C | 132. E | 141. C |
| 115. C | 124. E | 133. C | 142. C |
| 116. E | 125. E | 134. C | 143. C |
| 117. E | 126. C | 135. E | 144. E |
| 118. E | 127. C | 136. E | 145. E |
| 119. C | 128. E | 137. C | 146. C |
| 120. C | 129. C | 138. C | 147. E |
| 121. E | 130. E | 139. C | |

RACIOCÍNIO LÓGICO

(AGENTE ADMINISTRATIVO DPF 2014 CESPE) Considerando que P seja a proposição “Não basta à mulher de César ser honesta, ela precisa parecer honesta”, julgue os itens seguintes, acerca da lógica sentencial.

148. A negação da proposição P está corretamente expressa por “Basta à mulher de César ser honesta, ela não precisa parecer honesta”.
149. A negação da proposição P está corretamente expressa por “Basta à mulher de César ser honesta ou ela não precisa parecer honesta”.
150. Se a proposição “Basta à mulher de César ser honesta” for falsa e a proposição “A mulher de César precisa parecer honesta” for verdadeira, então a proposição P será verdadeira.
151. Se a proposição “A mulher de César é honesta” for falsa e a proposição “A mulher de César parece honesta” for verdadeira, então a proposição P será verdadeira.

(AGENTE DE POLÍCIA FEDERAL DPF 2014 CESPE) Em um restaurante, João, Pedro e Rodrigo pediram pratos de carne, frango e peixe, não necessariamente nessa ordem, mas cada um pediu um único prato. As cores de suas camisas eram azul, branco e verde; Pedro usava camisa azul; a pessoa de camisa verde pediu carne e Rodrigo não pediu frango. Essas informações podem ser visualizadas na tabela abaixo, em que, no cruzamento de uma linha com uma coluna, V corresponde a fato verdadeiro e F, a fato falso.

	carne	frango	peixe	João	Pedro	Rodrigo
azul					V	
branca						
verde	V					
João						
Pedro						
Rodrigo		F				

Considerando a situação apresentada e, no que couber, o preenchimento da tabela acima, julgue os itens seguintes.

152. Se João pediu peixe, então Rodrigo não usava camisa branca.
153. Das informações apresentadas, é possível inferir que Pedro pediu frango.

154. As informações apresentadas na situação em apreço e o fato de João ter pedido peixe não são suficientes para se identificarem a cor da camisa de cada uma dessas pessoas e o prato que cada uma delas pediu.

155. Considere que Rodrigo não seja o mais velho dos três, que Pedro tenha nascido 8 anos antes de Rodrigo e que, no final de 2015, apenas dois dos três terão completado 40 anos de idade. Nesse caso, é correto afirmar que Pedro nasceu entre 1967 e 1975.

(AGENTE ADMINISTRATIVO DPF 2014 CESPE) A partir de uma amostra de 1.200 candidatos a cargos em determinado concurso, verificou-se que 600 deles se inscreveram para o cargo A, 400 se inscreveram para o cargo B e 400, para cargos distintos de A e de B. Alguns que se inscreveram para o cargo A também se inscreveram para o cargo B.

A respeito dessa situação hipotética, julgue os itens subsecutivos.

156. Selecionando-se ao acaso dois candidatos entre os 1.200, a probabilidade de que ambos tenham-se inscrito no concurso para o cargo A ou para o cargo B é superior a $1/6$.

157. Menos de 180 candidatos se inscreveram no concurso para os cargos A e B.

(TÉCNICO LEGISLATIVO - AGENTE DE POLÍCIA LEGISLATIVA CÂMARA DOS DEPUTADOS 2014 CESPE) P1: Não perco meu voto.

P2: Se eu votar no candidato X, ele não for eleito e ele não me der um agrado antes da eleição, perderei meu voto.

P3: Se eu votar no candidato X, ele for eleito e eu não for atingido por uma benfeitoria que ele faça depois de eleito, perderei meu voto.

P4: Eu voto no candidato X.

C: O candidato X me dará um agrado antes da eleição ou serei atingido por uma benfeitoria que ele fizer depois de eleito.

A partir das proposições de P_1 a P_4 e da proposição C apresentadas acima, julgue os itens seguintes, que se referem à lógica sentencial.

158. Se as proposições P_1 e P_4 e a proposição “o candidato X é eleito” forem verdadeiras, a proposição P_3 será verdadeira, independentemente do valor lógico da proposição “não sou atingido por uma benfeitoria que o candidato faça após eleito”.

159. A proposição C é equivalente à seguinte proposição: “Se o candidato X não me der um agrado antes da eleição, serei atingido por uma benfeitoria que ele fizer após ser eleito”.

160. A negação da proposição “Eu voto no candidato X, ele não é eleito e ele não me dá um agrado antes da eleição” está corretamente expressa por “Eu não voto no candidato X, ele é eleito e ele me dá um agrado antes da eleição”.

161. Caso as proposições P_1 , P_2 e P_4 sejam verdadeiras, será verdadeira a proposição “o candidato X é eleito ou ele me dá um agrado antes da eleição”.

162. O argumento cujas premissas sejam as proposições P_1 , P_2 , P_3 e P_4 e cuja conclusão seja a proposição C será válido.

(AUDITOR DE CONTROLE EXTERNO TCDF 2014 CESPE)

Em uma empresa, as férias de cada um dos 50 empregados podem ser marcadas na forma de trinta dias ininterruptos, ou os trinta dias podem ser fracionados em dois períodos de quinze dias ininterruptos ou, ainda, em três períodos de dez dias ininterruptos. Em 2013, depois de marcadas as férias de todos os 50 empregados, constatou-se que 23, 20 e 28 deles marcaram os trinta dias de férias ou parte deles para os meses de janeiro, fevereiro e junho, respectivamente. Constatou-se, também, que, nesse ano, nenhum empregado marcou férias para algum mês diferente dos mencionados.

Tendo como referência as informações acima, julgue os itens que se seguem.

163. Se apenas 6 empregados fracionaram as férias em 3 períodos de 10 dias, então mais de 10 empregados fracionaram as férias em 2 períodos de 15 dias.

164. Considere que, em 2013, nenhum empregado que trabalha na empresa há mais de 10 anos tenha marcado férias para o mês de junho, e que, no mês de maio, a empresa tenha escolhido, aleatoriamente, 2 de seus empregados para participar de um curso de formação. Nesse caso, a probabilidade de esses 2 empregados escolhidos trabalharem na empresa há mais de 10 anos é inferior a 0,2.

165. Suponha que, em 2013, mais de $5/6$ dos empregados que não marcaram férias para fevereiro eram do sexo feminino e mais de $2/3$ dos que não marcaram férias para janeiro eram do sexo masculino. Nessa situação, é correto afirmar que, em 2013, havia na empresa no máximo 12 mulheres a mais que homens.

(VÁRIOS CARGOS ANTAQ 2014 CESPE)

Uma pesquisa sobre o objeto de atividade de 600 empresas apresentou o seguinte resultado:

I – $5/6$ dessas empresas atuam no mercado de transporte fluvial de cargas;

II – $1/3$ dessas empresas atuam no mercado de transporte fluvial de passageiros;

III – 50 dessas empresas não atuam com transporte fluvial, nem de cargas, nem de passageiros;

Com base nessa situação hipotética e sabendo-se que as 600 empresas pesquisadas se enquadram em, pelo menos, uma das 3 opções acima, julgue os itens a seguir.

166. A partir do resultado da pesquisa, é correto concluir que $1/4$ dessas empresas atuam tanto no mercado de transporte fluvial de cargas quanto no de passageiros.

167. Selecionada, ao acaso, uma dessas empresas, a probabilidade de que ela não atue com transporte fluvial de cargas nem de passageiros é inferior a 10%.

168. O número de empresas que atuam somente no mercado de transporte fluvial de passageiros é superior ao número de empresas que não atuam com transporte fluvial, nem de cargas, nem de passageiros.

(TÉCNICO LEGISLATIVO AGENTE DE POLÍCIA LEGISLATIVA CÂMARA DOS DEPUTADOS 2014 CESPE)

Em determinado colégio, todos os 215 alunos estiveram presentes no primeiro dia de aula; no segundo dia letivo, 2 alunos faltaram; no terceiro dia, 4 alunos faltaram; no quarto dia, 6 alunos faltaram, e assim sucessivamente.

Com base nessas informações, julgue os próximos itens, sabendo que o número de alunos presentes às aulas não pode ser negativo.

169. Se houver um número de aulas suficientes e se a regra que define o número de faltosos for mantida, então haverá um dia letivo em que todos os alunos faltarão.

170. No vigésimo quinto dia de aula, faltaram 50 alunos.

Considerando que P seja a proposição “Se o bem é público, então não é de ninguém”, julgue os itens subsequentes.

171. A proposição P é equivalente à proposição “Se o bem é de todos, então é público”.

172. A negação da proposição P está corretamente expressa por “O bem é público e é de todos”.

173. A proposição P é equivalente à proposição “Se o bem é de alguém, então não é público”.

(VÁRIOS CARGOS ANTAQ 2014 CESPE) Julgue os itens seguintes, acerca da proposição P: Quando acreditar que estou certo, não me importarei com a opinião dos outros.

174. A proposição P é logicamente equivalente a “Como não me importo com a opinião dos outros, acredito que esteja certo”.

175. Uma negação correta da proposição “Acredito que estou certo” seria “Acredito que não estou certo”.

176. Se a proposição “Acredito que estou certo” for verdadeira, então a veracidade da proposição P estará condicionada à veracidade da proposição “Não me importo com a opinião dos outros”.

(AUDITOR DE CONTROLE EXTERNO TCDF 2014 CESPE)

José, Luís e Mário são funcionários públicos nas funções de auditor, analista e técnico, não necessariamente nessa ordem. Sabe-se que José não é analista, que o técnico será o primeiro dos três a se aposentar e que o analista se aposentará antes de Mário. Todo ano os três tiram um mês de férias e, no ano passado, no mesmo mês que José saiu de férias, ou Luís ou Mário também saiu.

Com base nessas informações, julgue os itens que se seguem.

177. Considerando-se as proposições “A: José tirou férias em janeiro de 2013”; “B: Luís tirou férias em janeiro de 2013”; e “C: Mário tirou férias em janeiro de 2013”, é correto afirmar que a proposição $(A \sim C) \rightarrow B$ não é uma tautologia, isto é, dependendo de A, B ou C serem verdadeiras ou falsas, ela pode ser verdadeira ou falsa.

178. Mário é analista, José é técnico e Luís, auditor.

179. Se os três servidores trabalharem até o momento da aposentadoria e se aposentarem nos tempos previstos, então José ou Mário ainda estarão trabalhando quando Luís completar o tempo necessário para se aposentar.

GABARITO

148. E	159. C	170. E
149. C	160. E	171. E
150. C	161. C	172. E
151. E	162. C	173. C
152. C	163. E	174. E
153. E	164. C	175. E
154. E	165. C	176. C
155. X	166. C	177. E
156. X	167. C	178. E
157. E	168. E	179. C
158. E	169. E	

DIREITO ADMINISTRATIVO

(AGENTE ADMINISTRATIVO MTE 2014 CESPE) O Decreto n. 5.063/2004 aprovou a estrutura regimental do MTE, órgão vinculado à administração federal. Compõem sua estrutura as superintendências regionais do trabalho e emprego, a Fundação Jorge Duprat Figueiredo, de Segurança e Medicina do Trabalho (FUNDACENTRO), entidade vinculada, dotada de personalidade jurídica própria.

Considerando as informações acima, julgue os próximos itens acerca da organização administrativa do Estado.

180. As empresas públicas são entidades integrantes do quadro da administração direta dotadas de personalidade jurídica própria.

181. A criação do MTE e das superintendências regionais do trabalho e emprego caracteriza a utilização da técnica denominada desconcentração administrativa.

182. A FUNDACENTRO compõe a administração indireta da União.

(TÉCNICO LEGISLATIVO AGENTE DE POLÍCIA LEGISLATIVA CÂMARA DOS DEPUTADOS 2014 CESPE) Julgue os seguintes itens, referentes ao regime jurídico dos servidores públicos federais.

183. Os cargos de confiança vagos só poderão ser preenchidos, ainda que de forma interina, mediante o instituto jurídico da nomeação.

- 184.** Servidor técnico legislativo da Câmara dos Deputados em gozo de licença para tratar de interesses particulares poderá participar da gerência de sociedade privada, sendo-lhe vedado apenas o exercício de atos de comércio.
- 185.** Considere que determinada autoridade tenha instaurado processo disciplinar para apurar denúncia que relata o cometimento de irregularidades por servidor lotado no setor sob sua responsabilidade. Nessa situação, como medida cautelar e a fim de evitar que o servidor denunciado influa na apuração, a autoridade poderá afastá-lo do exercício do cargo durante todo o curso do processo, sem prejuízo de sua remuneração.
- 186.** Um cidadão aprovado no cargo de técnico legislativo da Câmara dos Deputados que não possa comparecer à sua posse por motivos de foro pessoal poderá tomar posse mediante procuração específica.

(VÁRIOS CARGOS FUB 2015 CESPE)

Maria, servidora pública federal estável, integrante de comissão de licitação de determinado órgão público do Poder Executivo federal, recebeu diretamente, no exercício do cargo, vantagem econômica indevida para que favorecesse determinada empresa em um procedimento licitatório. Após o curso regular do processo administrativo disciplinar, confirmada a responsabilidade de Maria na prática delituosa, foi aplicada a pena de demissão.

Considerando essa situação hipotética, julgue os itens a seguir, com base na legislação aplicável ao caso.

- 187.** A infração praticada por Maria caracteriza-se como ato de improbidade administrativa que importa enriquecimento ilícito.
- 188.** Caso a penalidade aplicada seja posteriormente invalidada por meio de sentença judicial, Maria deverá ser reintegrada ao cargo anteriormente ocupado.
- 189.** Caso Maria, notoriamente, possuísse boa conduta no ambiente de trabalho e não houvesse registros negativos em seus assentamentos funcionais, a administração poderia, com fundamento em tais atenuantes, ter optado pela imposição de penalidade menos gravosa.
- 190.** Supondo o regular funcionamento de uma comissão de ética no órgão ao qual pertencia Maria, é correto afirmar que a pena de demissão poderia ter sido diretamente aplicada por essa comissão, caso o parecer que fundamentasse essa decisão fosse assinado por todos os seus integrantes.

(ANALISTA JUDICIÁRIO JUDICIÁRIA TRE GO 2015 CESPE) Acerca dos atos administrativos e do processo administrativo sob o regime da Lei n.9.784/1999, julgue os itens a seguir.

- 191.** Conforme jurisprudência assente do Supremo Tribunal de Justiça, a licença para funcionamento de farmácia tem natureza de ato administrativo discricionário.

- 192.** Conforme entendimento consolidado do Supremo Tribunal Federal, a revogação de ato administrativo que já gerou efeitos concretos exige regular processo administrativo.

- 193.** Conforme expressa disposição da Lei n. 9.784/1999, se ocorrer equivocada interposição de recurso administrativo perante autoridade incompetente, será indicada ao recorrente a autoridade competente e devolvido o prazo recursal.

(TÉCNICO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO FUB 2015 CESPE) Com base no que dispõem as Leis n. 8.112/1990 e n. 9.784/1999, julgue os itens que se seguem.

- 194.** Considere que Joana, servidora pública da Universidade de Brasília, tenha recebido documentação para a instrução do processo administrativo de posse de um professor estrangeiro em um cargo público da universidade. Nessa situação, Joana deve desconsiderar a não apresentação, pelo professor, do documento comprobatório de nacionalidade brasileira, devendo dar prosseguimento ao referido processo.

- 195.** Considere que João, de setenta anos de idade, servidor público federal aposentado por invalidez, tenha solicitado a reversão de sua aposentadoria. Nessa situação, mesmo que a junta médica oficial tenha concluído que o referido servidor não apresenta qualquer condição incapacitante para o exercício profissional, a administração deverá indeferir a solicitação de João.

- 196.** O princípio da motivação deve nortear a administração pública na prática dos seus atos. Por essa razão, o administrador, com o fim de propiciar segurança, deve adotar, nos processos administrativos, formas e procedimentos complexos, com várias etapas e verificações.

- 197.** No âmbito do processo administrativo, o não atendimento, por parte do interessado, de intimação regularmente oficializada pelo órgão competente, não impede o prosseguimento do processo administrativo. Todavia, não será mais garantido o direito da ampla defesa ao interessado.

(TÉCNICO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA TCDF 2014 CESPE) Com relação ao direito administrativo, julgue os itens subsequentes.

- 198.** O servidor reprovado no estágio probatório pela autoridade competente deverá ser exonerado de ofício.

- 199.** Em virtude do princípio da reserva legal, a criação dos entes integrantes da Administração indireta depende de lei específica.

- 200.** Considere que determinado secretário de Estado do DF tenha editado um ato administrativo que, embora legal, tenha gerado controvérsia entre os servidores do órgão. Nessa situação, havendo mudança da titularidade do cargo, novo secretário poderá revogar, com efeito retroativo, o referido ato administrativo.

(VÁRIOS CARGOS ANTAQ 2014 CESPE) Com relação ao que dispõe a Lei n. 8.429/1992, julgue os próximos itens.

- 201. Constituem atos de improbidade administrativa a permissão, a facilitação e a concorrência para o enriquecimento ilícito de terceiros.
- 202. O sucessor daquele que causar lesão ao patrimônio público está sujeito às cominações dessa lei até o limite do valor da herança.

(AGENTE ADMINISTRATIVO MTE 2014 CESPE) Acerca do regime jurídico administrativo e dos atos administrativos, julgue os próximos itens.

- 203. Viola o princípio da impessoalidade a edição de ato administrativo que objetive a satisfação de interesse meramente privado.
- 204. Em razão da submissão ao regime jurídico administrativo, a administração pública não dispõe da mesma liberdade para contratar que é conferida a particular.

(TÉCNICO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA TCDF 2014 CESPE) No que se refere ao ato administrativo, julgue os itens que se seguem.

- 205. Parecer jurídico opinativo emitido pela Procuradoria do DF como resposta a consulta do governo do DF sobre edital licitatório para a contratação de determinado serviço é considerado ato constitutivo e vinculará a administração.
- 206. O aluguel, pelo TCDF, de espaço para ministrar cursos de especialização aos seus servidores constitui ato administrativo, ainda que regido pelo direito privado.
- 207. Ato administrativo de manifesto conteúdo discriminatório editado por ministério poderá ser invalidado, com efeitos retroativos, tanto pela Administração como pelo Poder Judiciário, ressalvados os direitos de terceiros de boa-fé.
- 208. Caso determinado servidor, no exercício de sua competência delegada, edite ato com vício sanável, a autoridade delegante poderá avocar a competência e convalidar o ato administrativo, independentemente da edição de novo ato normativo.

(TÉCNICO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO FUB 2015 CESPE) Com relação aos servidores públicos, julgue os próximos itens, de acordo com a Constituição Federal de 1988.

- 209. O servidor público da Administração direta que for investido no mandato de vereador deverá optar entre a remuneração da vereança e a de seu cargo público.
- 210. Para o cálculo de benefício previdenciário, o tempo de serviço do servidor afastado para investidura em mandato eletivo continua a ser contado como se em exercício estivesse.

(DEFENSOR PÚBLICO DPE PE 2015 CESPE) Julgue os itens que se seguem, a respeito de atos administrativos.

- 211. Em obediência ao princípio da solenidade das formas, o ato administrativo deve ser escrito, registrado e publicado, não se admitindo no direito público o silêncio como forma de manifestação de vontade da Administração.
- 212. Os atos da Administração que apresentarem vício de legalidade deverão ser anulados pela própria Administração. No entanto, se de tais atos decorrerem efeitos favoráveis a seus destinatários, o direito da Administração de anular esses atos administrativos decairá em cinco anos, contados da data em que forem praticados, salvo se houver comprovada má-fé.

(ANALISTA JUDICIÁRIO ADMINISTRATIVA TRE GO 2015 CESPE) Acerca das entidades paraestatais e do terceiro setor, julgue os itens seguintes.

- 213. Entidades paraestatais são pessoas jurídicas de direito público ou privado que atuam ao lado do Estado, executando atividades de interesse público, porém não privativas do ente estatal.
- 214. As organizações da sociedade civil de interesse público são pessoas jurídicas de direito privado que firmam contrato de gestão com o poder público, com a finalidade de firmar parceria entre as partes, objetivando o fomento e a execução de atividades de interesse social, sem fins lucrativos.
- 215. Às organizações sociais é vedada a finalidade de lucro, devendo ser suas atividades estatutárias dirigidas ao ensino, à pesquisa científica, ao desenvolvimento tecnológico, à proteção e preservação do meio ambiente, à cultura e à saúde.

(VÁRIOS CARGOS NÍVEL SUPERIOR CADE 2014 CESPE) Com relação a licitações, contratos e convênios, julgue os próximos itens.

- 216. O julgamento da licitação para registro de preços, por técnica e preço, pode ser adotado, desde que seja prolatado despacho fundamentado da autoridade máxima do órgão. Para a realização desse tipo de licitação, é necessária a indicação de dotação orçamentária.
- 217. A transferência financeira para órgão estadual, decorrente da celebração de convênio com a União, deve ser feita exclusivamente por meio de instituição financeira controlada pela União.
- 218. Caso um equipamento integrante do patrimônio do CADE não tenha utilização previsível, ele poderá ser vendido a outra entidade da Administração Pública sem a realização de licitação.
- 219. Para a realização de contrato de serviço de engenharia no âmbito do Sistema Único de Saúde, é possível a aplicação do regime diferenciado de contratações públicas, e deve ser observado, entre outros, o princípio do desenvolvimento nacional sustentável.

(VÁRIOS CARGOS CGE PI 2015 CESPE) À luz das disposições contidas na Lei de Licitações — Lei n. 8.666/1993 — e na Lei dos Pregões — Lei n. 10.520/2002 —, julgue os itens que se seguem.

220. Em uma licitação, é vedada a participação direta ou indireta de servidor da entidade licitante.

221. A equipe de apoio do pregão será integrada exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo na Administração, pertencentes ao quadro permanente do respectivo órgão público.

Julgue o item a seguir, acerca dos atos administrativos e da responsabilidade civil do Estado.

222. A Administração pode anular os próprios atos, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos e ressalvada a apreciação judicial, bem como pode revogá-los quando eles estiverem eivados de vícios que os tornem ilegais.

223. As pessoas jurídicas de direito público responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável apenas nos casos de dolo.

224. De acordo com a teoria do risco integral, é suficiente a existência de um evento danoso e do nexo de causalidade entre a conduta administrativa e o dano para que seja obrigatória a indenização por parte do Estado, afastada a possibilidade de ser invocada alguma excludente da responsabilidade.

(VÁRIOS CARGOS ANTAQ 2014 CESPE) Em relação aos atos administrativos, aos agentes públicos, aos poderes administrativos e à responsabilidade do Estado, julgue os itens que se seguem.

225. Consideram-se válidos os efeitos produzidos pelo ato administrativo até o momento de sua eventual revogação pela Administração Pública, quer no que diz respeito às partes interessadas, quer em relação a terceiros sujeitos aos seus efeitos reflexos.

226. O ato de delegação de competência, revogável a qualquer tempo pela autoridade delegante, decorre do poder administrativo hierárquico.

227. Segundo o entendimento recente do STF e do STJ, o fato de haver instauração de inquérito policial ou proposição de ação penal contra candidato inscrito em concurso público é causa para a sua eliminação do certame.

228. Caso um servidor público federal se ausente do serviço durante o expediente sem a prévia autorização do chefe imediato, a autoridade administrativa que tomar ciência da irregularidade estará obrigada a promover a apuração imediata dos fatos, mediante processo administrativo disciplinar.

(ANALISTA JUDICIÁRIO ADMINISTRATIVA TRE GO 2015 CESPE) Pedro, servidor de um órgão da Administração Pública, foi informado por seu chefe da possibilidade de ser removido por ato de ofício para outra cidade, onde ele passaria a exercer suas funções.

Nessa situação hipotética, considerando as regras dispostas na Lei n. 8.112/1990, julgue os itens subsequentes.

229. Se for removido, Pedro terá direito a receber ajuda de custo correspondente ao valor efetivamente gasto no deslocamento, seu e de sua família, que inclui despesa com passagem, bagagem e bens pessoais.

230. Pedro não poderá se recusar à remoção, que tem fundamento no denominado poder hierárquico da Administração Pública.

231. Caso Pedro seja removido por motivação fundamentada em situação de fato, a validade do ato que determine a remoção fica condicionada à veracidade dessa situação por força da teoria dos motivos determinantes.

(VÁRIOS CARGOS NÍVEL MÉDIO ICMBIO 2014 CESPE) Com base na Lei n. 8.112/1990 e na Lei n. 9.784/1999, julgue os itens subsequentes.

232. Um técnico do ICMBio aprovado no estágio probatório somente perderá o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado ou de processo administrativo disciplinar em que lhe sejam assegurados a ampla defesa e o contraditório.

233. Considere que o ICMBio tenha instaurado processo administrativo que necessite da realização de atos em município que não tenha órgão hierarquicamente subordinado ao instituto. Nessa situação, se houver, naquela localidade, outro órgão administrativo apto a executar os atos necessários à instrução do processo, é possível que parte da competência do instituto lhe seja delegada.

234. Caso um técnico do ICMBio tenha tomado posse no seu cargo em 2013 e entre em gozo de licença para atividade política em 2014, o estágio probatório deverá ser suspenso durante o período de afastamento.

(ANALISTA JUDICIÁRIO TRE GO 2015 CESPE) Acerca do regime jurídico dos servidores públicos civis da União, os próximos itens apresentam uma situação hipotética, seguida de uma assertiva a ser julgada.

235. Pablo, técnico judiciário do TRE/GO, recebe mensalmente adicional de qualificação por ter concluído curso de mestrado na sua área de atuação. Nessa situação, os valores recebidos por Pablo pela referida qualificação incorporam-se ao seu vencimento.

236. Joaquim, analista judiciário do TRE/GO, solicitou licença por motivo de doença em pessoa da família em razão do quadro clínico de saúde de sua sobrinha. Nessa situação, é possível a concessão da referida licença ao servidor.

237. Flávia, analista judiciária do TRE/GO, acumula licitamente o cargo de analista e um cargo de professora na rede pública de ensino em Goiânia. Por sua competência, foi convidada a ocupar cargo em comissão no governo estadual de Goiás. Nesse caso, para ocupar o cargo em comissão, Flávia deve afastar-se dos dois cargos efetivos.

238. Caio, analista judiciário do TRE/GO, está em gozo de licença para tratar de interesses particulares. Nessa situação, a referida licença pode ser interrompida, a qualquer tempo, se for de interesse do tribunal.

239. O TRE/GO recebeu denúncias sobre supostas irregularidades praticadas por José, um de seus analistas judiciários. Nessa situação, ainda que os atos atribuídos a José não configurem evidente infração disciplinar ou ilícito penal, a autoridade responsável do tribunal deve determinar a instauração de processo administrativo disciplinar.

240. Ana, que está em licença por afastamento de seu marido, e Júlio, que está de férias, são servidores do TRE/GO e foram nomeados para ocupar cargos na Administração Pública federal. Nessa situação, as posses dos dois servidores em seus novos cargos devem ocorrer no prazo de trinta dias contados da publicação dos respectivos atos de provimento nos cargos.

241. Luana, analista judiciária do TRE/GO, tem procedido de forma desidiosa no exercício de suas atribuições. Nessa situação, Luana comete transgressão disciplinar e está sujeita à pena de demissão do serviço público.

242. Pedro, analista judiciário, tomou posse no TRE/GO em 10/10/2011; Gilson, outro analista do tribunal, que havia sido demitido do serviço público, foi reintegrado ao cargo, já ocupado por Pedro, em dezembro de 2014. Nessa situação, o cargo deve passar a ser novamente ocupado por Gilson, e Pedro deve ser redistribuído.

(AGENTE ADMINISTRATIVO MTE 2014 CESPE)
Acerca das organizações da sociedade civil de interesse público (OSCIP), julgue os itens a seguir.

243. A entidade interessada em qualificar-se como OSCIP deve preencher requisitos expressos em lei, como, por exemplo, dar publicidade ao relatório anual de suas atividades e sujeitar-se a auditorias externas independentes.

244. A celebração do termo de parceria, instrumento de comum acordo que discriminará os direitos, responsabilidades e obrigações do poder público e das OSCIPs, deve ser precedida de consulta aos conselhos de políticas públicas das áreas correspondentes de atuação existentes nos respectivos níveis de governo.

245. A qualificação de uma pessoa jurídica de direito privado como OSCIP ocorre por meio de ato de ministro de Estado ou titular de órgão supervisor, ou ainda pelo regulador da área de atividade correspondente ao seu objeto social.

(VÁRIOS CARGOS ANTAQ 2014 CESPE) Julgue os itens seguintes, com base no disposto na Lei n.8.112/1990.

246. A ação disciplinar contra servidor público prescreve em dois anos, quanto à suspensão.

247. As sanções civis, penais e administrativas, por serem dependentes entre si, não poderão acumular-se.

248. Uma das penalidades disciplinares aplicáveis ao servidor público é a cassação de aposentadoria ou disponibilidade.

No que se refere ao controle da Administração Pública, à improbidade administrativa e ao processo administrativo, julgue os itens subsequentes.

249. Embora os particulares se sujeitem à Lei de Improbidade Administrativa, não é possível o ajuizamento de ação de improbidade administrativa exclusivamente contra particular, sem a presença de agente público no polo passivo da demanda.

250. As decisões das agências reguladoras federais estão sujeitas à revisão ministerial, inclusive por meio de recurso hierárquico impróprio.

251. Cabe recurso, pela parte interessada, das decisões administrativas, dirigido à autoridade que ocupe grau hierárquico superior ao daquela que tenha proferido a decisão.

(ANALISTA JUDICIÁRIO JUDICIÁRIA TRE GO 2015 CESPE) Acerca de improbidade administrativa e controle da Administração Pública, julgue os itens a seguir.

252. A sanção de perda da função pública decorrente de sentença em ação de improbidade administrativa não tem natureza de sanção administrativa.

253. Conforme a doutrina dos *checks and balances*, a preservação do equilíbrio das instituições democráticas, inclui-se entre os objetivos do controle administrativo.

254. Embora possa corresponder a crime definido em lei, o ato de improbidade administrativa, em si, não constitui crime.

(TÉCNICO JUDICIÁRIO PROGRAMAÇÃO DE SISTEMAS TRE GO 2015 CESPE) A respeito da Lei n. 8.112/1990, O próximo item apresenta uma situação hipotética, seguida de uma assertiva a ser julgada.

255. Um processo administrativo disciplinar instaurado para apurar possíveis irregularidades cometidas por um servidor público federal revelou o desvio de verbas públicas. Nessa situação, o eventual ajuizamento da ação penal não extinguirá o procedimento administrativo contra o servidor.

(ANALISTA JUDICIÁRIO ADMINISTRATIVA TRE GO 2015 CESPE) Rafael, agente público, chocou o veículo que dirigia, de propriedade do ente ao qual é vinculado, com veículo particular dirigido por Paulo, causando-lhe danos materiais.

Acerca dessa situação hipotética, julgue os seguintes itens.

- 256.** A responsabilidade da Administração pode ser afastada caso fique comprovada a culpa exclusiva de Paulo e pode ser atenuada em caso de culpa concorrente.
- 257.** A responsabilidade da Administração pelos danos causados a terceiro é objetiva, ou seja, independe da comprovação do dolo ou culpa de Rafael.
- 258.** Caso Rafael seja empregado de empresa terceirizada, contratada pela Administração para a prestação de serviços de transporte de materiais, a responsabilidade do ente público será objetiva, porém subsidiária.
- 259.** Rafael pode ser responsabilizado, regressivamente, se for comprovado que agiu com dolo ou culpa, mesmo sendo ocupante de cargo em comissão, e deve ressarcir a Administração dos valores gastos com a indenização que venha a ser paga a Paulo.

(AGENTE ADMINISTRATIVO DPF 2014 CESPE) A respeito de processos licitatórios, julgue os seguintes itens.

- 260.** Não há previsão legal para o estabelecimento, nos processos licitatórios, de margem de preferência para bens e serviços com tecnologia desenvolvida no Brasil.
- 261.** Considere que determinada pessoa jurídica de direito privado que administra um porto brasileiro pretenda contratar o único escritório de advocacia especializado em direito portuário no Brasil para promover ações judiciais acerca dessa matéria. Nessa situação, é dispensável a licitação.
- 262.** Considere que a empresa X, vencedora de licitação para prestar serviços de segurança nos terminais de ônibus urbanos de determinado município, tenha falido e deixado de cumprir suas obrigações para com o poder público e que a Administração tenha contratado, emergencialmente, a empresa Y para executar os serviços no prazo de cento e oitenta dias.
- Nessa situação, se novo processo de licitação não for concluído dentro do referido prazo, a Administração Pública pode, de acordo com a legislação, efetuar a prorrogação do contrato emergencial com a empresa Y por mais noventa dias.
- 263.** A transferência, mediante ato administrativo, da execução de determinado serviço público a uma autarquia configura descentralização administrativa por outorga.
- 264.** Dadas as alterações feitas, nos últimos anos, no marco regulatório das licitações públicas, aos requisitos do melhor preço e da maior vantagem para a Administração Pública somaram-se, também, critérios de sustentabilidade ambiental.

(TÉCNICO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA TCDF 2014 CESPE) A respeito da organização administrativa, julgue os próximos itens.

- 265.** Configura hipótese de descentralização administrativa a criação de uma eventual Secretaria de Estado de Aquisições do DF.
- 266.** O Serviço Social do Comércio, exemplo de entidade de direito privado que atua em colaboração com o Estado, apesar de ter sido criado por lei, não integra a Administração indireta.
- 267.** Os municípios, assim como os estados-membros, poderão ter sua Administração indireta, em razão da autonomia a eles conferida pela CF.
- 268.** Ao contrário das empresas públicas, em que o regime de pessoal é híbrido, sendo permitida a vinculação de agentes tanto sob o regime celetista quanto sob o estatutário, nas sociedades de economia mista, o vínculo jurídico que se firma é exclusivamente contratual, sob a égide da Consolidação das Leis do Trabalho.

No que se refere aos agentes públicos e aos dispositivos da Lei Complementar n. 840/2011, julgue os seguintes itens.

- 269.** Se candidato aprovado em concurso público comprovar, perante a Administração, a incapacidade transitória por motivo de saúde para tomar posse em determinado cargo público no dia previamente determinado, poderá a posse ocorrer com efeito retroativo.
- 270.** Empresário convocado pela justiça eleitoral para ser mesário durante as eleições será considerado agente público, mesmo que em caráter transitório, enquanto exercer a função a ele designada pelo Estado.
- 271.** Considere que determinado servidor estável do TJDF, no decorrer de processo administrativo disciplinar instaurado contra ele pelo cometimento de infração disciplinar, tenha tomado posse, em um tribunal federal, em razão de aprovação em concurso público, tendo deixado o cargo anterior vago. Nessa situação, estando o referido servidor em exercício em órgão de outro ente da Federação, o processo administrativo disciplinar deverá ser arquivado, sem prejuízo de eventuais ações nas esferas penal e cível.
- 272.** Em obediência ao princípio da soberania nacional, os estrangeiros somente poderão ocupar funções públicas de caráter transitório e sem vínculo estatutário.
- 273.** Considere que determinada autarquia do DF tenha sido extinta, que seus servidores estáveis tenham sido colocados em disponibilidade e, posteriormente, tenham reingressado no serviço público do DF em cargos de atribuições e vencimentos compatíveis com os que antes ocupavam e percebiam. Nessa situação hipotética, configura-se reingresso por aproveitamento.

(ANALISTA JUDICIÁRIO ADMINISTRATIVA TRE GO 2015 CESPE) Durante a realização de escavações para a expansão de obra de metrô, de responsabilidade do governo federal, ocorreu acidente que resultou na abertura de imensa cratera em área residencial e consequente desmoronamento de um edifício com soterramento de veículos. Os particulares prejudicados pretendem formular pedidos de ressarcimento junto à Administração Pública.

Considerando essa situação hipotética e as regras contidas na Lei n. 9.784/1999, julgue os itens que se seguem.

- 274.** Os interessados deverão aguardar decisão administrativa referente aos seus pedidos para, então, se insatisfeitos, buscarem a via judicial para a resolução da questão.
- 275.** O prazo para a interposição de recurso administrativo contra eventual decisão denegatória dos pedidos de ressarcimento é de 15 dias, contados a partir da data da intimação do interessado.
- 276.** Se não houver preceito legal em sentido contrário, os pedidos dos interessados podem ser reunidos em um único requerimento, desde que tenham conteúdo e fundamentos idênticos.

(AGENTE ADMINISTRATIVO MDIC 2014 CESPE) No que se refere aos agentes públicos e aos poderes administrativos, julgue os itens que se seguem. Nesse sentido, considere que a sigla CF, sempre que empregada, refere-se à Constituição Federal de 1988.

- 277.** Suponha que, após uma breve discussão por questões partidárias, determinado servidor, que sofria constantes perseguições de sua chefia por motivos ideológicos, tenha sido removido, por seu superior hierárquico, que desejava puni-lo, para uma localidade inóspita. Nessa situação, houve abuso de poder, na modalidade excesso de poder.
- 278.** Considere que um servidor vinculado à Administração unicamente por cargo em comissão cometa uma infração para a qual a Lei n. 8.112/1990 preveja a sanção de suspensão. Nesse caso, se comprovadas a autoria e a materialidade da irregularidade, o servidor sofrerá a penalidade de destituição do cargo em comissão.
- 279.** Com a promulgação da CF, foram extintos os denominados cargos vitalícios, tendo sido resguardado, entretanto, o direito adquirido daqueles que ocupavam esse tipo de cargo à época da promulgação da CF.

(VÁRIOS CARGOS NÍVEL SUPERIOR CADE 2014 CESPE) A respeito do processo administrativo disciplinar, julgue o item subsecutivo.

- 280.** Caso o relatório da comissão processante de processo administrativo disciplinar conclua pela aplicação da penalidade de quarenta e cinco dias de suspensão a bibliotecário em exercício no CADE, os autos do processo deverão ser encaminhados ao ministro da Justiça, autoridade competente para decisão nesse processo.

(ANALISTA JUDICIÁRIO ADMINISTRATIVA TRE GO 2015 CESPE) Determinado ente da Administração Pública deseja realizar procedimento licitatório para a contratação de serviços de segurança patrimonial armada para seu edifício sede.

Considerando essa situação hipotética, julgue os próximos itens.

- 281.** A contratação dos serviços pretendidos constitui forma descentralizada de execução de serviços públicos, por delegação, na modalidade terceirização.
- 282.** O objeto da contratação pretendida pode ser classificado como serviço de natureza contínua.
- 283.** O valor estimado da contratação é determinante na escolha da modalidade licitatória a ser adotada: concorrência pública, tomada de preços, convite ou pregão.

(DEFENSOR PÚBLICO DPE PE 2015 CESPE) Com base na jurisprudência do STJ, julgue os itens seguintes.

- 284.** Segundo entendimento já consolidado no âmbito do STJ, a quitação de multas de trânsito vencidas não pode ser condição para a liberação de veículo regularmente apreendido, haja vista que a multa não constitui punição autoexecutória.
- 285.** Segundo o entendimento jurisprudencial dominante no STJ relativo ao princípio da continuidade dos serviços públicos, não é legítimo, ainda que cumpridos os requisitos legais, o corte de fornecimento de serviços públicos essenciais, em caso de estar inadimplente pessoa jurídica de direito público prestadora de serviços indispensáveis à população.

(AGENTE ADMINISTRATIVO MDIC 2014 CESPE) Acerca da organização administrativa e dos atos administrativos, julgue os itens a seguir.

- 286.** Adotando-se o critério de composição do capital, podem-se dividir as entidades que compõem a Administração indireta em dois grupos: um grupo, formado pelas autarquias e fundações públicas, cujo capital é exclusivamente público; e outro grupo, constituído pelas sociedades de economia mista e empresas públicas, cujo capital é formado pela conjugação de capital público e privado.
- 287.** Se, em razão do grande número de contratações realizadas pela União, for criado um Ministério de Aquisições, ter-se-á, nessa situação, exemplo do fenômeno denominado desconcentração administrativa.
- 288.** Suponha que determinado ato administrativo, percorrido seu ciclo de formação, tenha produzido efeitos na sociedade e, posteriormente, tenha sido reputado, pela própria Administração Pública, desconforme em relação ao ordenamento jurídico. Nesse caso, considere-se o ato perfeito, eficaz e inválido.

(TÉCNICO JUDICIÁRIO ADMINISTRATIVA TRE GO 2015 CESPE) Com relação a licitações, julgue o item que se segue.

289. A modalidade de licitação adequada deve ser definida de acordo com o objeto a ser adquirido ou obra a ser contratada, decisão que deve ser seguida pela apuração do valor total do objeto a ser licitado.

(AGENTE ADMINISTRATIVO MTE 2014 CESPE) No que se refere à Lei n. 8.666/1993, julgue os itens subsequentes.

290. Todos os contratos para os quais a lei exige licitação são firmados *intuitu personae*, ou seja, em razão de condições pessoais do contratado, apuradas no procedimento da licitação.

291. Considere que um município tenha interesse em celebrar contrato de programa com outro ente da Federação, ou com entidade de sua Administração indireta, para a prestação de serviços públicos de forma associada nos termos do autorizado em contrato de consórcio público. Nessa situação, a licitação será dispensável.

292. Se a Administração necessita adquirir equipamentos que só podem ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivo, a licitação é dispensada, pois cabe ao poder público ajuizar a conveniência e oportunidade da dispensa.

(ANALISTA JUDICIÁRIO JUDICIÁRIA TRE GO 2015 CESPE) Em decorrência do lançamento indevido de condenação criminal em seu registro eleitoral, efetuado por servidor do TRE/GO, um cidadão que não havia cometido nenhum crime, ficou impedido de votar na eleição presidencial, razão por que ajuizou contra o Estado ação pleiteando indenização por danos morais. Apurou-se que o erro havia ocorrido em virtude de homonímia e que tal cidadão, instado pelo TRE/GO em determinado momento, havia se recusado a fornecer ao tribunal o número de seu CPF.

Considerando a situação hipotética apresentada, julgue os itens seguintes, referente à responsabilidade civil do Estado.

293. Na referida ação, fundamentada na responsabilidade objetiva do Estado, constarão como corréus o servidor responsável pelo erro e o poder público.

294. Em sua defesa, o poder público poderá alegar culpa do cidadão na geração do erro, uma vez que ele não forneceu o número de seu CPF. Nesse caso, conforme a teoria do risco administrativo, demonstrada culpa da vítima, a indenização poderá ser atenuada ou excluída.

295. Para garantir o seu direito de regresso, o poder público, ao responder à ação de indenização, deverá promover a denúncia da lide ao servidor causador ao suposto dano.

(AGENTE ADMINISTRATIVO MDIC 2014 CESPE) No que concerne à licitação, ao controle da Administração Pública e ao regime jurídico-administrativo, julgue o item.

296. Os princípios da Administração Pública expressamente dispostos na CF não se aplicam às sociedades de economia mista e às empresas públicas, em razão da natureza eminentemente empresarial dessas entidades.

297. Considere que o governo de determinado município onde houve desabamentos em decorrência de fortes chuvas tenha, em razão disso, decretado estado de calamidade pública. Nesse caso, haja vista a urgência da situação, poderá haver a dispensa de licitação para a realização de obras necessárias à contenção de novos desabamentos.

298. As formas de controle interno na Administração Pública incluem o controle ministerial, exercido pelos ministérios sobre os órgãos de sua estrutura interna, e a supervisão ministerial, exercida por determinado ministério sobre as entidades da Administração indireta a ele vinculadas.

299. A Administração Pública pode utilizar-se da modalidade pregão para vender equipamentos eletrônicos oriundos de contrabando apreendidos em uma operação de fiscalização deflagrada pela Receita Federal do Brasil.

(VÁRIOS CARGOS NÍVEL SUPERIOR CADE 2014 CESPE) Acerca do terceiro setor e da responsabilidade civil do Estado, julgue os itens subsequentes.

300. Considere a seguinte situação hipotética. Otávio é dirigente de cooperativa destinada à promoção de assistência social em cuja estrutura há conselho administrativo, mas não conselho fiscal. Marcos é dirigente de fundação privada, sem fins lucrativos, destinada à promoção do voluntariado, em cujo organograma se encontra conselho fiscal, mas não conselho administrativo. Ambos os dirigentes buscam a qualificação das referidas entidades como organizações da sociedade civil de interesse público (OSCIP). Nessa situação, ambas as pessoas jurídicas mencionadas estão legalmente impedidas de serem qualificadas como OSCIP.

301. No direito pátrio, as empresas privadas delegatárias de serviço público não se submetem à regra da responsabilidade civil objetiva do Estado.

(VÁRIOS CARGOS ANTAQ 2014 CESPE) Em relação à organização administrativa do Estado brasileiro, julgue os itens a seguir.

302. Embora as autarquias não estejam hierarquicamente subordinadas à Administração Pública direta, seus bens são impenhoráveis e seus servidores estão sujeitos à vedação de acumulação de cargos e funções públicas.

303. As entidades que compõem o serviço social autônomo prestam serviço público e, por isso, integram a Administração Pública indireta, estando sujeitas ao controle do tribunal de contas.

304. O poder normativo das agências reguladoras, cujo objetivo é atender à necessidade crescente de normatividade baseada em questões técnicas com mínima influência política, deve estar amparado em fundamento legal.

(TÉCNICO DO MPU SEGURANÇA INSTITUCIONAL E TRANSPORTE MPU 2015 CESPE) Julgue os itens a seguir, de acordo com o regime jurídico das autarquias.

305. As autarquias responderão objetivamente pelos danos provocados por seus agentes a terceiros, ainda que se comprove que esses agentes tenham agido com prudência, perícia e cuidados exigidos.

306. O instrumento adequado para a criação de autarquia é o decreto, pois o ato é de natureza administrativa e de iniciativa privativa do chefe do Poder Executivo.

307. Autarquia é entidade dotada de personalidade jurídica própria, com autonomia administrativa e financeira, não sendo possível que a lei institua mecanismos de controle da entidade pelo ente federativo que a criou.

(PROCURADOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO TCE PB 2014 CESPE)

308. Assinale a opção correta no que se refere ao controle jurisdicional da Administração Pública no direito brasileiro.

- a. O controle jurisdicional da Administração Pública aplicado a atos administrativos vinculados é desencadeado por provocação, ultrapassando as fronteiras da legalidade e adentrando na apreciação de mérito.
- b. O monopólio da jurisdição cabe ao Poder Judiciário, admitindo-se o contencioso administrativo nas decisões sempre que houver desvio da finalidade pública ou imprecisão da lei.
- c. Os atos políticos, dada sua maior discricionariedade, não são alvo de controle jurisdicional, sendo afastados da apreciação da justiça quando lesivos ao patrimônio público.
- d. Os legitimados passivos no mandado de injunção serão a autoridade ou órgão público competente para a feitura da norma infraconstitucional regulamentadora, bem como as entidades de direito privado e as pessoas físicas.
- e. Caso uma reclamação administrativa que contrarie indevidamente uma súmula vinculante editada pelo STF seja por este órgão acolhida, poderá ele anular o ato administrativo e determinar a prática de outro.

(PROCURADOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO TCE PB 2014 CESPE)

309. Em relação aos agentes públicos, assinale a opção correta.

- a. O militar é considerado agente público para efeito da Lei de Improbidade Administrativa. Todavia, não é considerado servidor público para efeito de regime jurídico.

- b. É permitida a acumulação de três cargos públicos de professor.
- c. De acordo com o princípio da segurança jurídica, ao servidor público é garantido o direito adquirido quanto ao regime jurídico-funcional pertinente à composição de seus vencimentos ou à permanência do regime legal de reajuste de vantagem.
- d. Aos servidores ocupantes, exclusivamente, de cargo em comissão aplica-se o mesmo regime de previdência dos servidores de cargos efetivos do mesmo ente federativo.
- e. A proibição de acumulação de cargos públicos não se estende aos empregados das sociedades de economia mista, mas é uma vedação constitucional que se aplica aos empregados das empresas públicas.

(DEFENSOR PÚBLICO DPE PE 2015 CESPE) Com relação aos contratos administrativos, julgue o item a seguir.

310. De acordo com a Lei n. 8.666/1993, o contrato administrativo deve ser escrito, sendo nulo e de nenhum efeito todo contrato verbal celebrado com a Administração Pública.

(PROCURADOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO TCE PB 2014 CESPE)

311. Acerca dos controles interno e externo da Administração Pública, assinale a opção correta.

- a. O controle externo, efetivado por órgão pertencente à estrutura do ente responsável pela atividade controlada, abrange a fiscalização e a correção dos atos ilegais, inconvenientes e inoportunos.
- b. O controle interno permite verificar se a Administração respeitou disposições imperativas no exercício de suas atribuições, não se caracterizando como um controle de mérito.
- c. Cabe ao controle interno auxiliar o Poder Legislativo no julgamento das contas prestadas anualmente pelo presidente da República.
- d. O controle interno feito por meio de auditoria a fim de acompanhar a execução do orçamento tem por objetivo verificar a legalidade na aplicação do dinheiro público e auxiliar o tribunal de contas no exercício de sua missão institucional.
- e. O controle externo, hierarquicamente superior ao controle interno, atua sobre a totalidade da Administração Pública e é exercido pelos que representam, por delegação, a sociedade politicamente organizada.

(AGENTE ADMINISTRATIVO DPF 2014 CESPE) Acerca da gestão de processos e de contratos, julgue os itens subsecutivos.

312. Como o contrato administrativo é um contrato de adesão, todo o seu conteúdo será definido unilateralmente pela própria Administração.

313. A tomada de decisão para a realização de obra a ser licitada em uma organização pública é inicialmente embasada na identificação dos tipos de serviços a executar e de materiais e equipamentos necessários ao empreendimento. Após essa identificação, o próximo passo será a realização de estudos técnicos definitivos.

(TÉCNICO DO MPU SEGURANÇA INSTITUCIONAL E TRANSPORTE MPU 2015 CESPE) Acerca de deveres, proibições e penalidades previstos na Lei n.8.112/1990, julgue o item subsecutivo.

314. Atrasos constantes no cumprimento da jornada de trabalho podem caracterizar conduta desidiosa, procedimento que, de acordo com o estatuto dos servidores públicos civis da União, pode resultar em demissão.

(TÉCNICO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA TCDF 2014 CESPE) Com relação aos contratos administrativos, julgue os itens subsequentes.

315. A Administração Pública possui a prerrogativa de alterar unilateralmente o objeto do contrato, desde que a alteração seja apenas quantitativa, mantendo-se a qualidade do objeto.

316. Aos contratos administrativos aplicam-se, supletivamente, as disposições de direito privado.

317. Em decorrência do princípio do formalismo, todas as contratações celebradas pela Administração Pública devem ser formalizadas por meio de instrumento de contrato, não sendo possível a sua substituição por outros instrumentos, como a nota de empenho de despesa.

(TÉCNICO DO MPU SEGURANÇA INSTITUCIONAL E TRANSPORTE MPU 2015 CESPE) Acerca do regime jurídico dos servidores públicos federais, julgue os itens subsequentes.

318. O servidor público federal estável, habilitado em concurso público e empossado em cargo de provimento efetivo, só perderá o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado.

319. Os impedimentos, as proibições e os deveres previstos na Lei n. 8.112/1990 somente se aplicam ao servidor público após a posse, momento em que ocorre a investidura no cargo.

320. Os atos praticados pelos servidores do MPU possuem presunção de legitimidade, não sendo possível, por isso, questionar-se, administrativamente, a veracidade dos fatos expostos em declaração por eles exarada.

321. O servidor ocupante de cargo em comissão pode ser exonerado a qualquer momento, independentemente de motivação.

O servidor responsável pela segurança da portaria de um órgão público desentendeu-se com a autoridade superior

desse órgão. Para se vingar do servidor, a autoridade determinou que, a partir daquele dia, ele anotasse os dados completos de todas as pessoas que entrassem e saíssem do imóvel.

Com referência a essa situação hipotética, julgue os itens que se seguem.

322. O ato praticado pela autoridade superior, como todos os atos da Administração Pública, está submetido ao princípio da moralidade, entretanto, considerações de cunho ético não são suficientes para invalidar ato que tenha sido praticado de acordo com o princípio da legalidade.

323. O ato da autoridade superior foi praticado no exercício de seu poder disciplinar.

324. Na situação apresentada, a ordem exarada pela autoridade superior é ilícita, por vício de finalidade.

(AGENTE ADMINISTRATIVO MTE 2014 CESPE) Acerca da disciplina do funcionalismo público no Brasil, julgue os itens subsequentes no que tange à disciplina constitucional e à Lei n. 8.112/1990.

325. O servidor que, por descumprimento de seus deveres funcionais, causar dano ao erário, ficará obrigado ao ressarcimento, em ação regressiva.

326. Apenas por meio de prévia aprovação em concurso de provas ou de provas e títulos, poderá o cidadão brasileiro ter acesso aos cargos e empregos públicos.

327. O administrador público que age fora dos limites de sua competência atua com desvio de poder.

GABARITO

180. E	204. C	228. E
181. C	205. X	229. E
182. C	206. E	230. C
183. C	207. C	231. C
184. E	208. C	232. C
185. E	209. E	233. C
186. C	210. C	234. C
187. C	211. C	235. C
188. C	212. C	236. X
189. E	213. E	237. E
190. E	214. E	238. C
191. X	215. C	239. E
192. C	216. E	240. E
193. C	217. C	241. C
194. C	218. C	242. E
195. C	219. C	243. C
196. E	220. C	244. C
197. E	221. E	245. E
198. X	222. E	246. C
199. C	223. E	247. E
200. E	224. C	248. C
201. C	225. C	249. C
202. C	226. C	250. C
203. C	227. E	251. E

252. C	278. C	304. C
253. E	279. E	305. C
254. C	280. C	306. E
255. C	281. E	307. E
256. C	282. C	308. E
257. C	283. E	309. A
258. E	284. E	310. E
259. C	285. C	311. D
260. E	286. E	312. E
261. E	287. C	313. E
262. E	288. C	314. C
263. E	289. E	315. E
264. C	290. C	316. C
265. E	291. C	317. E
266. C	292. E	318. E
267. C	293. E	319. E
268. E	294. C	320. E
269. E	295. E	321. C
270. C	296. E	322. E
271. E	297. C	323. E
272. E	298. C	324. C
273. C	299. E	325. E
274. E	300. E	326. E
275. E	301. E	327. E
276. C	302. C	
277. E	303. E	

DIREITO CONSTITUCIONAL

(ANALISTA JUDICIÁRIO JUDICIÁRIA TRE GO 2015 CESPE) No que se refere às disposições constitucionais, julgue os itens a seguir.

- 328.** Embora a aplicabilidade do direito à educação seja direta e imediata, classifica-se a norma que assegura esse direito como norma de eficácia contida ou prospectiva, uma vez que a incidência de seus efeitos depende da edição de normas infraconstitucionais, como a de implementação de programa social que dê concretude a tal direito.
- 329.** As constituições estaduais promulgadas pelos estados-membros da Federação são expressões do poder constituinte derivado decorrente, cujo exercício foi atribuído pelo poder constituinte originário às assembleias legislativas.
- 330.** Caso seja publicada e passe a vigor em fevereiro de 2018, lei que altere o processo eleitoral poderá ser aplicada a pleito eletivo que ocorra em outubro desse mesmo ano.

(ANALISTA JUDICIÁRIO ADMINISTRATIVA TRE GO 2015 CESPE) Julgue o item que se segue, no que concerne aos direitos e garantias fundamentais e à aplicabilidade das normas constitucionais.

- 331.** O direito de antena, previsto pela Constituição Federal (CF), assegura aos partidos políticos a propaganda partidária mediante o acesso gratuito ao rádio e à televisão, na forma da lei.

- 332.** A norma constitucional que consagra o princípio da anterioridade eleitoral não pode ser abolida por tratar-se de uma garantia individual fundamental do cidadão-eleitor.
- 333.** Suponha que José, casado com Míriam e prefeito de um município brasileiro, venha a falecer dois anos após ter sido eleito. Nessa situação, Míriam pode se candidatar e se eleger ao cargo antes ocupado por seu marido nas eleições seguintes ao falecimento.
- 334.** Qualquer associação legalmente constituída e em funcionamento há pelo menos um ano é parte legítima para propor ação popular que vise à anulação de ato lesivo ao patrimônio público ou ao meio ambiente.
- 335.** Ninguém será privado de direitos por motivo de condenação política, salvo se as invocar para eximir-se de obrigação legal a todos imposta e recusar-se a cumprir prestação alternativa, fixada em lei. Essa norma constitucional, que trata da escusa de consciência, tem eficácia contida, podendo o legislador ordinário restringir tal garantia.

(TÉCNICO LEGISLATIVO AGENTE DE POLÍCIA LEGISLATIVA CÂMARA DOS DEPUTADOS 2014 CESPE) Com relação aos princípios fundamentais e aos direitos e garantias fundamentais, julgue os itens a seguir. Nesse sentido, considere que a sigla CF, sempre que empregada, se refere à Constituição Federal de 1988.

- 336.** Se um servidor público federal incorporar ao seu patrimônio, de forma lícita, certa vantagem pessoal e, posteriormente, lei ordinária revogar a regra que previa tal incorporação, de modo que o servidor não faça mais jus à vantagem, tal lei, nesse caso, será inconstitucional.
- 337.** Considere que determinado governador de estado esteja em seu primeiro mandato eletivo (2011-2014) e pretenda candidatar-se à reeleição para o mandato 2015-2018. Considere, ainda, que, em 2012, ele e sua esposa tenham rompido o vínculo conjugal. Nessa situação hipotética, caso seja confirmada a candidatura à reeleição, a ex-esposa não poderá candidatar-se, no ano de 2014, ao cargo de deputada estadual no estado em que seu ex-esposo é governador.
- 338.** Os direitos e garantias individuais previstos na CF têm caráter absoluto.
- 339.** É compatível com a CF a criação, por estado-membro, de órgão de controle administrativo do Poder Judiciário, com a participação de representantes de todos os três poderes.
- 340.** Se um casal formado por um cidadão argentino e uma cidadã canadense for contratado pela República do Uruguai para prestar serviços em representação consular desse país no Brasil e, durante a prestação desses serviços, tiver um filho em território brasileiro, tal filho, conforme o disposto na CF, será brasileiro nato.

341. Prescinde de previsão legal a exigência de aprovação em exame psicotécnico para habilitação de candidato a cargo público.

(AGENTE ADMINISTRATIVO DPF 2014 CESPE)
Acerca das disposições constitucionais relativas à segurança pública, julgue os itens a seguir.

342. A Força Nacional de Segurança Pública, a Polícia Federal e a Polícia Rodoviária Federal são órgãos destinados ao exercício da segurança pública no Brasil.

343. Na hipótese da ocorrência de crime contra o patrimônio da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, compete à Polícia Federal apurar a infração penal.

(TÉCNICO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA TCDF 2014 CESPE) A respeito das classificações das constituições e dos princípios fundamentais previstos na CF, julgue os itens a seguir.

344. A constituição material, escrita e rígida, como a CF, consiste em um documento escrito formado por normas substancialmente constitucionais que só podem ser alteradas por meio de processo legislativo especial e mais dificultoso.

345. Ao implementar ações que visem reduzir as desigualdades sociais e regionais e garantir o desenvolvimento nacional, os governos põem em prática objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil.

(VÁRIOS CARGOS NÍVEL SUPERIOR CADE 2014 CESPE) Considerando os Poderes da República e as funções essenciais à justiça, julgue os próximos itens.

346. A promoção de ação de inconstitucionalidade e a representação ao STF para fins de intervenção da União em um estado da Federação constituem funções institucionais do Ministério Público.

347. O decreto legislativo é espécie legislativa criada sem a exigência de sanção do presidente da República. Por outro lado, a lei ordinária exige, no processo de sua elaboração, a manifestação do presidente da República por meio da sanção ou do veto.

348. Se o presidente da República, que possui prerrogativa de foro em razão da função, praticar crime de responsabilidade, será julgado pelo Senado Federal, porém, se praticar qualquer crime comum, independentemente de ter sido praticado em razão da função, será julgado pelo STF.

(VÁRIOS CARGOS CGE PI 2015 CESPE) Acerca das disposições referentes à Administração Pública, às competências constitucionais dos entes federados e ao Poder Judiciário, julgue os itens a seguir.

349. Os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis apenas a brasileiros natos e naturalizados que preencham os requisitos estabelecidos em lei.

350. Entre as competências constitucionais conferidas aos estados federados incluem-se proporcionar os meios de acesso à cultura, à educação e à ciência; explorar diretamente, ou mediante autorização, concessão ou permissão, os portos fluviais e lacustres; legislar sobre assistência jurídica e defensoria pública bem como sobre a proteção e a integração social das pessoas portadoras de deficiência.

351. O Supremo Tribunal Federal poderá, após reiteradas decisões sobre matéria constitucional, aprovar súmula que, a partir de sua publicação na imprensa oficial, terá efeito vinculante em relação aos demais órgãos do Poder Judiciário e à Administração Pública direta e indireta nas esferas federal, estadual e municipal.

352. Na Constituição Federal de 1988 (CF), não está prevista a exigência de depósito ou de arrolamento prévio de dinheiro ou de bens para que seja admitido recurso administrativo.

(TÉCNICO LEGISLATIVO AGENTE DE POLÍCIA LEGISLATIVA CÂMARA DOS DEPUTADOS 2014 CESPE) Acerca da organização dos poderes da República, julgue os próximos itens.

353. A CF conferiu às Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal o direito de requerer informações aos ministros de Estado, mas não o conferiu a parlamentares individualmente.

354. A CF autoriza o presidente da República a criar cargos e extinguir órgãos públicos por meio de decreto.

355. Afrontaria a CF dispositivo de Constituição estadual que previsse que a ausência do país do governador e do vice-governador, por qualquer prazo, dependeria de prévia licença da assembleia legislativa.

356. O presidente da República pode delegar a ministro de Estado a competência para aplicar pena de demissão a servidores públicos federais.

(TÉCNICO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA TCDF 2014 CESPE) À luz das normas constitucionais e da jurisprudência do STF, julgue os seguintes itens.

357. Caso um senador federal assumo o cargo de ministro de Estado do Meio Ambiente, deverá ser convocado para assumir seu cargo no Senado Federal suplente filiado a seu partido, ainda que, à época das eleições, tal partido tenha participado de coligação partidária.

358. Não contrariaria a CF norma distrital que proibisse, com base no princípio da isonomia, a cobrança pelo uso de estacionamento nos shopping centers situados no DF, com vistas à promoção do lazer e da cultura, uma vez que o DF agiria, nessa situação, no exercício da competência concorrente a ele conferida para legislar sobre direito urbanístico.

359. Conforme jurisprudência do STF, em respeito ao princípio da isonomia, a Administração Pública não pode remarcar a data de realização de teste de aptidão física de candidato impossibilitado, em virtude de problema temporário de saúde certificado por atestado médico, de realizá-lo na data previamente agendada, caso o edital do certame expressamente proíba a remarcação.

360. Não ofenderia a CF lei distrital que versasse sobre a concessão, aos estudantes regulares do DF, de 50% de desconto no valor cobrado em ingressos para eventos esportivos, culturais e de lazer, já que é concorrente, entre a União, os estados e o DF, a competência para legislar sobre direito econômico.

361. Somente após o voto da maioria absoluta dos membros da Câmara dos Deputados, o STF poderá receber denúncia criminal contra deputado federal por crime ocorrido após a diplomação.

(JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO TRF 5ª REGIÃO 2015 CESPE)

362. Com relação aos direitos e garantias fundamentais, assinale a opção correta conforme o entendimento do STF.

- O direito a ampla defesa não engloba o acesso aos documentos em procedimento investigatório realizado por órgão com competência de polícia judiciária.
- A proibição de liberdade provisória nos processos por crimes hediondos veda o relaxamento da prisão processual por excesso de prazo.
- Deve ser resguardado o nome do servidor público na publicitação dos dados referentes a sua remuneração, porquanto tal divulgação viola a proteção constitucional à intimidade.
- No âmbito processual criminal, a garantia do juízo natural impede a redistribuição de processos na hipótese de criação de varas especializadas em razão da matéria.
- Viola as garantias do livre exercício do trabalho, ofício ou profissão a exigência, pela fazenda pública, de prestação de fiança para a impressão de notas fiscais de contribuintes em débito com o fisco.

(VÁRIOS CARGOS ANTAQ 2014 CESPE) Acerca das atribuições do Congresso Nacional e do presidente da República, bem como a respeito do processo legislativo, julgue os itens subsecutivos.

363. Cabe ao Congresso Nacional autorizar por lei complementar a criação de ministérios e órgãos da Administração Pública, podendo o chefe do Executivo dispor, mediante decreto, sobre a extinção desses órgãos, desde que estejam vagos.

364. A Constituição autoriza o presidente da República, o STF, os tribunais superiores e o Procurador-Geral da República a solicitar, ao Congresso Nacional, regime de urgência para apreciação de projetos de sua iniciativa.

(AGENTE ADMINISTRATIVO DPF 2014 CESPE) No que se refere aos direitos e às garantias fundamentais, julgue os seguintes itens.

365. O terrorismo, o racismo, a tortura e o tráfico ilícito de entorpecentes são crimes hediondos, inafiançáveis e insuscetíveis de graça e anistia.

366. Considere que uma criança tenha nascido nos Estados Unidos da América (EUA) e seja filha de pai americano e de mãe brasileira, que trabalhava, à época do parto, na embaixada brasileira nos EUA. Nesse caso, a criança somente será considerada brasileira nata se for registrada na repartição brasileira competente nos EUA.

(AGENTE ADMINISTRATIVO MDIC 2014 CESPE) No que se refere aos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, bem como às funções essenciais à justiça, julgue os seguintes itens.

367. Caso o Senado Federal suspenda a execução de lei declarada inconstitucional, em sede de controle difuso, pelo Supremo Tribunal Federal, não haverá óbice no ordenamento jurídico brasileiro para que, posteriormente, o Senado Federal, por motivos de conveniência política, anule a resolução que efetuar tal suspensão.

368. A CF garante autonomia funcional e administrativa à defensoria pública estadual e ao Ministério Público.

369. Constitui competência exclusiva do Congresso Nacional a sustação dos atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar ou dos limites de delegação legislativa.

370. A criação do Conselho Nacional de Justiça, que instituiu uma nova instância de recurso judicial, pode ser considerada uma aplicação do princípio do contraditório e da ampla defesa.

371. Compete ao ministro de Estado exercer a orientação, a coordenação e a supervisão dos órgãos e das entidades da administração federal e estadual concernentes à sua área de competência.

372. Considere que Ana, cidadã brasileira, casada com Vladimir, cidadão russo, ocupe posto diplomático brasileiro na China quando Victor, filho do casal, nascer. Nessa situação, Victor será considerado brasileiro nato.

(AUDITOR DE CONTROLE EXTERNO TCDF 2014 CESPE) Acerca do controle de constitucionalidade das leis, julgue os itens a seguir.

373. De acordo com entendimento sumulado do STF, os tribunais de contas, no exercício de suas atribuições, podem deixar de aplicar uma lei inconstitucional. Nesse caso, a decisão do tribunal de contas terá eficácia vinculante e efeito *erga omnes*.

374. O procurador-geral do Ministério Público junto ao TCDF possui legitimidade para ingressar com ação direta de inconstitucionalidade no STF.

(ANALISTA LEGISLATIVO - CONSULTOR DE ORÇAMENTO E FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA CÂMARA DOS DEPUTADOS 2014 CESPE) Ainda com relação ao processo legislativo, julgue os itens a seguir.

375. Caso um deputado federal apresente projeto de lei versando sobre matéria tributária, ela será incompatível com a CF, pois a referida iniciativa, independentemente de seu conteúdo, é privativa do chefe do Poder Executivo.

376. Se o Congresso Nacional editar uma lei complementar (LC) instituidora de certa obrigação tributária, posteriormente, uma lei ordinária poderá revogar dispositivos dessa LC, desde que tais dispositivos sejam materialmente ordinários.

Ainda com referência à composição e às competências da CMO, julgue os seguintes itens.

377. Considere a seguinte situação hipotética. Uma autoridade governamental realizou certa despesa e a CMO, em razão de indício de que esta não tinha sido autorizada, solicitou esclarecimentos à referida autoridade, que, entretanto, não prestou os esclarecimentos solicitados. Nessa situação hipotética, a CMO poderá pedir ao TCU que se pronuncie conclusivamente sobre a matéria e, adicionalmente, estará autorizada a propor ao Congresso Nacional a sustação da despesa, se julgar que o gasto possa causar dano à economia pública.

378. Para o exercício de sua competência, a CMO pode realizar inspeções e diligências em órgãos da Administração Pública municipal.

379. Na apreciação do projeto de lei orçamentária anual pelo Congresso Nacional, o relator da receita do referido projeto integrará e coordenará o Comitê de Avaliação, Fiscalização e Controle da Execução Orçamentária.

(JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO TRF 5ª REGIÃO 2015 CESPE)

380. De acordo com o entendimento do STF, assinale a opção correta a respeito da repartição de competências legislativas estabelecidas na CF.

- Por se tratar de matéria referente a servidores públicos, a Constituição estadual pode tratar do regime trabalhista dos empregados de sociedades de economia mista e empresa pública.
- Não se pode criar, por lei estadual, vara especializada em delitos praticados por organizações criminosas.
- Os estados-membros podem legislar sobre a definição dos crimes de responsabilidade e o estabelecimento das respectivas normas de processo e julgamento.

- Os estados-membros podem editar lei que crie prioridade de tramitação para os processos que tenham como parte mulheres vítimas de violência doméstica.
- As unidades federadas não possuem competência para fixar índices de correção monetária de créditos fiscais em percentuais superiores aos fixados pela União para o mesmo fim.

(JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO TRF 05ª REGIÃO 2015 CESPE)

381. Desde a Constituição de 1937, adotou-se, no Brasil, a chamada cláusula de reserva de plenário (full bench), prevista atualmente no art. 97 da CF, que preceitua que "somente pelo voto da maioria absoluta de seus membros ou dos membros do respectivo órgão especial poderão os tribunais declarar a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo do poder público". A respeito dessa cláusula, assinale a opção correta.

- Conforme a cláusula de reserva de plenário, o juiz singular de primeiro grau não pode, incidentalmente, declarar a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo em um caso concreto, salvo se já houver precedente no mesmo sentido do pleno ou órgão especial do tribunal ao qual o magistrado se encontre vinculado ou do STF.
- A cláusula de reserva de plenário deve ser observada nos casos em que o tribunal conclua que determinada norma pré-constitucional não foi recepcionada pela CF.
- Os órgãos fracionários de tribunais podem afastar, no todo ou em parte, a incidência de lei ou ato normativo sem obedecer à cláusula de reserva de plenário, desde que não haja declaração expressa de inconstitucionalidade.
- No controle difuso de normas, é possível declarar a inconstitucionalidade de lei pré-constitucional tendo como parâmetro a Constituição vigente à época de edição da lei, hipótese em que não será necessária a observância da cláusula de reserva de plenário, visto não se tratar de violação à CF.
- A cláusula de reserva de plenário não atinge julgados de pequenas causas e julgados especiais, pois, segundo a configuração que lhes foi atribuída pelo legislador, esses julgados não funcionam, na esfera recursal, sob o regime de plenário ou de órgão especial.

(ANALISTA LEGISLATIVO CONSULTOR DE ORÇAMENTO E FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA CÂMARA DOS DEPUTADOS 2014 CESPE) Com relação às competências e à composição da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO) e de seu Comitê de Admissibilidade de Emendas, julgue os itens a seguir.

382. A CMO compõe-se de quarenta membros titulares, sendo vinte deputados e vinte senadores, com igual número de suplentes, observado o critério da proporcionalidade partidária.

383. Observados os regimentos internos da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, a CMO poderá, antes da votação nos respectivos plenários, ser ouvida acerca da estimativa do custo e do impacto fiscal e orçamentário da aprovação de projetos de lei e medidas provisórias (MPs) em tramitação.

384. A CMO poderá requerer informações e documentos aos órgãos e entidades federais, bem como ter acesso às fiscalizações, inspeções e auditorias realizadas pelo Tribunal de Contas da União (TCU). Neste último caso, porém, a CMO deverá encaminhar o pedido por intermédio da Mesa Diretora do Congresso Nacional em razão de lhe faltar competência para determinar diretamente ao TCU a realização desses atos.

385. Compete ao Comitê de Admissibilidade de Emendas da CMO propor a inadmissibilidade das emendas apresentadas aos projetos de lei orçamentária anual, de diretrizes orçamentárias e do plano plurianual, aí incluídas as emendas de relator.

(ANALISTA JUDICIÁRIO ADMINISTRATIVA TRE GO 2015 CESPE) Julgue o item a seguir, relativo à organização político-administrativa do Estado brasileiro, às disposições gerais dos servidores públicos e ao processo legislativo.

386. Embora a CF permita ao ocupante da Presidência da República a adoção de medidas provisórias com força de lei em casos de relevância e urgência, o texto constitucional proíbe a edição desse tipo de instrumento com relação ao direito eleitoral.

387. O ato de improbidade administrativa praticado por servidor público, quando apurado e reconhecido mediante devido processo administrativo, resulta na cassação dos direitos políticos.

388. Compete à União, aos estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre direito eleitoral e, no âmbito dessa legislação concorrente, a competência da União está limitada ao estabelecimento de normas gerais.

(ANALISTA LEGISLATIVO CONSULTOR DE ORÇAMENTO E FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA CÂMARA DOS DEPUTADOS 2014 CESPE) Com base nas normas sobre processo legislativo constantes da Constituição Federal de 1988 (CF), julgue os itens que se seguem.

389. A matéria constante de proposta de emenda constitucional rejeitada ou havida por prejudicada somente poderá ser reapresentada, na mesma sessão legislativa, mediante requerimento da maioria absoluta dos membros de qualquer das Casas do Congresso Nacional.

390. A CF admite que se modifiquem, por meio de emendas parlamentares, projetos de lei elaborados pelo chefe do Poder Executivo no exercício de sua iniciativa reservada, mas veda, por inteiro, as emendas que ensejem aumento de despesa pública.

391. Nem todos os assuntos podem ser objeto de lei delegada, como, por exemplo, a matéria relativa à legislação sobre planos plurianuais, diretrizes orçamentárias e orçamentos.

392. A competência para legislar sobre orçamento pertence privativamente à União, cabendo aos estados e ao Distrito Federal editar normas sobre aspectos específicos relacionados à questão orçamentária, desde que autorizados por lei complementar federal.

(AUDITOR DE CONTROLE EXTERNO TC DF 2014 CESPE) No que se refere a direitos e garantias fundamentais, julgue os itens subsecutivos.

393. No entendimento do STF, a garantia do devido processo legal não torna obrigatória a defesa técnica por advogado no âmbito dos processos administrativos disciplinares que envolvam servidores públicos.

394. O TCDF possui competência constitucional para determinar diretamente a quebra dos sigilos bancário e fiscal, desde que tal medida esteja relacionada ao controle externo.

395. O TCDF, no exercício do controle externo, não pode determinar a suspensão de benefícios garantidos por decisão judicial transitada em julgado, ainda que o direito reconhecido pelo judiciário esteja em desconformidade com jurisprudência dominante do STF.

(ANALISTA JUDICIÁRIO JUDICIÁRIA TRE GO 2015 CESPE) No que se refere às normas constitucionais relativas ao Sistema Tributário Nacional, julgue o próximo item.

396. De acordo com o princípio constitucional da capacidade contributiva, sempre que possível, os impostos terão caráter pessoal e serão graduados segundo a capacidade econômica do contribuinte.

(TÉCNICO LEGISLATIVO AGENTE DE POLÍCIA LEGISLATIVA CÂMARA DOS DEPUTADOS 2014 CESPE) No que diz respeito à organização do Estado brasileiro, julgue os itens que se seguem.

397. Os requisitos de idade e tempo de contribuição para a aposentadoria voluntária de professor de universidade federal que nunca exerceu qualquer outra atividade laboral devem ser reduzidos em cinco anos.

398. Será constitucional lei estadual que obrigue a instalação de cinto de segurança em veículos de transporte coletivo.

399. Lei distrital que submeta as desapropriações, no âmbito do Distrito Federal, à aprovação prévia da Câmara Legislativa será inconstitucional, pois, além de violar o princípio da separação dos poderes, invadirá a competência legislativa da União.

400. Conforme dispositivo da CF, as terras ocupadas, em passado remoto, por população indígena são bens da União.

401. De acordo com a CF, lei estadual não pode criar cargos em comissão com atribuições meramente técnicas.

(VÁRIOS CARGOS ANTAQ 2014 CESPE) Com relação ao Poder Judiciário, julgue o item subsequente.

402. Cabe exclusivamente ao presidente do STF, no âmbito da União, encaminhar as propostas orçamentárias dos tribunais superiores ao Poder Executivo.

(TÉCNICO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA TCDF 2014 CESPE) Com base nas normas constitucionais relativas aos direitos e garantias fundamentais e na jurisprudência do STF acerca dessa matéria, julgue os próximos itens.

403. É livre o exercício das profissões, podendo a lei exigir inscrição em conselho de fiscalização profissional apenas quando houver potencial lesivo na atividade, o que não ocorre com a profissão de músico, por exemplo.

404. Embora a casa seja asilo inviolável do indivíduo, em caso de flagrante delito, é permitido nela entrar, durante o dia ou à noite, ainda que não haja consentimento do morador ou determinação judicial para tanto.

(TÉCNICO JUDICIÁRIO ADMINISTRATIVA TRE GO 2015 CESPE) Julgue o item subsequente, referente aos direitos políticos e à organização político-administrativa do Estado brasileiro.

405. No regime constitucional brasileiro, os instrumentos da democracia participativa incluem o plebiscito, o referendo e a iniciativa popular de leis.

406. É competência privativa da União legislar acerca do direito eleitoral.

407. Em respeito à autonomia dos entes da Federação, a Constituição Federal autoriza a criação de partido político estadual, desde que seja feito o devido registro dos estatutos do partido no tribunal regional eleitoral correspondente no prazo legal.

Em relação ao Poder Judiciário e ao Ministério Público, julgue os itens subsequentes.

408. Das decisões do Tribunal Superior Eleitoral que negarem *habeas corpus* e mandado de segurança cabe recurso ao Supremo Tribunal Federal.

409. Embora os membros da justiça eleitoral sejam inamovíveis, essa garantia não se estende aos integrantes das juntas eleitorais.

410. A inconstitucionalidade de uma lei pode ser declarada por um tribunal reunido em maioria simples ou por comissão criada nesse tribunal para julgar o caso.

(ANALISTA JUDICIÁRIO JUDICIÁRIA TRE GO 2015 CESPE) A respeito dos direitos políticos e da composição dos órgãos da justiça eleitoral, julgue os seguintes itens.

411. Conforme a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, dada a necessidade de resguardar a segurança

jurídica, as decisões do Tribunal Superior Eleitoral que, no curso de pleito eleitoral, impliquem mudança de jurisprudência não terão aplicabilidade imediata a caso concreto, de modo que somente terão eficácia sobre outros casos, no pleito eleitoral subsequente.

412. Nos termos da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, o cidadão que exercer dois mandatos consecutivos como prefeito de determinado município ficará inelegível para cargo da mesma natureza em qualquer outro município da Federação.

(TÉCNICO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA TC DF 2014 CESPE) Acerca da administração pública e dos poderes da República, julgue os itens subsequentes.

413. Sendo os poderes da República independentes e harmônicos entre si, as ações praticadas pelo Poder Executivo não se submetem ao crivo do Poder Legislativo, submetendo-se apenas excepcionalmente à apreciação do Poder Judiciário, no caso de os atos exorbitarem a competência constitucionalmente estabelecida.

414. A CF prevê expressamente que o subsídio dos parlamentares federais e do presidente da República seja igual ao dos ministros do STF, previsão essa que atende ao princípio da moralidade.

415. Além dos juízes oriundos dos tribunais regionais federais e dos desembargadores advindos dos tribunais de justiça, comporão o STJ, na proporção de um quinto de suas vagas, advogados e membros do Ministério Público com mais de dez anos de atividade efetiva e mais de dez anos de carreira, respectivamente.

(ANALISTA JUDICIÁRIO - JUDICIÁRIA TRE GO 2015 CESPE) Acerca da administração pública, da organização dos poderes e da organização do Estado, julgue os itens que se seguem.

416. De acordo com o Supremo Tribunal Federal, embora possuam poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, as comissões parlamentares de inquérito não podem determinar a interceptação telefônica dos supostos envolvidos nas irregularidades por elas investigadas.

417. Caso preencha os requisitos de idade e contribuição, o indivíduo que trabalhe por vários anos em determinado Tribunal Regional Eleitoral ocupando, exclusivamente, cargo em comissão terá direito à aposentadoria estatutária se decidir se aposentar voluntariamente.

418. Considere que, prevista competência concorrente para legislar sobre determinada matéria de interesse público e inexistindo lei federal que o fizesse, o estado de Goiás tenha editado lei contendo normas gerais sobre tal matéria. Nessa situação, lei federal superveniente sobre a matéria não revogará a lei estadual, cuja eficácia será suspensa apenas no que contrariar a lei federal.

(AGENTE ADMINISTRATIVO DPF 2014 CESPE) A respeito da organização político-administrativa brasileira, da Administração Pública e do Poder Executivo, julgue os itens subsequentes.

- 419.** A União, os estados, o Distrito Federal (DF) e os municípios compõem a organização político-administrativa da República Federativa do Brasil, cabendo aos municípios promover, no que couber, o adequado ordenamento territorial, mediante, por exemplo, planejamento e controle do parcelamento do solo urbano.
- 420.** Compete privativamente ao presidente da República a concessão de indulto, podendo essa competência, entretanto, ser delegada a outras autoridades, como, por exemplo, a ministro de Estado.
- 421.** De acordo com a CF, a prática de ato de improbidade administrativa por agente público implica a perda da função pública e a suspensão dos direitos políticos, sem prejuízo da ação penal cabível.

(AGENTE ADMINISTRATIVO MDIC 2014 CESPE) Com referência à CF, aos direitos e garantias fundamentais, à organização político-administrativa, à Administração Pública e ao Poder Judiciário, julgue os itens subsequentes.

- 422.** A CF prevê o direito de greve na iniciativa privada e determina que cabe à lei definir os serviços ou atividades essenciais e dispor sobre o atendimento das necessidades inadiáveis da comunidade.
- 423.** A CF é classificada como escrita, promulgada, analítica, formal e semirrígida.
- 424.** No âmbito da competência privativa da União, lei complementar poderá autorizar os estados e os municípios a legislarem sobre questões específicas de comércio exterior.
- 425.** Terá legitimidade para impetrar mandado de segurança coletivo o partido político que tenha, no mínimo, um representante na Câmara dos Deputados e um no Senado Federal.

(ANALISTA LEGISLATIVO CONSULTOR DE ORÇAMENTO E FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA CÂMARA DOS DEPUTADOS 2014 CESPE) Acerca da apreciação de MPs pelo Congresso Nacional, conforme disposto na Resolução n. 1/2002-CN, julgue os itens subsequentes.

- 426.** Nas quarenta e oito horas que se seguirem à publicação de MP, o presidente da Mesa do Congresso Nacional designará uma comissão mista para sobre ela emitir parecer, salvo se se tratar de MP que abra crédito extraordinário à lei orçamentária anual, caso em que ela será examinada e receberá parecer da CMO.
- 427.** A eleição para a presidência das comissões mistas constituídas para apreciar MPs observará o critério de alternância entre a Câmara dos Deputados e o Se-

nado Federal, devendo o relator ser designado pelo presidente, em cada caso, entre os membros da comissão pertencentes à Casa diversa da sua.

- 428.** É vedada a apresentação de emendas que versem sobre matéria estranha àquela tratada na MP, cabendo ao plenário da comissão mista que irá emitir parecer o seu indeferimento liminar.

(TÉCNICO JUDICIÁRIO ADMINISTRATIVA TRE GO 2015 CESPE) A respeito dos Poderes Legislativo e Executivo e do regime constitucional da Administração Pública, julgue os itens a seguir.

- 429.** Ao ocupante da Presidência da República compete privativamente nomear, para compor determinado tribunal regional eleitoral, dois juízes escolhidos entre seis advogados de notável saber jurídico e idoneidade moral, indicados pelo tribunal de justiça desse estado.
- 430.** Considere que Afonso seja servidor do Tribunal Regional Eleitoral do Estado de Goiás e tenha sido eleito como deputado estadual. Nessa situação, se houver compatibilidade de horário entre suas atividades no tribunal e sua atuação como deputado, Afonso pode acumular os dois cargos e receber as vantagens e as remunerações a eles referentes.
- 431.** É da competência exclusiva do Congresso Nacional convocar plebiscito, caso em que é desnecessária a sanção do presidente da República.

(ANALISTA LEGISLATIVO CONSULTOR DE ORÇAMENTO E FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA CÂMARA DOS DEPUTADOS 2014 CESPE) Acerca da Resolução n. 1/2002-CN, que dispõe sobre a apreciação, pelo Congresso Nacional, das MPs a que se refere o artigo 62 da CF, julgue os próximos itens.

- 432.** Caso o presidente da República edite duas MPs, uma que altere dispositivos do Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Federais e outra que abra crédito extraordinário à lei orçamentária anual, caberá à Presidência da Mesa do Congresso Nacional designar comissão mista para emitir parecer sobre ambas as MPs.
- 433.** Se a Câmara dos Deputados aprovar MP editada pelo presidente da República e encaminhá-la ao Senado Federal, e, neste, houver modificação do texto, a MP terá de ser reconduzida à casa iniciadora, onde a alteração, sob a forma de emenda, deverá ser apreciada em turno único, vedadas quaisquer novas alterações.

(ANALISTA LEGISLATIVO CONSULTOR LEGISLATIVO CÂMARA DOS DEPUTADOS 2014 CESPE) Com relação às atribuições da União, julgue os itens que se seguem. Nesse sentido, considere que a sigla CF, sempre que empregada, se refere à Constituição Federal de 1988.

- 434.** O ato de declarar guerra a outro país é de competência do presidente da República, mas deve ser autorizado pelo Congresso Nacional, por meio de lei.

435. Cabe ao Congresso Nacional, por meio de lei, dispor sobre a organização do Ministério Público e da Defensoria Pública do Distrito Federal.

436. A legislação sobre a proteção e defesa da saúde é, conforme a CF, de competência tanto federal como estadual, na forma do que se entende como competência concorrente.

437. A União detém a faculdade de explorar diretamente os serviços de telecomunicações, podendo fazê-lo mediante autorização ou permissão.

438. Consoante a CF, competem exclusivamente ao Congresso Nacional a fiscalização e o controle dos atos do Poder Executivo, cabendo-lhe, inclusive, escolher os ministros do Tribunal de Contas da União.

(DEFENSOR PÚBLICO DPE PE 2015 CESPE) Com relação ao Conselho Nacional de Justiça, julgue os seguintes itens.

439. O Conselho Nacional de Justiça não tem qualquer competência sobre o STF e seus ministros.

440. Pelo princípio da simetria, os estados-membros poderão instituir, por meio de sua constituição estadual, conselho destinado ao controle da atividade administrativa, financeira ou disciplinar de suas respectivas justiças estaduais.

(JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO TRF 5ª REGIÃO 2015 CESPE)

441. Haja vista que, em situações excepcionais textualmente previstas na CF, cabe à União preservar a integridade política, jurídica e física da Federação por meio da intervenção federal, da mesma forma que cabe a estado-membro intervir em município nos casos previstos na CF, assinale a opção correta de acordo com essas regras.

- A intervenção federal para pôr termo a grave comprometimento da ordem pública independe de provimento do Poder Judiciário.
- Caberá recurso extraordinário contra acórdão de tribunal de justiça que defira pedido de intervenção estadual em município.
- Em razão da excepcionalidade da intervenção federal, não se revela possível a concessão de medida cautelar em processo de representação interventiva submetido ao crivo do STF.
- A intervenção federal por descumprimento de ordem ou decisão judiciária da justiça do trabalho, por se fundar em direito infraconstitucional, deve ser requisitada pelo STJ.
- A representação interventiva só é cabível contra atos normativos gerais e abstratos que firmam princípios constitucionais sensíveis, excluindo-se de sua apreciação os atos concretos.

(ANALISTA JUDICIÁRIO ADMINISTRATIVA TRE GO 2015 CESPE) Em relação ao Poder Judiciário e às funções essenciais à justiça, julgue os seguintes itens.

442. Ao Conselho Nacional de Justiça cabe o controle da atuação jurídica, administrativa e financeira do Poder Judiciário e do cumprimento dos deveres funcionais dos juizes e servidores vinculados ao Poder Judiciário.

443. O Ministério Público Eleitoral é parte integrante do Ministério Público da União, tem estrutura própria e é composto por procuradores investidos no serviço público mediante aprovação em concurso próprio para a respectiva carreira.

(AUDITOR DE CONTROLE EXTERNO TCDF 2014 CESPE) Em relação à competência legislativa estabelecida na Constituição Federal de 1988 (CF), julgue o item.

444. A edição de normas gerais sobre licitações e contratos administrativos, em todas as modalidades, é competência privativa da União.

(JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO TRF 05ª REGIÃO 2015 CESPE)

445. Tendo em vista que, para lidar com as dificuldades decorrentes da declaração de inconstitucionalidade de leis e atos normativos por parte dos tribunais, a doutrina e a jurisprudência têm desenvolvido uma série de métodos e técnicas interpretativas que auxiliam na resolução de casos constitucionais, assinale a opção correta.

- O princípio da máxima efetividade da Constituição propõe que se dê primazia às soluções hermenêuticas que, compreendendo a historicidade das estruturas constitucionais, possibilitem a sua atualização normativa, garantindo a sua eficácia e permanência.
- O princípio da justeza ou da conformidade funcional preceitua que o órgão encarregado da interpretação constitucional não pode chegar a um resultado que subverta ou perturbe o esquema de repartição de funções constitucionalmente estabelecido.
- O STF, pela maioria absoluta de seus membros, pode modular ou limitar os efeitos da declaração de inconstitucionalidade, tendo em vista razões de segurança jurídica ou de excepcional interesse social.
- O STF utiliza-se da chamada técnica da interpretação conforme a Constituição para advertir o legislador de que o ato impugnado encontra-se em regime de transição para a inconstitucionalidade.
- A técnica da declaração de inconstitucionalidade sem pronúncia de nulidade é utilizada para considerar inconstitucional apenas determinada hipótese de aplicação da lei, sem proceder à alteração do seu programa normativo.

(VÁRIOS CARGOS NÍVEL SUPERIOR CADE 2014 CESPE) Acerca da organização do Estado e da administração pública, julgue os itens seguintes.

- 446.** Um bacharel em direito, analista jurídico do Ministério Público Federal, ocupante de cargo privativo da área jurídica, poderá, se houver compatibilidade de horários, acumular outro cargo público, desde que também privativo da área jurídica, ou um cargo de professor.
- 447.** A organização político-administrativa da República Federativa do Brasil compreende os entes da Federação, que possuem a tríplex capacidade da autonomia: auto-organização, autogoverno e autoadministração.

(TÉCNICO JUDICIÁRIO ADMINISTRATIVA TRE GO 2015 CESPE) Quanto ao conceito de Constituição e aos direitos individuais e de nacionalidade, julgue os seguintes itens.

- 448.** O cidadão brasileiro, nato ou naturalizado, com capacidade eleitoral ativa, tem legitimidade para propor ação popular.
- 449.** Devido ao status que tem uma Constituição dentro de um ordenamento jurídico, a entrada em vigor de um novo texto constitucional torna inaplicável a legislação infraconstitucional anterior.
- 450.** São brasileiros natos os nascidos no estrangeiro, de pai brasileiro ou mãe brasileira que esteja no exterior a serviço do Brasil ou de organização internacional.

(VÁRIOS CARGOS FUB 2015 CESPE) Julgue os itens seguintes, com relação aos direitos sociais e políticos.

- 451.** As ações afirmativas do Estado na área da educação visam garantir o direito social do cidadão, direito fundamental de segunda geração, e assegurar a isonomia material.
- 452.** Os direitos políticos são titularizados e livremente exercidos por todos os brasileiros e garantem a participação na vida política e a influência nas decisões públicas.
- 453.** O analfabeto, embora inelegível, possui a faculdade de alistar-se e de votar.
- 454.** Os direitos sociais impõem deveres ao Estado que assegurem ao cidadão condições mínimas para uma vida digna, independentemente da existência de recursos públicos para custeio; assim, autoriza-se a livre invasão da atividade administrativa pelo Poder Judiciário para efetivação daqueles direitos, fenômeno conhecido como judicialização de políticas públicas.

(JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO TRF 5ª REGIÃO 2015 CESPE)

- 455.** Assinale a opção correta com referência ao controle de constitucionalidade no Brasil.

- a. É desnecessária a suspensão, pelo Senado Federal, de lei declarada inconstitucional pelo STF no exercício de controle difuso, tendo em vista a ocorrência de mutação constitucional.
- b. Diferentemente do STF, que pode declarar a inconstitucionalidade parcial de expressões ou palavras de artigo de lei, o veto parcial do presidente da República com base na inconstitucionalidade da norma deverá abranger texto integral de artigo, de parágrafo, de inciso ou de alínea.
- c. Se, no exercício de controle concentrado, decisão do STF declarar a inconstitucionalidade de determinada lei estadual, será possível, por meio de reclamação, se questionar lei de idêntico teor editada por outro estado-membro.
- d. O preâmbulo da CF e o ADCT nela contido servem como parâmetro de controle de constitucionalidade.
- e. No sistema brasileiro, admite-se o exercício, por meio de mandado de segurança impetrado por parlamentar, do controle material de constitucionalidade de projetos de lei que firmam cláusulas pétreas.

(JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO TRF 5ª REGIÃO 2015 CESPE)

- 456.** À luz do entendimento adotado pelo STF, assinale a opção correta acerca do Poder Judiciário.
- a. Compete à justiça federal julgar todas as causas entre consumidor e concessionária de serviço público de telefonia.
- b. A aposentadoria de desembargador não desloca para a primeira instância a competência para o processamento e o julgamento de eventuais ilícitos penais por ele cometidos no período de exercício do cargo.
- c. Se o nome de um juiz figurar por três vezes alternadas na lista tríplex para compor TRF, a escolha do presidente da República tornar-se-á vinculada.
- d. Para o provimento de cargo de ministro do STJ destinado à magistratura federal, deve-se distinguir entre desembargadores de TRF, originários da carreira da magistratura federal, ou provenientes do MPF ou da advocacia.
- e. Compete à justiça federal processar e julgar mandado de segurança impetrado contra ato do presidente da Câmara dos Deputados.

(JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO TRF 5ª REGIÃO 2015 CESPE)

- 457.** Com relação aos critérios constitucionais de aplicação das leis no tempo, assinale a opção correta à luz da doutrina e da jurisprudência do STF pertinentes a esse tema.
- a. De acordo com a jurisprudência do STF, uma lei processual que altere o regime recursal terá aplicação imediata, incidindo inclusive sobre os casos em que já haja decisão prolatada pendente de publicação.
- b. A União pode invocar a proteção do direito adquirido contra lei federal que suprima direitos da própria União.
- c. Terá eficácia retroativa média a lei nova que atingir apenas os efeitos dos atos anteriores produzidos após a data em que ela entrar em vigor.

- d. A CF não positivou expressamente a regra de que as leis não podem atingir fatos ocorridos no passado, adotando, na verdade, a teoria subjetiva de proteção dos direitos adquiridos em face de leis novas.
- e. O servidor público tem direito adquirido à manutenção dos critérios legais de fixação do valor da remuneração.

(ANALISTA JUDICIÁRIO JUDICIÁRIA TRE GO 2015 CESPE) Com base no disposto na Constituição Federal e na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, julgue os itens a seguir, referentes a controle de constitucionalidade.

- 458. Por afrontar diretamente disposição constitucional, lei estadual recente, que estabeleça requisitos mais simplificados para a regularização de empresas de pequeno porte constituídas sob as leis brasileiras e com sede e administração no país pode ser impugnada perante o Supremo Tribunal Federal por meio de arguição de descumprimento de preceito fundamental.
- 459. Considere que um deputado federal tenha impetrado, perante o Supremo Tribunal Federal, mandado de segurança em face de proposta de emenda à constituição em tramitação na Câmara dos Deputados, por entender que a proposta tendia a abolir o voto direto, secreto, universal e periódico. Nessa situação, ainda que haja a perda superveniente do mandato parlamentar, será possível o prosseguimento do feito, já que a atualidade do mandato só é exigida para a instauração da ação.

(DEFENSOR PÚBLICO DPE PE 2015 CESPE) Julgue os itens que se seguem, relativos aos servidores públicos.

- 460. As regras do regime geral da previdência social relativas à aposentadoria especial não são aplicáveis ao servidor público enquanto não houver lei complementar específica que assim o determine.
- 461. De acordo com a jurisprudência do STF, o princípio da isonomia não justifica o aumento de vencimento de servidor público por decisão judicial.

(TÉCNICO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO FUB 2015 CESPE) No que diz respeito aos direitos fundamentais, julgue os itens seguintes.

- 462. Os direitos fundamentais, considerados como cláusula pétrea das constituições, podem sofrer limitações por ponderação judicial caso estejam em confronto com outros direitos fundamentais, por alteração legislativa, via emenda constitucional, desde que, nesse último caso, seja respeitado o núcleo essencial que os caracteriza.
- 463. A característica da universalidade consiste em que todos os indivíduos sejam titulares de todos os direitos fundamentais, sem distinção.

Com relação às constituições em seus sentidos formal e material, julgue os itens a seguir.

- 464. Em sentido material, apenas as normas que possuam conteúdo materialmente constitucional são consideradas normas constitucionais.

- 465. As normas que integram uma constituição escrita possuem hierarquia entre si, de modo que as normas materialmente constitucionais ostentam maior valor hierárquico do que as normas apenas formalmente constitucionais.

(DEFENSOR PÚBLICO DPE PE 2015 CESPE) De acordo com a CF, julgue o próximo item.

- 466. Compete, originariamente, ao STF processar e julgar a homologação de sentenças estrangeiras.

(VÁRIOS CARGOS NÍVEL SUPERIOR CADE 2014 CESPE) Com base nos princípios da Constituição Federal de 1988 (CF), julgue o item.

- 467. Os valores sociais da livre iniciativa e a livre iniciativa são princípios da República Federativa do Brasil; o primeiro é um fundamento, e o segundo, um princípio geral da atividade econômica.

(VÁRIOS CARGOS FUB 2015 CESPE) No que diz respeito aos servidores públicos segundo disposições da CF, julgue os itens subsequentes.

- 468. Há na CF dispositivo que autoriza a vinculação do reajuste do subsídio dos secretários de estado ao subsídio do governador como forma de se evitar discrepâncias remuneratórias.
- 469. Os subsídios e as remunerações dos servidores públicos federais, incluídas as verbas de qualquer natureza, mesmo indenizatórias, não podem exceder o subsídio mensal dos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF).

(ANALISTA LEGISLATIVO CONSULTOR LEGISLATIVO CÂMARA DOS DEPUTADOS 2014 CESPE) Com base nas normas constitucionais relativas aos poderes do presidente da República, julgue os seguintes itens.

- 470. Compete exclusivamente ao presidente da República a promulgação de leis federais.
- 471. É da competência privativa do presidente da República a proposição de lei de diretrizes orçamentárias.

- 472. O presidente da República pode, mediante decreto, extinguir cargos públicos que estejam vagos.

(DEFENSOR PÚBLICO DPE PE 2015 CESPE) No que se refere ao tratamento conferido pela CF à DP, julgue os seguintes itens.

- 473. Aos defensores públicos empossados após a promulgação da CF é permitido o exercício da advocacia privada, desde que não conflitante com o exercício de suas atribuições institucionais.
- 474. A autonomia funcional e administrativa conferida à DP não impede sua vinculação à secretaria de justiça do estado ao qual pertença, caso exista tal previsão na respectiva lei complementar estadual.

(VÁRIOS CARGOS CGE PI 2015 CESPE) No que se refere à Administração Pública, aos direitos políticos e às comissões parlamentares de inquérito (CPIs), julgue os itens que se seguem.

475. Os servidores nomeados para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público são estáveis após dois anos de efetivo exercício.

476. É vedada a criação de CPI por assembleia legislativa estadual para investigar fato certo e determinado relativo ao Poder Executivo do referido estado-membro.

(DEFENSOR PÚBLICO DPE PE 2015 CESPE) Com relação às atribuições do presidente da República, julgue o item a seguir.

477. A comutação de penas é de competência privativa do presidente da República, com caráter amplamente discricionário, sendo limitada apenas por vedações decorrentes da CF.

(VÁRIOS CARGOS - ANTAQ 2014 CESPE) Julgue os itens a seguir, com relação aos princípios fundamentais da Constituição Federal de 1988 e à aplicabilidade de suas normas.

478. É norma de eficácia contida o dispositivo constitucional segundo o qual é livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer.

479. A concessão de asilo político é princípio norteador das relações internacionais brasileiras, conforme expressa disposição do texto constitucional.

(AGENTE ADMINISTRATIVO DPF 2014 CESPE) No que concerne ao conceito de Constituição, julgue o item abaixo.

480. Constituição, em sua acepção formal, corresponde ao documento solene que disciplina as normas superiores elaboradas por um processo constituinte específico, sendo as normas integrantes da Constituição Federal de 1988 (CF) caracterizadas como formalmente e materialmente constitucionais.

(JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO TRF 5ª REGIÃO 2015 CESPE)

481. A prática constitucional brasileira, por se tornar a cada dia mais complexa, exige o incremento do estudo da teoria da Constituição com o objetivo de se compreender e justificar a atuação cada vez mais proeminente do Poder Judiciário. Acerca desse assunto, assinale a opção correta.

- a. Segundo a teoria substancialista, o Poder Judiciário deve decidir os casos constitucionais de maneira estreita e rasa, utilizando-se apenas dos argumentos estritamente necessários para a solução do litígio, deixando de parte questões morais controversas.
- b. A teoria da Constituição dirigente, por conceber um projeto bastante ambicioso e totalizante da Constituição, implica a adoção de uma concepção procedimentalista do papel institucional das cortes constitucionais.

- c. De acordo com o positivismo de Hans Kelsen, a escolha de uma interpretação dentro da moldura de possibilidades proporcionada pela norma jurídica realiza-se segundo a livre apreciação do tribunal, e não por meio de qualquer espécie de conhecimento do direito preexistente.
- d. Para Ronald Dworkin, princípios constitucionais são conceituados como mandamentos de otimização que conduzem à única resposta correta.
- e. A corrente doutrinária denominada não interpretacionismo defende que os juízes, ao decidirem questões constitucionais, devem limitar-se a fazer cumprir as normas explícitas ou claramente implícitas na Constituição escrita.

(JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO TRF 5ª REGIÃO 2015 CESPE)

482. A respeito da ADI, assinale a opção correta.

- a. A declaração de inconstitucionalidade proferida em ADI vincula o legislador, que fica impedido de promulgar lei de conteúdo idêntico ao do texto anteriormente censurado.
- b. Se o pedido da ADI se limitar única e exclusivamente à declaração de inconstitucionalidade formal, o STF ficará impedido de examinar a inconstitucionalidade material da lei.
- c. A admissão de *amicus curiae* em ADI independe da demonstração da pertinência temática entre os objetivos estatutários ou as finalidades institucionais da entidade requerente e o conteúdo material da norma questionada.
- d. As súmulas editadas pelo STJ, em razão de sua generalidade e abstração, são passíveis de serem atacadas por meio de ADI.
- e. De acordo com o entendimento do STF, se, no curso de ADI proposta por partido político, este vier a perder sua representação no Congresso Nacional, referida ação deverá ser declarada prejudicada.

(VÁRIOS CARGOS FUB 2015 CESPE) Com base nas disposições da Constituição Federal de 1988 (CF), julgue o item seguinte.

483. O regime político adotado na CF caracteriza a República Federativa do Brasil como um estado democrático de direito em que se conjuga o princípio representativo com a participação direta do povo por meio do voto, do plebiscito, do referendo e da iniciativa popular.

(JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO TRF 5ª REGIÃO 2015 CESPE)

484. No tocante às ações de controle concentrado, assinale a opção correta com base no entendimento do STF.

- a. Cabe ao STF processar e julgar a ação declaratória de constitucionalidade de lei ou ato normativo federal ou estadual.
- b. A despeito do caráter dúplice da ADI, o indeferimento de medida cautelar não dá margem à propositura de reclamação, visto que essa decisão não possui efeito vinculante.
- c. Dado o caráter subsidiário e complementar da ADPF, o município tem legitimidade para propô-la.
- d. Não é cabível medida cautelar em ADI por omissão.
- e. A ADPF pode ser utilizada para o fim de rever ou cancelar súmula vinculante.

- 485.** (ESAF/ PROCURADOR DA FAZENDA NACIONAL) Quanto à diversidade da base de financiamento da Seguridade Social é incorreto afirmar que:
- toda a sociedade tem a incumbência de financiar a Seguridade Social, de forma direta ou indireta, nos termos da lei.
 - os trabalhadores e demais segurados devem contribuir, não incidindo a contribuição sobre a aposentadoria e pensão concedidas pelo Regime Geral de Previdência Social de que trata o art. 201, da Constituição Federal de 1988.
 - o importador de bens ou serviços está excluído do custeio da Seguridade Social em razão da inexistência de risco social a ser coberto na atividade que lhe é peculiar, além de não haver base de cálculo contemplada no art. 195, incisos I a IV, da Constituição Federal.
 - a folha de salários e demais rendimentos do trabalho pagos ou creditados a pessoa física, a receita ou o faturamento e o lucro são bases de cálculo para as contribuições devidas pela empresa ou entidade a ela equiparada.
 - a Seguridade Social receberá recursos dos orçamentos da União, estados, Distrito Federal e municípios.
- 486.** (JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO) A lei que institui nova contribuição previdenciária entra em vigor:
- 180 dias após sua publicação.
 - 90 dias após sua publicação.
 - 60 dias após sua publicação.
 - 120 dias após sua publicação.
- 487.** (ESAF/ TÉCNICO DA RECEITA FEDERAL) A Constituição Federal, no seu art. 194, parágrafo único, elenca os objetivos a Seguridade Social. Entre os quais, está correto:
- a diversidade de atendimento.
 - a equidade na forma de participação no custeio.
 - a irredutibilidade do valor dos benefícios.
 - a universalidade e a equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais.
 - a unicidade da base de financiamento.
- 488.** (ESAF/ AFRF) Quanto ao financiamento da seguridade social, de acordo com o estabelecido na CF/1988 e na legislação do respectivo custeio, assinale a opção correta.
- A lei não pode instituir outras fontes de custeio além daquelas previstas na Constituição Federal.
 - Há possibilidade de criar benefício previdenciário sem prévio custeio.
 - São isentas de contribuição para a seguridade social as entidades beneficentes de assistência social que atendam às exigências estabelecidas em lei.
 - As contribuições sociais criadas podem ser exigidas no ano seguinte à publicação da respectiva lei.
 - Mesmo em débito com o sistema da seguridade social, pode a pessoa jurídica contratar com o poder público.
- 489.** (ESAF/ PROCURADOR DA FAZENDA NACIONAL) Assinale a opção incorreta.
- Os direitos sociais a prestações da seguridade social estão sob a chamada “reserva do possível”, sendo vedada a criação ou majoração de benefícios sem a correspondente fonte de custeio.
 - Aplicam-se às contribuições da seguridade social as limitações constitucionais ao poder de tributar, excetuada a norma do art. 150, III, *b*, da Constituição Federal de 1988, por expressa previsão da anterioridade nominal no art. 195, § 6º, da mesma Constituição.
 - A instituição de outras fontes destinadas a garantir a manutenção ou expansão da seguridade social, que não aquelas previstas no art. 195, I a IV, da Constituição Federal de 1988, deverá obedecer ao disposto no art. 154, I, do texto constitucional, devendo ocorrer por meio de lei complementar.
 - As contribuições sociais previstas no inciso I do art. 195 da Constituição Federal de 1988 não poderão ter alíquotas ou bases de cálculo diferenciadas em razão da atividade econômica ou da utilização intensiva de mão de obra, porte da empresa ou da condição estrutural do mercado de trabalho.
 - É vedada a concessão de remissão ou anistia das contribuições sociais de que tratam os incisos I, *a*, e II do art. 195 da Constituição Federal de 1988 para débitos em montante superior ao fixado em lei.
- 490.** (FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS/ MÉDICO-PERITO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL) Considera-se empregado toda pessoa física:
- que prestar serviço de natureza eventual ou não a empregador, com exclusividade, sob dependência deste e mediante salário.
 - que prestar serviço de natureza eventual a empregador, sob dependência deste e mediante salário.
 - ou jurídica que prestar serviço de natureza não eventual a empregador, sob dependência deste e mediante salário.
 - que prestar serviço de natureza não eventual a empregador, sob dependência deste e mediante salário.
 - ou jurídica que prestar serviço de natureza não eventual a empregador, com exclusividade, sob dependência deste e mediante salário.
- 491.** (ESAF/ TÉCNICO DA RECEITA FEDERAL) Segundo a consolidação administrativa das normas gerais de tributação previdenciária e de arrecadação das contribuições sociais administradas pela Secretaria da Receita Previdenciária — SRP, deve contribuir obrigatoriamente na qualidade de “segurado-empregado”
- () o diretor empregado que seja promovido para cargo de direção de sociedade anônima, mantendo as características inerentes à relação de trabalho.
 - () o trabalhador contratado em tempo certo, por empresa de trabalho temporário.
 - () aquele que presta serviços de natureza contínua, mediante remuneração, à pessoa, à família ou à entidade familiar, no âmbito residencial desta, em atividade sem fins lucrativos.
- Sim, sim, sim.
 - Sim, não, não.
 - Sim, não, sim.

- d. Sim, sim, não.
e. Não, não, não.
- 492.** (CESPE/ JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO DO TRF 5ª REGIÃO) Mariana exerce cargo exclusivamente em comissão, em determinado órgão da União. Nessa situação, Mariana poderá filiar-se ao regime próprio de previdência social dos servidores públicos dessa entidade da federação.
- 493.** (ESAF/ AFRF) Não é filiado obrigatório ao RGPS, na qualidade de segurado empregado:
- aquele que presta serviço de natureza urbana ou rural à empresa, em caráter não eventual, com subordinação e mediante remuneração.
 - o contratado em caráter permanente em Conselho, Ordem ou autarquia de fiscalização do exercício de atividade profissional.
 - o menor aprendiz, com idade de catorze a dezoito anos, sujeito a formação técnico-profissional metódica.
 - o trabalhador temporário contratado por empresa de trabalho temporário para a necessidade transitória de substituição de seu pessoal regular e permanente ou a acréscimo extraordinário de serviços.
 - o carregador de bagagem em porto, que presta serviços sem subordinação nem horário fixo, mas sob remuneração, a diversos, com a intermediação obrigatória do sindicato da categoria ou OGMO.
- 494.** (PROCURADOR/ INSS) A União responderá por eventual déficit financeiro da Seguridade Social se causado pelo pagamento de benefícios de prestação continuada da previdência social.
- 495.** (AUDITOR FISCAL DA PREVIDÊNCIA SOCIAL) Empregador rural pessoa física contribui para a seguridade com o equivalente a 2,5% da receita bruta proveniente da comercialização da sua produção e com 0,1% sobre essa mesma base de cálculo para custeio das prestações por acidente de trabalho.
- 496.** (PROCURADOR/ INSS/ CESPE) Fazem parte das receitas que financiam a Seguridade Social o montante correspondente a 40% do resultado dos leilões de bens apreendidos pela Secretaria da Receita Federal, bem como 50% do valor do prêmio recolhido a título de seguro obrigatório de danos pessoais causados por veículos automotores de via terrestre.
- 497.** (ANALISTA PREVIDENCIÁRIO/ INSS/ CESPE) Joaquina, dona de casa, segurada facultativa da previdência social, emprega, em sua residência, Maria, como empregada doméstica. Após conhecer os dotes culinários de Maria, Joaquina passou a utilizar-se dos seus serviços para preparar biscoitos e doces que são vendidos em uma feira. Em razão das atividades desenvolvidas, as contribuições relativas à remuneração de Maria devem ser recolhidas como segurada empregada.
- 498.** (PROCURADOR/ INSS/ CESPE) A contribuição do pescador artesanal é calculada mediante a aplicação da alíquota de 2,2% da receita bruta obtida com a comercialização de sua produção.
- 499.** (ANALISTA LEGISLATIVO/ CÂMARA DOS DEPUTADOS) A respeito das contribuições sociais e dos conceitos legais previstos no plano de custeio da previdência social, julgue o seguinte item.
Considera-se empregador doméstico a pessoa ou família que admite a seu serviço, sem finalidade lucrativa, empregado doméstico.
- 500.** (ANALISTA LEGISLATIVO/ CÂMARA DOS DEPUTADOS/ CESPE) A respeito das contribuições sociais e dos conceitos legais previstos no plano de custeio da previdência social, julgue o seguinte item.
São consideradas contribuições sociais aquelas que incidem sobre o salário de contribuição dos trabalhadores.
- 501.** (ANALISTA LEGISLATIVO/ CÂMARA DOS DEPUTADOS) A respeito das contribuições sociais e dos conceitos legais previstos no plano de custeio da previdência social, julgue o seguinte item.
São contribuições sociais as que incidem sobre a receita de concursos de prognósticos.
- 502.** (AUDITOR FISCAL DA PREVIDÊNCIA SOCIAL/ CESPE) O valor da contribuição devida pelos bancos comerciais, de investimento ou desenvolvimento, cuja base é o total das remunerações pagas ou creditadas a qualquer título aos segurados empregados, é de 22,5%, sendo reduzida a 17,5%, quando se tratarem de pagamentos feitos a avulsos e contribuintes individuais.
- 503.** (FCC/ PGE-MT/ PROCURADOR/ DIREITO PREVIDENCIÁRIO/ FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL) Em relação ao financiamento da Seguridade Social, é correto afirmar:
- A Seguridade Social será financiada por toda a sociedade, de forma direta e indireta, mediante recursos provenientes apenas da União e dos Estados e, em certos casos, também de contribuições sociais.
 - No âmbito federal, o orçamento da Seguridade Social é composto de receitas, provenientes da União, dos Estados, das contribuições sociais e de receitas de outras fontes.
 - Constituem contribuições sociais, as das empresas, incidentes sobre a remuneração paga ou creditada aos segurados a seu serviço, com exceção das microempresas.
 - Entre as contribuições sociais encontramos as dos empregadores domésticos.
 - Figuram também entre as contribuições sociais as incidentes sobre a receita de concursos de prognósticos e do imposto de importação.
- 504.** (FCC/ TRF 4ª REGIÃO/ TÉCNICO JUDICIÁRIO/ ÁREA ADMINISTRATIVA) O produtor, o parceiro, o meeiro e o arrendatário rurais e o pescador artesanal, bem como os respectivos cônjuges, que exerçam suas atividades em regime de economia familiar, sem empregados permanentes, contribuirão para a seguridade social mediante a
- aplicação de uma alíquota sobre o resultado da comercialização da produção.

- b. aplicação de uma alíquota sobre o lucro presumido e previamente declarado.
- c. contribuição fixa e predeterminada de dois salários mínimos.
- d. aplicação de uma alíquota sobre o salário mínimo.
- e. contribuição fixa e predeterminada de um salário mínimo.

505. (FCC/ TRF 4ª REGIÃO/ TÉCNICO JUDICIÁRIO) Publicada lei modificando a contribuição social sobre a receita ou faturamento,

- a. só poderá ser exigida tal contribuição após decorridos noventa dias da data da publicação da referida lei.
- b. só poderá ser exigida tal contribuição após decorridos cento e oitenta dias da data da publicação da referida lei.
- c. não poderá ser exigida tal contribuição no mesmo exercício financeiro em que haja sido publicada a referida lei, independentemente da data de sua publicação.
- d. poderá ser exigida tal contribuição imediatamente após a data da publicação da referida lei.
- e. só poderá ser exigida tal contribuição após decorridos cento e vinte dias da data da publicação da referida lei.

506. (FCC/ TRF 3ª REGIÃO/ ANALISTA JUDICIÁRIO) De acordo com a Constituição Federal brasileira, as contribuições sociais do empregador, da empresa e da entidade a ela equiparada na forma da lei, incidirão, dentre outras, sobre

- a. os rendimentos do trabalho pagos ou creditados somente a título salarial, à pessoa física que lhe preste serviço exclusivamente com vínculo empregatício.
- b. a folha de salários pagos à pessoa física que lhe preste serviço exclusivamente com vínculo empregatício.
- c. todo e qualquer rendimento do trabalho com natureza salarial pagos à pessoa física que lhe preste serviço exclusivamente com vínculo empregatício.
- d. todo e qualquer rendimento do trabalho pagos ou creditados a título exclusivamente salarial, à pessoa física ou jurídica que lhe preste serviço, mesmo sem vínculo empregatício.
- e. a folha de salários e demais rendimentos do trabalho pagos ou creditados, a qualquer título, à pessoa física que lhe preste serviço, mesmo sem vínculo empregatício.

507. (FCC/ TRF 2ª REGIÃO/ ANALISTA JUDICIÁRIO/ ÁREA JUDICIÁRIA) A receita da seguridade social não está adstrita a trabalhadores, empregadores e Poder Público. Essa assertiva relacionada à receita da seguridade social está baseada, especificamente, no princípio da

- a. natureza democrática e descentralizada da administração.
- b. diversidade da base de financiamento.
- c. universalidade da cobertura e do atendimento.
- d. equidade na forma de participação no custeio.
- e. seletividade e distributividade na prestação dos benefícios.

508. (FCC/ NOSSA CAIXA DESENVOLVIMENTO/ ADVOGADO/ DIREITO PREVIDENCIÁRIO/ SEGURADOS OBRIGATÓRIOS) Segundo a Lei n. 8.213/1991, havendo perda da qualidade de segurado, as contribuições anteriores a essa data só serão computadas para efeito de carência depois que o segurado contar, a partir da nova filiação à Previdência Social, com, no mínimo,

- a. um terço do número de contribuições exigidas para o cumprimento da carência definida para o benefício da pensão por morte, independentemente do benefício a ser requerido.
- b. dois terços do número de contribuições exigidas para o cumprimento da carência definida para o benefício a ser requerido.
- c. um terço do número de contribuições exigidas para o cumprimento da carência definida para o benefício a ser requerido.
- d. metade do número de contribuições exigidas para o cumprimento da carência definida para o benefício de auxílio-doença, independentemente do benefício a ser requerido.
- e. metade do número de contribuições exigidas para o cumprimento da carência definida para o benefício a ser requerido.

509. (FCC/ PGE-RR/ PROCURADOR DE ESTADO/ DIREITO PREVIDENCIÁRIO – COM ADPATAÇÕES) De acordo com a legislação previdenciária e respectiva regulamentação,

- a. todo o segurado obrigatório da Previdência Social mantém sua qualidade, sem recolher contribuição nem receber benefício, por até 6 (seis) meses.
- b. são segurados obrigatórios do Regime Geral de Previdência Social: o empregado, inclusive o doméstico, o trabalhador avulso, o segurado especial e o contribuinte individual.
- c. o direito da seguridade social apurar e constituir seus créditos extingue-se após 10 (dez) anos, bem como o direito de ação contra ela para obter a restituição de contribuições indevidas.
- d. não integram o salário de contribuição, entre outras: as diárias de viagem que não excederem a 50% e as férias indenizadas.
- e. são segurados facultativos do Regime Geral de Previdência Social, entre outros: o estudante, o bolsista, o estagiário e o aprendiz.

510. (FCC/ TRF 4ª REGIÃO/ ANALISTA JUDICIÁRIO) Independentemente de contribuições, mantém a qualidade de segurado:

- a. até doze meses após o licenciamento, o segurado incorporado às Forças Armadas para prestar serviço militar.
- b. quem está em gozo de benefício, sem limite de prazo.
- c. até doze meses após a cessação das contribuições, o segurado facultativo.
- d. até três meses após a cessação das contribuições, o segurado facultativo.
- e. até seis meses após o licenciamento, o segurado incorporado às Forças Armadas para prestar serviço militar.

511. (FCC/ TRF 3ª REGIÃO/ ANALISTA JUDICIÁRIO) Considere as seguintes assertivas a respeito do regime geral da previdência social:

- I – Em regra, é vedada a filiação ao regime geral de previdência social, na qualidade de segurado facultativo, de pessoa participante de regime próprio de previdência.
- II – Para efeito de aposentadoria não é assegurada a contagem recíproca do tempo de contribuição na Administração Pública e na atividade privada rural.
- III – Os ganhos habituais do empregado, a qualquer título, serão incorporados ao salário para efeito de contribuição previdenciária e conseqüente repercussão em benefícios, nos casos e na forma da lei.
- IV – Nenhum benefício que substitua o salário de contribuição ou o rendimento do trabalho do segurado terá valor mensal inferior ao salário mínimo.

De acordo com a Constituição Federal brasileira, está correto o que se afirma APENAS em

- a. I, II e III.
- b. I e III.
- c. I, III e IV.
- d. II, III e IV.
- e. III e IV.

512. (ADVOGADO DA UNIÃO/ AGU) Não integram o salário de contribuição os benefícios pagos, na forma da lei, pelo RGPS, salvo o salário-maternidade.

513. (PROCURADOR FEDERAL/ AGU) Para efeito de cálculo da contribuição previdenciária, o salário pago em forma de utilidade é usado apenas em relação à parte sob responsabilidade dos empregados, devendo ser excluído da cota dos empregados em razão de não compor o cálculo dos benefícios.

514. (ADVOGADO DA UNIÃO/ AGU) Sobre os valores recebidos pelo segurado empregado a título de gratificação natalina, também conhecida como décimo terceiro salário, não incide contribuição previdenciária.

515. (ADVOGADO DA UNIÃO/ AGU) Considere a seguinte situação hipotética. Elaine é cabeleireira, Sílvia é manicure e Cláudia é esteticista. As três trabalham por conta própria e exercem suas atividades na residência de Elaine. Nessa situação, apesar de não terem vínculo empregatício com qualquer estabelecimento, todas são consideradas seguradas obrigatórias da previdência social na qualidade de contribuinte individual.

516. (MÉDICO PERITO DO INSS) A respeito da manutenção e perda da qualidade de segurado é correto afirmar que

- a. a perda da qualidade de segurado acarreta o reinício da contagem do prazo de carência para obtenção de auxílio-doença, aposentadoria por invalidez e aposentadoria especial.
- b. o segurado que estiver recebendo benefício por incapacidade mantém essa qualidade durante seis meses após a cessação do benefício, independentemente do retorno à atividade remunerada.
- c. a perda da qualidade de segurado não será considerada para a concessão de auxílio-doença, aposentadoria especial e aposentadoria por tempo de contribuição.

- d. é irrelevante para a concessão da aposentadoria por idade, desde que o segurado comprove a carência exigida para obtenção do benefício.
- e. o segurado facultativo tem um período de graça de seis meses, prazo que poderá ser prorrogado por doze meses se comprovada a situação de desemprego perante o Ministério do Trabalho e Emprego.

517. (JUIZ DO TRABALHO/ TRT 11ª REGIÃO) Em relação à responsabilidade pela arrecadação e recolhimento das contribuições, é correto afirmar:

- a. O empregador é responsável pelo desconto e recolhimento da contribuição previdenciária devida pelo empregado. Caso se omita, a cobrança do montante devido será feita diretamente do segurado.
- b. O trabalhador avulso somente é responsável pelo recolhimento de sua própria contribuição se não for sindicalizado, caso contrário o sindicato será o responsável.
- c. A empresa que remunera contribuinte individual que lhe presta serviço é responsável pela retenção e recolhimento da contribuição devida por esse trabalhador.
- d. O empregado doméstico é responsável pelo recolhimento de sua própria contribuição, sendo tal encargo a este facultado, mediante assinatura de termo perante o INSS.
- e. O segurado especial é responsável pelo recolhimento de sua própria contribuição, sem a qual não terá direito a recebimento de benefício previdenciário, o que se impõe em razão da contributividade do sistema previdenciário, aplicável também aos trabalhadores do campo.

518. (MÉDICO PERITO DO INSS) O cumprimento do período de carência

- a. não é exigido para a aposentadoria por invalidez quando a incapacidade decorrer de acidente de qualquer natureza ou causa.
- b. é obrigatório e são exigidas 12 contribuições mensais para a aposentadoria por invalidez quando a incapacidade decorrer de hepatopatia grave.
- c. não é exigido para o salário-maternidade para as seguradas empregadas e facultativas.
- d. é obrigatório e são exigidas 180 contribuições mensais para a aposentadoria por idade para aqueles que se filiam ao Regime Geral de Previdência Social em janeiro de 1990.
- e. é obrigatório e são exigidas 12 contribuições mensais para o auxílio-doença para os segurados especiais.

519. (MÉDICO PERITO DO INSS) O auxílio-acidente

- a. pressupõe seqüela definitiva após a consolidação das lesões decorrentes de acidente de qualquer natureza.
- b. é devido aos empregados, contribuintes individuais e trabalhadores avulsos.
- c. não exige o cumprimento do período de carência e tem caráter vitalício, extinguindo-se apenas com o óbito do segurado.
- d. é devido ao desempregado, desde que detenha qualidade de segurado.
- e. poderá ser cumulado com auxílio-doença e com aposentadoria por tempo de contribuição.

- 520.** (JUIZ DO TRABALHO/ TRT 11ª REGIÃO) Em relação aos benefícios previdenciários e segurados do Regime Geral da Previdência Social, é correto afirmar que
- o segurado, caso trabalhe tanto para o regime próprio quanto para o regime geral, será segurado obrigatório do primeiro regime ao qual se filiou e facultativo, em relação ao segundo.
 - o auxílio-acidente tem caráter ressarcitório, devendo ter, para sua concessão, sequela que implique redução na capacidade de trabalho do segurado.
 - a aposentada que permanecer ou retornar à atividade terá direito a receber salário-maternidade, quando preenchidos os requisitos legais.
 - os servidores públicos ocupantes de cargo em comissão não integram o elenco dos segurados obrigatórios do regime geral de previdência social.
 - o segurado aposentado que voltar a trabalhar não voltará a contribuir, visto já ser aposentado pelo regime geral de Previdência Social.
- 521.** (JUIZ DO TRABALHO/ TRT 11ª REGIÃO) Quanto aos benefícios previdenciários, é correto afirmar:
- O benefício auxílio-reclusão é devido ao segurado nos casos de prisão cautelar (flagrante, preventiva, provisória ou decorrente de sentença de pronúncia ou condenatória sem trânsito em julgado) ou quando o encarceramento decorre de sentença condenatória transitada em julgado.
 - A aposentadoria por idade compulsória poderá ser requerida pela própria empresa quando preencher os seguintes requisitos: o segurado contar com 65 anos de idade, se homem e 60 anos de idade, se mulher, quando não requerida a aposentadoria pelo próprio segurado.
 - O salário-família é pago diretamente pelo INSS tanto nas hipóteses do segurado empregado e do trabalhador avulso, quanto na do segurado aposentado com direito ao benefício.
 - O salário-maternidade é devido à segurada empregada, à trabalhadora avulsa e à empregada doméstica, durante 28 dias antes do parto e 92 dias depois do parto, observadas as situações e condições previstas na legislação, no que concerne a proteção à maternidade.
 - A viúva pode pedir pensão por morte do marido falecido, concorrendo em igualdade de condições com os demais dependentes de 1ª classe, desde que comprove dependência econômica.
- 522.** (JUIZ DO TRABALHO/ TRT 11ª REGIÃO) O direito de exigir da Previdência o benefício de aposentadoria
- prescreve em trinta anos, contados da data do preenchimento dos requisitos para sua concessão.
 - é imprescritível, mas a demora em pleiteá-lo pode fazer com que a prestação seja devida apenas a partir da data de seu requerimento.
 - prescreve em cinco anos, contados da data em que houve a perda da condição de segurado.
 - é imprescritível, devendo o benefício ser pago pela previdência social desde a data do preenchimento dos requisitos para sua concessão.
 - prescreve em cinco anos, contados da data do preenchimento dos requisitos para sua concessão.
- 523.** (ANALISTA TRF 4ª REGIÃO) O salário maternidade
- será pago diretamente pela Previdência Social para a segurada empregada, que deverá requerer o benefício até 30 dias após o parto.
 - deverá ser requerido pela segurada especial e pela empregada doméstica até 60 dias após o parto.
 - é devido pelo período de 60 dias para a segurada da Previdência Social que adotar criança de até um ano de idade.
 - é devido pelo período de 45 dias para a segurada da Previdência Social que adotar criança entre 1 e 4 anos de idade.
 - da segurada trabalhadora avulsa, pago diretamente pela Previdência Social, consiste numa renda mensal igual à sua remuneração integral equivalente ao mês de trabalho.
- 524.** (ANALISTA/ TRF 2ª REGIÃO - Adaptada) Considere as seguintes assertivas a respeito do auxílio-doença:
- O auxílio-doença será devido ao segurado empregado a contar do décimo sexto dia do afastamento da atividade, e, no caso dos demais segurados, a contar da data do início da incapacidade e enquanto ele permanecer incapaz.
 - Quando requerido por segurado afastado da atividade por mais de trinta dias, o auxílio-doença será devido após quinze dias contados da data da entrada do requerimento.
 - Em regra, o auxílio-doença, inclusive o decorrente de acidente do trabalho, consistirá numa renda mensal correspondente a média das doze últimas contribuições ou na falta desta a média das contribuições que restarem.
 - A empresa que garantir ao segurado licença remunerada, em regra, não ficará obrigada a pagar-lhe durante o período de auxílio-doença a eventual diferença entre o valor deste e a importância garantida pela licença.
- Está correto o que consta APENAS em
- I, III e IV.
 - I, II e III.
 - I e III.
 - II e IV.
 - II, III e IV.
- 525.** (ESAF/ AUDITOR-FISCAL DA RECEITA FEDERAL) Com relação às contribuições sociais, no âmbito da seguridade social, é correto afirmar:
- As contribuições sociais, de que trata o art. 195 da CF/88, só poderão ser exigidas após decorridos noventa dias da data da publicação da lei que as houver instituído ou modificado, não se lhes aplicando o disposto no art. 150, III, *b*, da Carta Magna.
 - As contribuições sociais de que trata o art. 195 da CF/88 só poderão ser exigidas após decorridos cento e oitenta dias da data da publicação da lei que as houver instituído ou modificado, não se lhes aplicando o disposto no art. 150, III, *b*, da Carta Magna.

- c. São isentas de contribuição para a seguridade social todas as entidades de assistência social que atendam às exigências estabelecidas em lei complementar.
- d. As contribuições sociais de que trata o art. 195 da CF/88 só poderão ser exigidas após decorridos noventa dias da assinatura da lei que as houver instituído ou modificado, não se lhes aplicando o disposto no art. 150, III, *b*, da Carta Magna.
- e. As contribuições sociais de que trata o art. 195 da CF/88 só poderão ser criadas e exigidas após decorridos noventa dias da publicação da lei que as houver instituído ou modificado, não se lhes aplicando o disposto no art. 150, III, *b*, da Carta Magna.

526. (INSS/ AFPS) Assinale a alternativa correta.

- a. Para que o segurado tenha direito a certos benefícios previdenciários, é necessário que tenha pago um determinado número de contribuições mensais, o que se denomina de período de carência.
- b. Todos os segurados terão direito ao auxílio-acidente.
- c. Para a Previdência Social, as diárias pagas pela empresa ao empregado integram em 100% o salário de contribuição.
- d. O adicional de férias, as ajudas de custos e as cotas do salário-família integram o salário de contribuição.
- e. As entidades desportivas que mantêm equipe de futebol profissional contribuem para a Previdência Social nas mesmas condições estabelecidas para as empresas.

527. Quanto à aposentadoria especial, assinale a alternativa correta.

- a. Entre as espécies de aposentadoria especial, pode-se citar, a título de exemplo, a aposentadoria especial do professor que exerça atividade exclusiva de ensino fundamental ou médio.
- b. A concessão de aposentadoria especial ao segurado empregado dispensa qualquer tipo de comprovação perante o INSS, pois o recolhimento deste segurado é sempre presumido.
- c. A aposentadoria especial para as mulheres é em menor tempo frente aos homens.
- d. O período em que o segurado está de férias não é computado com tempo de efetiva exposição a agente nocivo.
- e. O valor da aposentadoria especial será, sempre, equivalente a 100% do salário de benefício do segurado.

528. Assinale a alternativa correta.

- a. Antes da concessão da aposentadoria por invalidez, é necessário que o segurado permaneça recebendo auxílio-doença por, no mínimo, um mês.
- b. O auxílio-doença não é devido ao segurado facultativo.
- c. O auxílio-doença do segurado que exercer mais de uma atividade abrangida pela previdência social será devido mesmo no caso de incapacidade apenas para o exercício de uma delas, devendo a perícia médica ser conhecedora de todas as atividades que o mesmo estiver exercendo.

- d. Quando o segurado que exercer mais de uma atividade se incapacitar definitivamente para uma delas, deverá o auxílio-doença ser cancelado, cabendo sua transformação em aposentadoria por invalidez, enquanto essa incapacidade não se estender às demais atividades.
- e. Durante os primeiros vinte dias consecutivos de afastamento da atividade por motivo de doença, incumbe à empresa pagar ao segurado empregado o seu salário.

529. Assinale a alternativa incorreta.

- a. A empresa, em nenhuma hipótese, pagará o salário-maternidade diretamente à segurada empregada.
- b. No caso de empregos concomitantes, a segurada fará jus ao salário-maternidade relativo a cada emprego.
- c. Quando ocorrer incapacidade em concomitância com o período de pagamento do salário-maternidade, o benefício por incapacidade, conforme o caso, deverá ser suspenso enquanto perdurar o referido pagamento, ou terá sua data de início adiada para o primeiro dia seguinte ao término do período de cento e vinte dias.
- d. A segurada aposentada que retornar à atividade fará jus ao pagamento do salário-maternidade.
- e. O benefício salário-maternidade dispensa o cumprimento de carência por parte da segurada contribuinte individual.

530. Assinale a alternativa correta (Adaptada).

- a. O auxílio-acidente é um benefício de natureza indenizatória, concedido somente aos segurados empregados (inclusive o doméstico), avulso e especial.
- b. O auxílio-acidente somente é concedido após a consolidação das lesões decorrentes de acidentes de qualquer natureza ou causa, desde que exista qualquer tipo de seqüela.
- c. O recebimento de salário ou concessão de qualquer outro benefício não prejudicará a continuidade do recebimento do auxílio-acidente.
- d. Cabe a concessão de auxílio-acidente quando o segurado estiver desempregado.
- e. A perda da audição, desde que superior a 50%, é evento deflagrador da concessão de auxílio-acidente.

531. (JUIZ SUBSTITUTO DA 4ª REGIÃO) A dependência econômica do filho inválido, maior de 21 anos, é presumida.

532. (JUIZ SUBSTITUTO DA 4ª REGIÃO) A dependência econômica dos pais do segurado é sempre presumida.

533. (FISCAL/ INSS) Caso um servidor público civil da União passasse a exercer, concomitantemente, atividade laboral abrangida pelo regime geral de previdência social, então tornar-se-ia segurado obrigatório desse regime. Todavia, não poderia haver contagem recíproca de tempo de contribuição entre os dois regimes.

- 534.** (FISCAL/ INSS) A empresa é obrigada a arrecadar as contribuições dos segurados empregado e trabalhador avulso a seu serviço, descontando-as das respectivas remunerações e recolhendo-as ao INSS, no prazo estabelecido por lei.
- 535.** (JUIZ SUBSTITUTO DA 4ª REGIÃO) O sistema previdenciário oficial pode cobrir eventos de doença, invalidez, morte, idade avançada, auxílio educação e moradia.
- 536.** De acordo com a medida provisória n. 676/15, a aplicação do fator previdenciário para o cálculo do salário de benefício da aposentadoria por tempo de contribuição é opcional desde que o segurado comprove possuir, em 2015, 95 pontos resultantes da soma de sua idade acrescido do tempo de contribuição.
- 537.** A aplicação do fator previdenciário para o cálculo do salário de benefício da aposentadoria por idade é opcional.
- 538.** A renda mensal do auxílio-doença é 92% do salário de benefício.
- 539.** A renda mensal da aposentadoria por idade corresponde a 70% do salário de benefício + 1% por grupo de 12 contribuições até o limite de 100% do salário de benefício.
- 540.** A aposentadoria por idade é uma prestação previdenciária paga mensalmente ao segurado que completar 60 anos de idade se do sexo masculino e 55 anos se do sexo feminino.
- 541.** O servidor, civil ou militar, amparado por regime próprio, que venha a exercer, concomitantemente, uma ou mais atividades abrangidas pelo RGPS não precisa contribuir em relação a essas atividades, pois elas já possuem cobertura previdenciária.
- 542.** São beneficiários do RGPS, na condição de dependentes do segurado, o cônjuge, a companheira, o companheiro e o filho não emancipado de qualquer condição, menor de 21 anos de idade ou inválido.
- 543.** Após a filiação e o primeiro recolhimento, o segurado facultativo poderá recolher contribuições em atraso, desde que não tenham decorrido doze meses da cessação dos recolhimentos.
- 544.** Entre as várias situações cobertas pela previdência social, está a concessão do salário família e do auxílio-reclusão para os dependentes dos segurados que recebam remuneração até o teto de contribuição do INSS.
- 545.** O segurado incorporado às Forças Armadas para prestar serviço militar, mantém a qualidade de segurado até 6 meses após o licenciamento.
- 546.** Pedro falece deixando pensão por morte para seus dependentes. O benefício será dividido entre sua mulher e sua mãe.
- 547.** Paulo segurado filiado do RGPS tem como seu dependente seu irmão, Pedro, de 16 anos. A dependência econômica de Pedro nessa situação é presumida.
- 548.** (CESPE/ CÂMARA DOS DEPUTADOS/ ANALISTA LEGISLATIVO) Ao se utilizar do método de interpretação teleológico o intérprete busca compatibilizar o texto legal a ser interpretado com as demais normas que compõem o ordenamento jurídico, visualizando a lei objeto de interpretação como parte de um todo.
- 549.** (CESPE/ CÂMARA DOS DEPUTADOS/ ANALISTA LEGISLATIVO) A vigência da lei de natureza previdenciária segue a regulamentação da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, de modo que, salvo disposição contrária, entra em vigor quarenta e cinco dias depois de oficialmente publicada.
- 550.** (CESPE/ TC-DF/ PROCURADOR) Uma norma legal que apenas altere o prazo de recolhimento das contribuições sociais destinadas à previdência social não se sujeitará ao princípio da anterioridade.
- 551.** (FCC/ TRT 5ª REGIÃO/ ANALISTA JUDICIÁRIO) Considere as afirmações:
- I – No âmbito do Direito Previdenciário, as expressões “seguridade social” e “assistência social” são sinônimas puras, revelando sistemas idênticos, que são universalizados, contributivos e contam com a participação obrigatória da União, de empregadores e empregados.
 - II – Em Direito Previdenciário, torna-se possível a solução de controvérsias mediante aplicação da equidade, de que é exemplo a concessão de salário-maternidade para o segurado homem que, em relação homoafetiva, adota criança.
 - III – As normas internacionais entre organismos estrangeiros e o Brasil, tais como tratados, acordos ou convenções, quando versem sobre matéria previdenciária, devem ser interpretados como lei especial, nos termos do artigo 85-A, da Lei n. 8.212/1991.
 - IV – Previdência Social engloba um conceito amplo, universal, sendo em verdade o gênero da qual são espécies a assistência social, a saúde e a seguridade social.
- Está correto o que se afirma APENAS em
- a. I, II e III.
 - b. II e IV.
 - c. II e III.
 - d. III e IV.
 - e. I, III e IV.
- 552.** (FCC/ PGE-RN/ PROCURADOR DO ESTADO) Sobre o regime de previdência social dos servidores públicos, é correto afirmar:
- a. Servidor público ocupante de cargo efetivo que ingressar no serviço público, após a introdução de previdência complementar de servidores públicos,

- continuará pertencendo a regime próprio de previdência social, mas com possibilidade de limitação de seus proventos de aposentadoria ao limite teto do Regime Geral de Previdência Social.
- b. Servidor público ocupante de cargo efetivo que ingressar no serviço público, após a introdução de previdência complementar de servidores públicos, continuará pertencendo a regime próprio de previdência social, mas poderá também optar por contribuir para aquele fundo complementar ou para o Regime Geral de Previdência Social, na condição de segurado facultativo.
- c. Servidor público ocupante de cargo efetivo que ingressar no serviço público, após a introdução de previdência complementar de servidores públicos, não mais continuará pertencendo a regime próprio de previdência social, pois estará compulsoriamente vinculado a esse novo modelo de previdência privada.
- d. Servidor público ocupante de cargo efetivo que ingressar no serviço público, após a introdução de previdência complementar de servidores públicos, terá a faculdade de escolher entre continuar pertencendo a regime próprio de previdência social ou aderir ao novo fundo previdenciário, que poderá pagar prestações superiores ao limite teto do Regime Geral de Previdência Social.
- e. Servidor público ocupante de cargo efetivo que ingressar no serviço público, após a introdução de previdência complementar de servidores públicos, continuará pertencendo a regime próprio de previdência social, com limitação de seus proventos de aposentadoria ao limite teto do Regime Geral de Previdência Social, podendo complementar sua aposentadoria, com garantia de proventos iguais ao do cargo em que se aposentar, caso faça a adesão, mediante contrato, ao respectivo fundo previdenciário.
- 553.** (FCC/ TCE-GO/ ANALISTA DE CONTROLE EXTERNO/ DIREITO PREVIDENCIÁRIO/ REGIMES DA PREVIDÊNCIA SOCIAL) Considerando que um Estado tenha instituído regime de previdência complementar para os respectivos servidores efetivos, é correto afirmar que
- não poderão ser alcançados pelo novo regime os magistrados, membros do Ministério Público e os Conselheiros do Tribunal de Contas.
 - serão obrigatoriamente participantes do novo regime aqueles que ingressarem após a data de publicação do ato de instituição.
 - serão obrigatoriamente participantes do novo regime todos os servidores, inclusive os até então vinculados ao regime próprio.
 - as contribuições normais do Estado-patrocinador não poderão, em hipótese alguma, exceder à dos servidores-participantes.
 - os servidores incluídos no novo regime serão cobertos pelo regime geral, no que diz respeito ao valor do teto do INSS.
- 554.** (CESPE/ TCDF/ AUDITOR DE CONTROLE EXTERNO) No tocante ao Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) não integram o RPPS do DF os servidores ocupantes, exclusivamente, de cargos em comissão.
- 555.** (CEPERJ/ RIOPREVIDÊNCIA/ ESPECIALISTA EM PREVIDÊNCIA SOCIAL) Conforme a Constituição da República Federativa do Brasil (1988), quando o servidor público preencher os requisitos para aposentadoria, mas optar por permanecer em serviço fará jus:
- à gratificação permanente.
 - à contagem especial de tempo de serviço.
 - à isenção tributária.
 - ao abono de permanência.
 - ao subsídio integral.
- 556.** (CEPERJ/ RIOPREVIDÊNCIA) No Brasil, constitui um marco comum para a Previdência Social a denominada Lei Eloy Chaves que instituiu:
- Caixas de Aposentadoria e Pensão.
 - Fundações previdenciárias.
 - Fundos de pensão de empresas públicas.
 - Regimes geral e especial de previdência.
 - Institutos de apoio aos servidores militares
- 557.** (CESPE/ DPE-ES/ DEFENSOR PÚBLICO) A publicação, em 1954, do Decreto n. 35.448, que aprovou o Regulamento Geral dos Institutos de Aposentadorias e Pensões, é considerada, pela doutrina majoritária, o marco inicial da previdência social brasileira.
- 558.** (CESPE/ DETRAN-ES/ ADVOGADO) A Lei n. 3.807/1960, conhecida como Lei Orgânica da Previdência Social, notabilizou-se por ter uniformizado a legislação previdenciária dos diversos institutos de aposentadoria e pensão.
- 559.** (CESPE/ TRT 21ª REGIÃO (RN)/ ANALISTA JUDICIÁRIO) Com a criação do Instituto Nacional do Seguro Social, foram unificados, nesse instituto, todos os órgãos estaduais de previdência social.
- 560.** (CESPE/ DPU/ DEFENSOR PÚBLICO) A Lei Eloy Chaves (Decreto Legislativo n. 4.682/1923), considerada o marco da Previdência Social no Brasil, criou as caixas de aposentadoria e pensões das empresas de estradas de ferro, sendo esse sistema mantido e administrado pelo Estado.
- 561.** (CESPE/ INSS/ TÉCNICO DO SEGURO SOCIAL) Em que pesem os inúmeros avanços alcançados após a promulgação da Constituição Federal de 1988, especialmente com a estruturação do modelo de seguridade social, o Brasil mantém, ainda, resquícios de desigualdade, que podem ser observados, por exemplo, pela existência de benefícios distintos para os trabalhadores urbanos em detrimento dos rurais.
- 562.** (FCC/ TRT 16ª REGIÃO (MA)/ ANALISTA JUDICIÁRIO) Terá direito ao recebimento de um salário mínimo mensal, conforme dispuser a lei,

- a. a pessoa com deficiência e o idoso que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, desde que contribuam à seguridade social
- b. a pessoa com deficiência e o idoso que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, independentemente de contribuição à seguridade social.
- c. apenas a pessoa com deficiência, que comprove não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, desde que contribua à seguridade social.
- d. apenas o idoso, que comprove não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, desde que contribua à seguridade social.
- e. apenas a pessoa com deficiência, que comprove não possuir meios de prover à própria manutenção, mesmo que sua família possa provê-la, independentemente de contribuição à seguridade social.

563. (FCC/ TRT 2ª REGIÃO (SP)/ ANALISTA JUDICIÁRIO) As ações e serviços públicos de saúde constituem um sistema único, organizado de acordo com diretrizes determinadas. Dentre elas, está

- a. o caráter contributivo e de filiação obrigatória.
- b. a promoção da integração ao mercado de trabalho.
- c. a centralização, com direção única no Governo Federal.
- d. a observância de critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial.
- e. o atendimento integral, com prioridade para as atividades preventivas.

564. (CEPERJ/ RIOPREVIDÊNCIA/ ESPECIALISTA EM PREVIDÊNCIA SOCIAL) Nos termos da legislação que regula o regime geral da Previdência Social, busca-se, mediante contribuição, assegurar aos seus beneficiários meios indispensáveis de manutenção e daqueles de quem dependiam economicamente por motivo de:

- a. casamento.
- b. abandono.
- c. separação.
- d. educação.
- e. prisão.

565. (MPT/ MPT/ PROCURADOR) Em relação à assistência social, assinale a alternativa CORRETA:

- a. Os benefícios assistenciais são condicionados ao estado de necessidade do titular.
- b. A prestação assistencial é devida a partir da instalação do estado justificador, independentemente da data do requerimento administrativo.
- c. As proteções sociais básica e especial são ofertadas pela rede socioassistencial, de forma integrada, sempre diretamente pelos entes públicos.
- d. A condição de acolhimento em instituições de longa permanência impede que o idoso ou a pessoa com deficiência recebam o benefício de prestação continuada.

566. (TRT 22ª REGIÃO/ JUIZ DO TRABALHO) A Previdência Social, observados os critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial, nos termos da lei, visa:

- a. ao amparo das crianças e adolescentes carentes.
- b. à garantia de um salário mínimo mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção ou de tê-la provida por sua família.
- c. à proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice.
- d. à proteção ao trabalhador em situação de desemprego involuntário.
- e. à promoção da integração ao mercado de trabalho.

567. (FCC/ TRT 6ª REGIÃO/ ANALISTA JUDICIÁRIO) Em relação à saúde e à assistência social, está previsto na Constituição Federal brasileira que

- a. a assistência social será prestada a quem dela necessitar, mantendo relação direta com a contribuição à seguridade social.
- b. as ações e serviços públicos de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada e constituem um sistema único.
- c. as instituições privadas não poderão participar, ainda que de forma complementar, do sistema único de saúde.
- d. as ações governamentais na área da assistência social serão realizadas com recursos do tesouro nacional, sendo vedada a destinação de recursos do orçamento da seguridade social para tais fins.
- e. há vinculação de receita mínima anual para ações e serviços públicos de saúde apenas para União, Estados e Distrito Federal.

568. (TRT 24ª REGIÃO/ JUIZ DO TRABALHO) Assinale a alternativa INCORRETA:

- a. Ao Estado brasileiro compete organizar e administrar a Seguridade Social e a responsabilidade por garantir a proteção preconizada é do Poder Público e da sociedade.
- b. A atuação da Seguridade Social, composta de serviços e benefícios, desenvolve-se por meio de três áreas distintas, com organização e ministérios próprios, quais sejam: saúde (Ministério da Saúde); assistência social (Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome) e previdência social (Ministério da Previdência Social).
- c. Existe no Brasil um sistema de proteção social destinado a proteger todos os cidadãos em todas as situações de necessidade, denominado Previdência Social.
- d. A Seguridade Social é financiada por toda a sociedade, de forma direta e indireta, mediante recursos provenientes dos orçamentos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, além das contribuições sociais.
- e. A Previdência Social é direito de todos que possuam capacidade contributiva.

- 569.** (FCC/ INSS/ PERITO MÉDICO PREVIDENCIÁRIO) Tibério, é prefeito do Município das Flores. Possuindo dúvidas, consultou a Procuradoria Municipal a respeito da organização da Assistência Social prevista na Lei n. 8.742/1993, desejando saber sobre a competência Municipal. A Procuradoria respondeu que NÃO é da competência do Município das Flores
- cofinanciar, por meio de transferência automática, o aprimoramento da gestão, os serviços, os programas e os projetos de assistência social em âmbito nacional.
 - efetuar o pagamento dos auxílios natalidade e funeral.
 - executar os projetos de enfrentamento da pobreza, incluindo a parceria com organizações da sociedade civil.
 - atender às ações assistenciais de caráter de emergência.
 - realizar o monitoramento e a avaliação da política de assistência social em seu âmbito.
- 570.** (TRT 2ª REGIÃO/ JUIZ DO TRABALHO) Aponte a afirmativa correta:
- São exemplos de segurados obrigatórios da previdência social, na categoria de contribuintes individuais: o ministro de confissão religiosa e o membro de instituto de vida consagrada, de congregação ou de ordem religiosa; o servidor público ocupante de cargo em comissão, sem vínculo efetivo com a União, Autarquias, inclusive em regime especial, e Fundações Públicas Federais; quem presta serviço de natureza urbana ou rural, em caráter eventual, a uma ou mais empresas, sem relação de emprego.
 - O servidor civil ocupante de cargo efetivo da União, dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios, bem como o das respectivas autarquias e fundações, são excluídos do Regime Geral de Previdência Social, desde que amparados por regime próprio de previdência social.
 - A contribuição do empregador doméstico é de 11% (onze por cento) do salário-decontribuição do empregado doméstico a seu serviço.
 - A contribuição a cargo da empresa, destinada à Seguridade Social, é de 20% (vinte por cento) sobre o total das remunerações pagas, devidas ou creditadas a qualquer título, durante o mês, aos segurados empregados e trabalhadores avulsos que lhe prestem serviços, destinadas a retribuir o trabalho, qualquer que seja a sua forma, quer pelos serviços efetivamente prestados, quer pelo tempo à disposição do empregador ou tomador de serviços, excluídas as gorjetas, os ganhos habituais sob a forma de utilidades e os adiantamentos decorrentes de reajuste salarial.
 - Equipara-se ao empregador rural pessoa natural o consórcio simplificado de produtores rurais, formado pela união de produtores rurais pessoas naturais, que outorgar a um deles poderes para contratar, gerir e dispensar trabalhadores para prestação de serviços, exclusivamente, aos seus integrantes, mediante documento registrado em cartório de títulos e documentos, hipótese em que fica dispensada a identificação perante o INSS de cada produtor, seu endereço pessoal e o de sua propriedade rural.
- 571.** (CESPE/ INSS/ ANALISTA DO SEGURO SOCIAL) O trabalho informal é fenômeno evidente nas grandes metrópoles brasileiras e a inserção previdenciária das pessoas nessa situação é um dos fatores que desequilibram as contas da previdência social.
- 572.** (CESPE/ TRT 10ª REGIÃO (DF e TO)/ ANALISTA JUDICIÁRIO) Pedro, segurado da previdência social, foi dado como incapaz e insuscetível de reabilitação para o exercício de atividade que lhe garanta a subsistência. Nessa situação, tendo sido cumprida a carência exigida, Pedro terá direito à aposentadoria por invalidez após o gozo de, no mínimo, dois anos de auxílio-doença.
- 573.** (CESPE/ DPE-ES/ DEFENSOR PÚBLICO) Caso um segurado empregado, em seu primeiro dia no emprego, em virtude de acidente, se torne definitivamente incapaz para o trabalho, ele terá direito à aposentadoria por invalidez, ainda que não tenha recolhido nenhuma contribuição para o RGPS, mas somente poderá exercer tal direito após o gozo de auxílio-doença prévio durante o período mínimo de vinte dias.
- 574.** (TRT 21ª REGIÃO/ JUIZ DO TRABALHO) O representante legal da empresa que, para reduzir o valor das parcelas devidas à Previdência Social, omite propositalmente da sua folha de pagamento o nome de vinte empregados contratados:
- incide no crime de falsidade ideológica.
 - incide no crime de sonegação de contribuição previdenciária.
 - incide no crime de falsificação de documento público previdenciário.
 - incide no crime de apropriação indébita previdenciária.
 - nenhuma das alternativas está correta.
- 575.** (CESPE/ AGU/ PROCURADOR FEDERAL) Para fazer jus à aposentadoria por idade prevista no RGPS, como trabalhador urbano, deve o requerente comprovar, além da carência exigida em lei, ter completado sessenta e cinco anos de idade, se homem, e sessenta anos, se mulher.
- 576.** (CESPE/ TRT 5ª REGIÃO/ JUIZ DO TRABALHO) Conforme a legislação vigente, o valor da maior parte dos benefícios de prestação continuada da Previdência Social deve ser calculado com base no salário de benefício. Tratando-se de aposentadoria por idade, esse salário de benefício equivale
- à média aritmética simples dos salários de contribuição médios correspondentes a 80% de todo o período contributivo, multiplicada pelo fator previdenciário.
 - à média aritmética simples dos maiores salários de contribuição correspondentes a 80% de todo o período contributivo, dividida pelo fator previdenciário.

- c. à média aritmética simples dos salários de contribuição médios correspondentes a 80% de todo o período contributivo, dividida pelo fator previdenciário.
- d. à média aritmética simples dos salários de contribuição médios correspondentes a 80% de todo o período contributivo.
- e. à média aritmética simples dos maiores salários de contribuição correspondentes a 80% de todo o período contributivo, multiplicada pelo fator previdenciário.

577. (IESES/ TJ-PB) Ao cidadão, que na data do recolhimento à prisão, possua qualidade de segurado do INSS, será devido o benefício de auxílio-reclusão, enquanto permanecer recolhido à prisão:

- a. Em regime fechado, semiaberto ou aberto, ainda que não prolatada a sentença condenatória.
- b. Em regime fechado ou semiaberto, ainda que não prolatada a sentença condenatória.
- c. Em regime fechado, semiaberto ou aberto, desde que prolatada a sentença condenatória.
- d. Em regime fechado ou semiaberto, desde que prolatada a sentença condenatória.

578. (FCC/ TCE-PI/ AUDITOR FISCAL DE CONTROLE EXTERNO) A Lei n. 8.213/1991 que institui os denominados Planos de Benefícios da Previdência Social, prevê como espécie de prestações, dentre outras: salário-família, auxílio-reclusão, salário-maternidade. Tais prestações são benefícios voltados, respectivamente, ao

- a. segurado, ao segurado e ao dependente.
- b. segurado, ao dependente e ao dependente.
- c. dependente, ao dependente e ao segurado.
- d. segurado, ao dependente e ao segurado.
- e. dependente, ao segurado e ao dependente.

579. (CESPE/ INSS/ TÉCNICO DO SEGURO SOCIAL) Fabiano, segurado do regime geral de previdência, encontra-se preso e participa de atividades laborais na prisão, fato que lhe permite manter suas contribuições para a previdência social na qualidade de contribuinte individual. Sua esposa, Catarina, recebe auxílio-reclusão, por serem, Fabiano e ela, considerados, respectivamente, segurado e dependente de baixa renda. Nessa situação, enquanto Catarina receber o auxílio-reclusão, Fabiano não terá direito a nenhum tipo de aposentadoria nem a auxílio-doença.

580. (CESPE/ TRT 17ª Região/ ANALISTA JUDICIÁRIO) As professoras, após vinte e cinco anos de efetivo magistério, têm direito à aposentadoria por tempo de serviço, com renda mensal correspondente à totalidade de seu salário-benefício.

581. Segundo a lei n. 13.135/2015, é necessária, como regra, uma carência mínima de 24 contribuições para que o dependente possa solicitar pensão por morte. Caso a dependente seja também cônjuge, deverá comprovar relacionamento afetivo de pelo menos 2 anos.

582. Segundo a lei n. 8.213/91, caberá à empresa arcar com os 30 primeiros dias de afastamento em virtude de doença contraída pelo funcionário, só podendo solicitar o auxílio doença após esse prazo.

583. De acordo com a lei n. 8.213/91, atualizada pela lei n. 13.135/15, a pensão por morte será concedida por 4 meses para o dependente da segurada que não comprovar 2 anos de vínculo conjugal ou união estável.

GABARITO

- | | |
|--------|--------|
| 328. E | 375. E |
| 329. C | 376. C |
| 330. E | 377. C |
| 331. C | 378. C |
| 332. C | 379. E |
| 333. C | 380. E |
| 334. E | 381. E |
| 335. C | 382. E |
| 336. C | 383. C |
| 337. C | 384. E |
| 338. E | 385. C |
| 339. E | 386. C |
| 340. C | 387. E |
| 341. E | 388. E |
| 342. E | 389. E |
| 343. C | 390. E |
| 344. E | 391. C |
| 345. C | 392. E |
| 346. C | 393. C |
| 347. C | 394. E |
| 348. E | 395. C |
| 349. E | 396. C |
| 350. E | 397. E |
| 351. C | 398. E |
| 352. C | 399. C |
| 353. C | 400. C |
| 354. E | 401. C |
| 355. C | 402. E |
| 356. C | 403. C |
| 357. E | 404. C |
| 358. E | 405. X |
| 359. C | 406. C |
| 360. C | 407. E |
| 361. E | 408. C |
| 362. E | 409. E |
| 363. E | 410. E |
| 364. E | 411. C |
| 365. E | 412. X |
| 366. E | 413. E |
| 367. E | 414. E |
| 368. C | 415. E |
| 369. C | 416. C |
| 370. E | 417. E |
| 371. E | 418. C |
| 372. C | 419. C |
| 373. E | 420. C |
| 374. E | 421. C |

- | | | |
|--------|--------|--------|
| 422. C | 482. B | 542. C |
| 423. E | 483. C | 543. E |
| 424. E | 484. B | 544. E |
| 425. E | 485. c | 545. E |
| 426. C | 486. b | 546. E |
| 427. C | 487. b | 547. E |
| 428. E | 488. b | 548. E |
| 429. C | 489. d | 549. C |
| 430. E | 490. d | 550. C |
| 431. C | 491. d | 551. c |
| 432. E | 492. E | 552. a |
| 433. C | 493. e | 553. d |
| 434. E | 494. C | 554. c |
| 435. E | 495. E | 555. d |
| 436. C | 496. C | 556. A |
| 437. X | 497. C | 557. E |
| 438. E | 498. E | 558. C |
| 439. C | 499. C | 559. E |
| 440. E | 500. C | 560. E |
| 441. A | 501. C | 561. E |
| 442. E | 502. E | 562. b |
| 443. E | 503. d | 563. e |
| 444. C | 504. a | 564. e |
| 445. B | 505. a | 565. a |
| 446. E | 506. e | 566. d |
| 447. C | 507. b | 567. b |
| 448. C | 508. c | 568. c |
| 449. E | 509. d | 569. a |
| 450. E | 510. b | 570. b |
| 451. C | 511. c | 571. E |
| 452. E | 512. C | 572. E |
| 453. C | 513. E | 573. E |
| 454. E | 514. E | 574. b |
| 455. B | 515. C | 575. c |
| 456. E | 516. D | 576. e |
| 457. D | 517. C | 577. b |
| 458. E | 518. A | 578. d |
| 459. E | 519. A | 579. C |
| 460. E | 520. C | 580. E |
| 461. C | 521. A | 581. E |
| 462. C | 522. B | 582. E |
| 463. E | 523. E | 583. C |
| 464. C | 524. C | |
| 465. E | 525. A | |
| 466. E | 526. A | |
| 467. C | 527. E | |
| 468. E | 528. C | |
| 469. E | 529. C | |
| 470. E | 530. A | |
| 471. C | 531. C | |
| 472. C | 532. E | |
| 473. E | 533. C | |
| 474. E | 534. C | |
| 475. E | 535. E | |
| 476. E | 536. C | |
| 477. C | 537. C | |
| 478. C | 538. E | |
| 479. C | 539. C | |
| 480. E | 540. E | |
| 481. C | 541. E | |

AGORA VOCÊ PODE ESTUDAR PARA CONCURSOS ATÉ DE CABEÇA PRA BAIXO



Marcos A.

O CLICK QUE PODE MUDAR SEU FUTURO

DIFERENCIAIS EXCLUSIVOS:

- ✓ Espaço do aluno moderno e prático
- ✓ Material didático da Editora Gran Cursos
- ✓ Acesso a um banco com + de 170.000 questões
- ✓ Simulados online corrigidos em tempo real
- ✓ Ranking de notas
- ✓ Indicadores sobre a sua preparação
- ✓ Monitor de desempenho
- ✓ Recursos para anotações
- ✓ Certificação gratuita
- ✓ Compatível com iOS, Android e Wireless Phone
- ✓ Parcelamento em até 12x sem juros
- ✓ E muito mais



G GRAN CURSOS
ONLINE

www.grancursosonline.com.br